



SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO PARANÁ
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Curitiba/PR – Mar/2014



SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA NO PARANÁ
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do Exercício de 2013 apresentado aos Órgãos de Controle Interno e Externo como Prestação de Contas Anual a que esta Unidade está obrigada nos termos no art.70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Decisão Normativa TCU n° 119 de 18.01.12 e Portaria TCU n° 132 de 02.10.13.

Curitiba/PR – Março/2014

SUMÁRIO

SUMÁRIO	2
Lista de Abreviações e Siglas	7
Lista de Tabelas	11
Lista de Anexos	14
Lista de Gráficos	14
Apresentação	14
Conteúdo Geral do Relatório de Gestão da Unidade Jurisdicionada	15
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	15
1.1. Identificação da unidade jurisdicionada, contendo	15
1.1.1 Relatório de Gestão Individual	15
Poder	15
Órgão de vinculação ou supervisão	15
Nome completo	15
Denominação abreviada	15
Código SIORG	15
Código na LOA	15
Situação operacional	15
Unidades orçamentárias abrangidas.....	15
Situação operacional	15
Natureza jurídica	15
Principal atividade econômica	15
Telefones de contato	15
Endereço postal	15
Endereço eletrônico	15
Página na internet	15
Normas de criação e alteração da unidade jurisdicionada	15
Outras normas infralegais relacionadas à estrutura da unidade jurisdicionada	15
Manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade	15
Manuais da área finalística	15
Manuais da área de apoio	16
Unidades gestoras e gestões relacionadas à unidade jurisdicionada	16
Códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI	16
Código SAIFI	16
Nome	16
Relacionamento entre s unidades gestoras e gestões	16
Código SIAFI da unidade gestora	16
Código SIAFI da gestão	16
1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa	16
1.3. Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas ou subunidades estratégicas da unidade jurisdicionada	16

1.4.	Macro processos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes	21
1.5.	Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada	22
1.6.	Principais parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à atividade-fim da unidade	23
2. PLANEJAMENTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS		23
2.1.	Planejamento da unidade contemplando:	23
	a) Descrição Sintética dos planos estratégicos, tático e operacional que orientam a atuação da unidade	23
	b) Demonstração da vinculação do plano estratégico da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA	25
	c) Principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos	27
2.2.	Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, especificando	27
	a) Relação dos objetivos do Plano Plurianual que estiveram em 2013 na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, detalhando informações sobre	27
	I) O programa ao qual o objetivo está vinculado e os correspondentes dados sobre programação e execução orçamentária e financeira	27
	II) Resultados alcançados em cada objetivo, comparando-os com as metas estabelecidas no PPA, demonstrando ainda os índices dos indicadores de desempenho relacionados, os impactos na política pública, função e área para o qual o objetivo contribui e representatividade dos resultados frente às demandas internas e externas	49
	III) As iniciativas vinculadas ao objetivo de responsabilidade da unidade	50
	b) Relação das Ações da lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada do relatório de gestão, especificando informações sobre.....	50
	i) a programação e execução orçamentária e financeira	51
	ii) os resultados alcançados, tendo como parâmetro das metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA, demonstrando ainda os índices dos indicadores utilizados para aferir o desempenho e a representatividade dos resultados da ação em relação ao seu contexto	51
	c) Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as unidades orçamentárias, programas ou ações	55
2.3.	Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade	56
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO		79

3.1	Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base da normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle	79
3.2.	Controles Internos administrativos da unidade, contemplando avaliação, pelos próprios gestores, da qualidade e suficiência de tais controles para garantir a realização dos objetivos estratégicos da unidade, considerando ainda o quadro específico da portaria prevista no inciso VI do caput do art.5º, com o qual devem ser avaliados os seguintes elementos	79
	a) Ambiente de controle	79
	b) Avaliação de risco	81
	c) Atividades de controle	81
	d) Informação e Comunicação	81
	e) Monitoramento	81
3.4.	Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito na unidade ou do órgão	81
3.5.	Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão	81
3.6	Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos	82
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA		82
4.1.	Execução das despesas	82
4.2.	Reconhecimento dos Passivos por insuficiência de créditos e recursos	83
4.3.	Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	83
4.4.	Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.....	83
4.5.	Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	83
4.6.	Renúncias de Receitas	83
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCERIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS		83
5.1.	Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas	83
	a) demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela	83
	b) qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade	84
	c) custos associados à manutenção dos recursos humanos	85
	d) composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	86
	e) demonstração do cadastramento no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da	87

	IN TCU n° 55/2007	
	f) ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art.37, incisos XVI e XVII da CF (nas redações pelas EC n° 19/98 e 34/2001)	87
	g) providências adotadas nos casos identificados de acumulação remuneradas de cargos, funções e empregos publicos, nos termos do art.133 da Lei n° 8112/93.	87
	h) indicadores gerenciais sobre recursos humanos	87
5.2.	Terceirização de mão de obra e contratação dos estagiários	87
6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO		87
6.1.	Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, destacando ..	87
	a) a quantidade de veículos por categoria de uso de por regionalização	87
	b) unidade e a consecução dos objetivos estratégicos	88
	c) as normas de regulamentam a gestão e o uso da frota	88
	d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação	88
	e) custos envolvidos	88
6.2.	Gestão de Patrimônio Imobiliário da União de que esteja sob a responsabilidade da unidade comtenplando	89
	a) a estrutura de controle e da gestão do patrimônio no âmbito da unidade	89
	b) a distribuição geográfica dos imóveis da União	89
	c) a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no SPUInet	89
	d) a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da unição na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento	89
	e) os custos de manutenção	89
7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO		89
7.1.	Gestão da tecnologia da informação (TI), conforme orientações da portaria prevista o inciso VI do caput do art.5° desta decisão normativa.....	89
8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL		90
8.1.	adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, e na contratação de serviços ou obras	90
8.2	Política de separação de resíduos recicláveis descartados	90
8.3	Medidas para redução do consumo de papel, energia.....	90
	a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos	90
	b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG)e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP)	90
	c) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades com compõem o relatório de gestão	90
9. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS		90
9.1	Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU	90

9.2	Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula	91
9.3	Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna	91
9.4	Demonstração de cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8730/93	91
9.5	Demonstração da adoção de medidas administrativas	91
	a) quantidade de casos que foram objetivo de medidas administrativas internas	91
	b) quantidade de tomadas de contas especiais	91
	c) quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício	91
9.6	Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no SIASG e SICONV	91
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE		92
10.1.	Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas	94
10.2.	Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade	94
10.3.	Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.....	94
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS		94
11.1.	Informações sobre a adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade	94
11.2.	Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão	95
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO		96
12.1.	Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício	96

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABPM – Associação Brasileira de Produtores de Maça
ACI – Área de Controle Integrado
ADAPAR – Agência de Defesa Agropecuária do Paraná
ADTA – Autorização para Declaração de Transito Aduaneiro
AGAPOMI – Associação Gaúcha de Produtores de Maça
AGROPEC – de Agropecuária ..
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica
AGU – Advocacia Geral da União
AI – Auto de Infração
AIE – Anemia Infecciosa Equina
APPCC – Avaliação do Programa de Análise dos Perigos de Pontos Críticos de Controle
AQSIC – Administração Geral de Supervisão da Qualidade, Inspeção e Quarentena
ARP – Análise de Risco de Pragas
BPF – Boas Práticas de Fabricação
CEASA – Central de Abastecimento do Paraná S.A.
CEDETEG – Centro de Desenvolvimento Tecnológico de Guarapuava
CEF – Caixa Econômica Federal
CELOG – Centro Logístico da Aeronáutica
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CERTORGAN – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CFO – Certificado Fitossanitário
CFOC – Certificado Fitossanitário Consolidado
CGAA – Coordenação Geral de Agrotóxicos
CGPP – Coordenação Geral de Proteção de Plantas
CGU – Controladoria Geral da União
CIDASC – Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CISE – Centro de Inspeção Sanitária para Transito Interestadual e Modelo
CONJUR – Consultoria Jurídica da União
CLASPAR – Empresa Paranaense de Classificação de Produtos
COESA – Conselho de Sanidade Agrícola
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONESA – Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária
COSAVE – Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul
CPOrg-PR – Comissão da Produção Orgânica no Paraná
CPL – Comissão Permanente de Licitação
CR – Custo Total Realizado
CSM/PR – Comissão de Sementes e Mudanças do Paraná
CTPI'S – Controle de Transito de Produtos Importados
CTQA – Coordenação de Transito e Quarentena Animal
CUP – Custo Unitário Programado
CUR – Custo Unitário Realizado
CVL – Cascavel
CZI – Certidão Zoossanitária Internacional
DDA – Divisão de Defesa Agropecuária
DAD – Divisão Administrativa
DAS – Departamento de Saúde Animal
DESENGORG – Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica

DFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DFIP – Divisão de Defesa Agropecuária
DMMA –
DOU – Diário Oficial da União
DPDAG – Divisão de Política e produção e Desenvolvimento Agropecuário
DSV – Departamento Sanidade Vegetal
EADI – Estação Aduaneira Interior
EEB – Encefalopatia Espongiforme Bovina
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ePTV – Permissão de Trânsito Vegetal Eletrônica
ENG – Engenheiro
ER – Estabelecimentos Relacionados
ERAS – Estabelecimentos Rurais Aprovados
ERRADMOSCA – Erradicação da Mosca da Carambola
ETQFFQ – Empresa de Tratamento Fitossanitário com Fins Quarentenários
FDA – Fiscal Estadual de Defesa Agropecuária
FEBREAFTO – Erradicação da Febre Aftosa
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FISAGROTOX – Fiscalização/Inspeção de Empresas Prestadoras de Serviços Fitossanitários
FISCALSEM – Fiscalização de Produção de Sementes e Mudanças
FISCAGRIC – Fiscalização de Atividades de Aviação Agrícola
FISCANIMAL – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
FISCGENE – Fiscalização de Material Genético Animal
FISCON – Fiscalização de Contratos de Repasse
FISCORGEN – Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
FISFECOI – Fiscalização de Fertilizantes Corretivos e Inoculantes
FISPROVET – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
FFA – Fiscal Federal Agropecuário
FPNC – Fabrica de Produtos Não Comestíveis
GPS – Sistema de Posicionamento Global
GRSC – Granjas de Reprodutores de Suínos Certificados
HLB – Huanglongbing (Doença de Citros)
IBC – Instituto Brasileiro do Café – Extinto
IF – Inspeção Federal
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
INSP – Inspeção
INSPANIMAL – Inspeção de Produtos de origem Animal
IPVEGETAL – Inspeção Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
LOA – Lei Orçamentária Anual
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MED – Medico
MPF – Ministério Público Federal
NBC – Norma Brasileira de Contabilidade
OAC – Organização de Avaliação de Conformidade
OCEPAR – Organização da Cooperativas do Paraná
OEDSV – Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal
OGM – Organismos Geneticamente Modificados
OIG – Organização Mundial de Saúde Animal
OPAC – Organização Participativa de Avaliação de Conformidade

PAD – Processo Administrativo Disciplinar
PADCLASSI – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
PCEANIMAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais
PEG – Programa de Eficiência do Gasto
PIA – Ponte Internacional da Amizade com o Paraguai
PIB – Produto Bruto Interno
PCEVEGETAL – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
PFTA – Postos de Fiscalização de Trânsito Agropecuário
PLOA – Projeto da Lei Orçamentária Anual
PNCBT – Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose
PNCRC – Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNCRH – Programa Nacional de Controle da Raiva de Herbívoros
PNECP – Programa Nacional de Erradicação da *Cydia Pomonella*
PNSS – Programa Nacional de Sanidade de Suínos
PNSA – Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSE – Programa Nacional de Sanidade dos Equinos
PO – Plano Orçamentário
POA – Plano Operativo Anual
PPA – Plano Plurianual
PPHO – Limpeza e Sanitização
PROAGRO – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PROCEL-EPP – Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos
PRODESA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
PSO – Procedimentos Sanitários das Operações
PTN – Ponte Tancredo Neves com a Argentina
PTV – Permissão de Trânsito de Vegetais
QP – Quantidade Programada
QR – Quantidade Realizada
QT – Quantidade Total
RAIA – Reunião Nacional de Fiscalização de Insumos Agrícolas
RASTREAB1 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade
RENASEM – Registro Nacional de Sementes e Mudas
RIPAA – Requerimento de Importação de Produtos para Alimentação Animal
RNC – Relatório de Não conformidades SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária
RT'S – Responsável Técnico
SAOD – Seção de Apoio Operacional e Divulgação
SAG – Serviço de Atividades Gerais
SCC – Setor de Compras e Contratos
SDA - Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
SE – Secretaria Executiva
SEAB/PR – Secretaria de Estado da Agricultura
SEAPA-RS – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado do Gde do Sul
SECAF – Seção do Café
SEFIA – Serviço de Fiscalização Insumos Agrícolas
SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários
SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira
SESAG – Serviço de Suporte Agropecuário
SIASG – Sistema Integrado de Administração dos Serviços Gerais
SICAF – Sistema de Controle Financeiro
SFA – Superintendência Federal de Agricultura
SGAV – Sistema de Gerenciamento de Atividades de Vigilância

SGP – Serviço de Gestão de Pessoas
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASS – Subsistema Integrado de Atendimento da Saúde do Servidor Público Federal
SICONV – Comissão Gestora do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGED – Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos
SIGSIF – Sistemas de Informações Gerenciais do SIF
SIGVIG – Sistema de Informações Gerenciais do Trânsito Internac.de Prod.e Ins.Agropecuários
SIOR – Sistema de informação Orçamentárias e Financeiras
SIORG – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
SIPLAN – Sistema Integrado de Planejamento
SIF – Serviço de Inspeção Federal
SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
SIPOA – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal
SIPOV – Serviço de Inspeção de Produto Vegetal
SISAC – Sistema de Apreciação de Registros dos Atos de Admissões e Concessões
SISBOV – Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SISCOLEGIS – Sistema de Legislação Agropecuária
SISCOMEX – Sistema Integrada de Comercio Exterior
SISORG – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
SIVCONT – Sistema Continental de Vigilância Epidemiológica
SLAV – Serviço Laboratorial Avançado
SMAP – Setor de Manutenção Predial
SMP – Setor de Material e Patrimônio
SMR – Sistema Mitigação de Risco
SPA – Serviço de Planejamento e Acompanhamento
SPA - Secretária de Política Agrícola
SRFB – Secretaria da Receita Federal do Brasil
SSA – Serviço de Saúde Animal
SSV – Serviço de Sanidade Vegetal
SUASA – Sistema de Unificação de Atenção Sanitária Agropecuária
SVA – Serviço de Vigilância Agropecuária
SVAV – Serviço de Suporte da Vigilância Agropecuária Vegetal
SVAA – Serviço de Suporte da Vigilância Agropecuária Animal
SVE – Serviço Veterinário Estadual
TCA – Termo de Coleta de Amostra
TIF – Termo de Inspeção e Fiscalização
TSC – Termo de Suspensão da Comercialização
TA – Termo de Apreensão
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TCU – Tribunal de Contas da União
T.LIB – Termo de Liberação
UC – Unidade de Consolidação
UAC-Unidade Armazenadora de Café
UGR - Unidade Gestora Responsável
UP – Unidade de Produção
UTRA – Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
U\$\$ - Dólar Americano
UVAGRO – Unidade de Vigilância Agropecuário
VIGIAGRO – Serviço de Vigilância Agropecuário
VIGIFITO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Vegetais
VIGIZOO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais

LISTA DE TABELAS, GRÁFICO E ANEXOS

Número	Nomenclatura	Página
I	Legenda da Tabela I	22
II	Demonstrativo da Vinculação do Plano da UJ com as competências legais e normativas e o PPA	25
III	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do Exercício 2013.....	27
IV	Demonstrativo das Ações Físicas realizadas para o PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)	28
V	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)	28
VI	Demonstrativo de Credenciamento de OAC e cadastro de OCS para o PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)..	29
VII	Demonstrativo de Reunões da CPOrg-PR para o PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)	29
VIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (DESENGORG13)	31
IX	Dados Gerais da Ação 2177 PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13)	31
X	Demonstrativo de Ações Fiscais Realizadas para o PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13)	32
XI	Demonstrativo Físico e Financeiro do produto “Fiscalizações Realizadas” para o PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13)	32
XII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13)	32
XIII	Indicadores de desempenho do PO– Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13) no Exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	33
XIV	Demonstrativo do Número de Contratos de Repasse selecionados nos anos de 2009 a 2013	35
XV	Relação dos Contratos de Repasse fiscalizados pelo SESAG	35
XVI	Relação dos Contratos de Repasse fiscalizados pela UTRA Londrina	35
XVII	Demonstrativo de Ações Físicas realizadas no PO – Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCON13)	36
XVIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCON13)	36
XIX	Demonstrativo Físico e Financeiro para o produto “Partidas Inspeccionadas” no PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos (VIGIAGRO13).....	37
XX	Indicadores de Desempenho para o produto “Partidas Inspeccionadas” no PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos (VIGIAGRO13), com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade.	38
XXI	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO - Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1)	38
XXII	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” para o PO – Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1)	40
XXIII	Indicadores de Desempenho do PO – Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	40
XXIV	Índice de Conformidade dos Produtos Fiscalizados para o PO – Fiscalização de Sementes e Mudanças (FISCALSEM1) dos Exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013	40
XXV	Dados Gerais do PO: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013	41

XXVI	Fiscalização Realizada no PO – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	42
XXVII	Processo Administrativos de Fiscalização do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	43
XXVIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	43
XXIX	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	44
XXX	Indicadores de Desempenho para o PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	44
XXXI	Demonstrativo Físico Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” para o PO: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECO11)	45
XXXII	Indicadores de Desempenho para o PO: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECO11)	46
XXXIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECO11)	46
XXXIV	Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN1)	46
XXXV	Demonstrativo Físico Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” para o PO: Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN1)	47
XXXVI	Indicadores de Desempenho para o PO: Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN1)	47
XXXVII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTO13)	48
XXXVIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13)	48
XXXIX	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais (PCEANIMAL13)	49
XL	Demonstrativo Físico e Financeiro para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais (PCEANIMAL13)	49
XLI	Indicadores de desempenho do para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais (PCEANIMAL13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	51
XLII	Demonstrativo Físico e Financeiro para o PO – Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTO13)	51
XLIII	Indicadores de desempenho do para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento dos Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	51
XLIV	Demonstrativo Físico e Financeiro para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento dos Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13)	51
XLV	Indicadores de desempenho do para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento dos Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	52
XLVI	Demonstrativo da Execução Física para os PO - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE13), Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCANIMAL13) e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)	52
XLVII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE13)	53
XLVIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCANIMAL13)	54

XLIX	Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)	54
L	Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE13), Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCANIMAL13) e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)	54
LI	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL13)	55
LII	Demonstrativo da Execução Física e Financeira para o PO - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL13)	56
LIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL13)	57
LIV	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSI13) ..	58
LV	Demonstrativo Físico e Financeiros das Ações realizadas no PO - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSI13) ..	59
LVI	Indicadores de desempenho do para o PO – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	59
LVII	Indicadores de desempenho do para o PO – PO - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSI13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	60
LVIII	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Estabelecimento Inspeccionado” no PO – Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGTAL13)	60
LIX	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Estabelecimento Inspeccionado” no PO – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Vegetais (PADCLASSI13)	61
LX	Demonstrativo da Função, Subfunção e Programa de Vinculação da Ação	61
LXI	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Estabelecimento Inspeccionado” no PO – Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)	62
LXII	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Padronizado/Classificado” no Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Vegetais (PADCLASSI13)	62
LXIII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)	63
LXIV	Demonstrativo Físico do PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)	64
LXV	Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Fiscalização Realizada” no PO - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)	68
LXVI	Indicadores de desempenho para o Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	69
LXVII	Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais (PCEVEGETAL13)	69
LXVIII	Demonstrativo Físico e Financeiro do PO – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais (PCEVEGETAL13)	70
LXIX	Indicadores de desempenho para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais (PCEVEGETAL13) com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade	70
LXX	Elementos dos Sistemas de Controles Internos Avaliados	76

LXXI	Demonstrativo da Força de Trabalho da SFA/PR por Categoria Funcional	76
LXXII	Demonstrativo da Força de Trabalho e os Reflexos sobre os Afastamentos	76
LXXIII	Demonstrativo da Força de Trabalho de acordo com Estrutura de Cargos e Idade	79
LXXIV	Demonstrativo da Força de Trabalho de acordo com Estrutura de Cargos e Nível de Escolaridade	81
LXXV	Demonstrativo da Despesas de Pessoal da SFA/PR	82
LXXVI	Demonstrativo do Quadro de Servidores Inativos E Pensionistas da SFA/PR	83
LXXVII	Demonstrativo da Distribuição de Veículos Oficiais nas Unidades da SFA/PR ...	84
LXXVIII	Demonstrativo dos Custos de Manutenção de Veículos Oficiais da SFA/PR	84
LXXIX	Demonstrativo dos Imóveis da União no Estado do Paraná sob a jurisdição da SFA/PR	85
LXXX	Demonstrativo das Despesas de Pessoal da SFA/PR em 2013	86
LXXXI	Demonstrativo do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas da SFA/PR em 2013	86
LXXXII	Demonstrativo das Distriuição de Veículos Oficiais nas Unidade da SFA/PR	87
LXXXIII	Demonstrativo dos Custos de Manuntenção de Veículos Oficiais da SFA/PR	88

LISTA DE ANEXOS

I	Organograma Funcional da SFA/PR	15
II	Macroprocessos de Governança, Administração Interna e Finalísticos	22
III	Relatório de Correição - Norma de Execução nº 3, de 19.12.2008 da Portaria nº 2.238, 19/12/2008 – DOU 22/12/2008 (Anexo III)	81
IV	Declaração do Contador Responsável	96

LISTA DE GRÁFICOS

I	Metas Programadas e Executadas do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	43
II	Evolução das Metas Programadas e Executadas do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1)	44

APRESENTAÇÃO

A Prestação de Contas Ordinária Anual da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná – SFA/PR, exercício de 2013, da qual o Relatório de Gestão é parte integrante, tem como objetivo principal tornar transparente a atuação de seus gestores em todos os níveis da cadeia hierárquica.

O Relatório de Gestão ora apresentado foi elaborado consoante às orientações da Portaria TCU nº 175, de 09 de Julho de 2013 que atende ao Art. 5º, VI da DN TCU nº 127/2013.

Importante salientar que, em 19/02/2014, ocorreu a exoneração do titular do cargo em comissão de Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Paraná bem como, a posterior dispensa, em 27/02/2014, do substituto dessa função comissionada.

Assim, ocorreu a designação deste servidor público, integrante da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, Glauco Bertoldo, em 27/02/2014 – Portaria nº 178 - publicada no DOU nº 42, Seção 2 - fls.6, para exercer o encargo de substituto de Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Paraná. Até a presente data não foi nomeado o titular para o cargo de Superintendente Federal de Agricultura nesta Unidade da Federação.

Desta forma, o relatório em questão foi inteiramente preparado e elaborado pelos servidores que exerceram efetivamente os cargos e funções de chefia nesta SFA/PR no exercício em análise.

Vale ressaltar que a coordenação deste trabalho ficou a cargo do Chefe do Serviço de Planejamento e Acompanhamento – SPA/PR, que regimentalmente tem a competência e atribuição para tal e, em que pese o pouco tempo que temos a frente desta unidade jurisdicionada disponibilizamos ao mesmo toda infraestrutura e apoio necessário para a finalização desta importante atividade.

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127, DE 15/05/2013

(Decisão Normativa- TCU nº 129, de 14/08/2013, DOU de 22/08/2013, BTCU-Especial nº 21/2013)

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

1.1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa			Código SIORG: 002773?	
Identificação da Unidade Jurisdicionada				
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Paraná				
Denominação Abreviada: Superintendência Federal de Agricultura – SFA/PR				
Código SIORG: 14		Código LOA:		Código SIAFI:
Situação: Ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo				
Principal Atividade: Inspeção, Fiscalização e Defesa Agropecuária				
Telefones/Fax*	(41) 3361-4000	(41) 3361-4040	(41) 3361-4019	*(41) 3267-2411
Endereço Eletrônico: sfa-pr@agricultura.gov.br – sfa-pr@agricultura.gov.br				
Página na Internet: www.agricultura.gov.br				
Endereço Postal:				
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada				
Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada				
Outras Normas Infralegais Relacionadas à Estrutura da Unidade Jurisdicionada				
Manuais e Publicações Relacionadas às Atividades da Unidade Jurisdicionada				
Manuais da Área Finalística:				
Manual de Fiscalização de Sementes e Mudas (Portaria nº 551 de 18.06.08)				
Manual de Fiscalização de Agrotóxicos e Seus Componentes e Afins (Portaria nº 215 de 27.04.01)				
Manual de Fiscalização de Inoculantes, Corretivos e Biofertilizantes (Portaria nº 551 de 18.06.08)				
Manual de Serviço de Fiscalização das Atividades da Aviação Agrícola (Portaria nº 3 de 05.03.83)				
Manual de Procedimento Operacional Padrão das Atividades de Inspeção e Fiscalização de Vinhos e Bebidas (Portaria nº 272 de 09.06.2010)				
Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional (Instrução Normativa nº 36 de 10.11.2006)				
Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (decreto nº 60.398 de 29.03.52)				
Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos (Portaria				

nº 711 de 01.11.95)
 Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico Sanitária de Carne e Aves (Portaria nº 210 de 10.11.98)
 Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade de Peixe Fresco (Portaria nº 185 de 13.05.97)
 Regulamento Técnico de Produção, Identidade e Qualidade do Leite (Instrução Normativa nº 51 de 18.09.02)

Manuais da Área de Apoio:

Manual de Convênios (Portaria nº 128 de 24.11.03)
 Manual de Execução Orçamentária e Financeira
 Manual de Licitação e Contrato (Portaria nº 128 de 24.11.03)
 Manual de Material e Patrimônio (Portaria nº 128 de 24.11.03)
 Manual de Comunicações Administrativas (Portaria nº 128 de 24.11.03)
 Manual de Procedimento Administrativo Disciplinar (Portaria nº 128 de 24.11.03)
 Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada: “Não se Aplica”

Código SIAFI	Nome
Não se Aplica	Não se Aplica

Relacionamento entre as Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
Não se Aplica	Não se Aplica

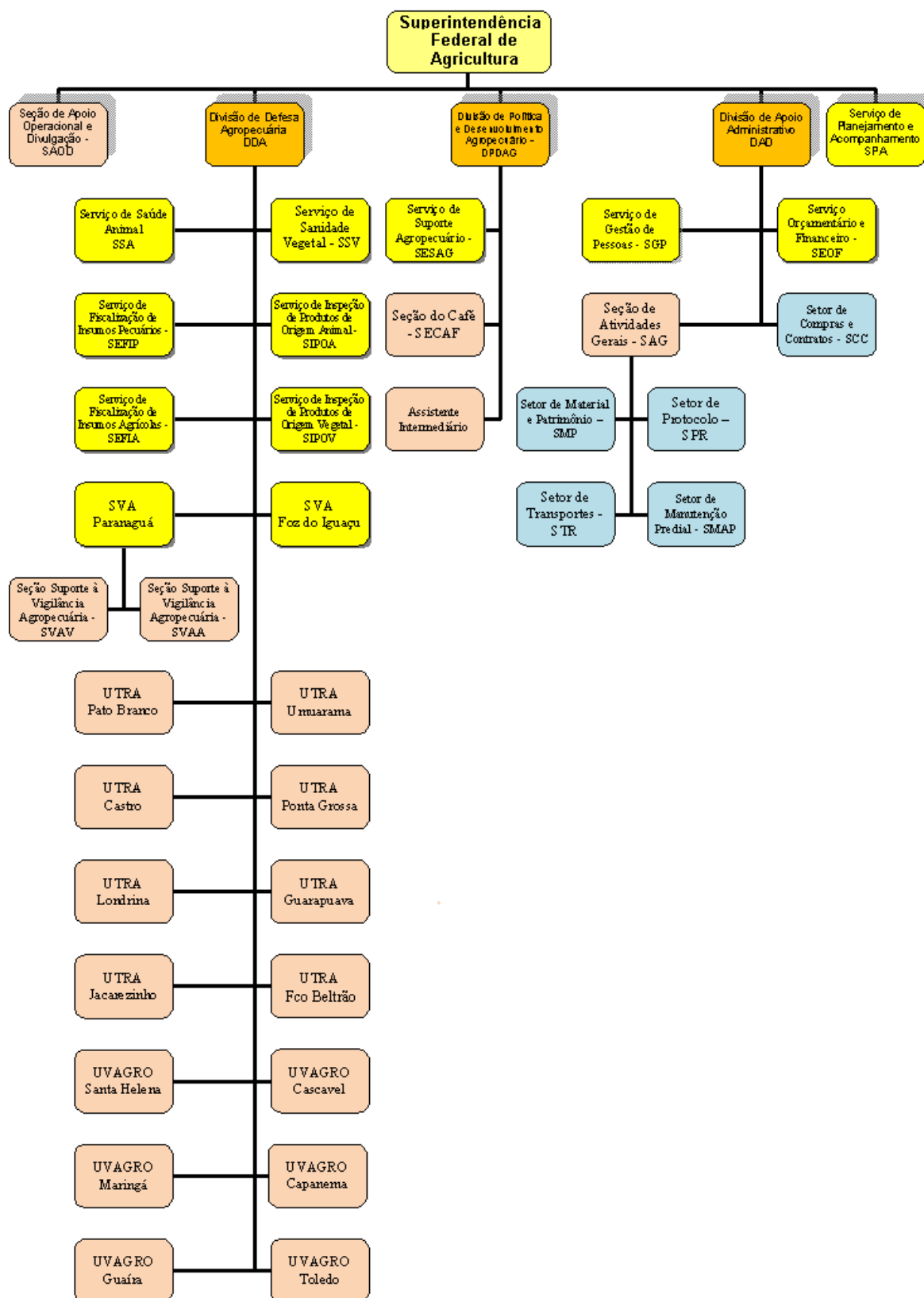
1.2. - Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.

1.2.1. - Inciso “VIII” do Artigo nº 22 da Constituição Federal: fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

1.2.2. - Decreto nº 7.127 de 04.03.10 e Portaria-MAPA nº 428 de 09.06.10: consoante orientações técnicas dos órgãos específicos singulares e setoriais do MAPA, compete à SFA/PR executar atividades e ações de: I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; II - fomento e desenvolvimento agropecuários e da heveicultura; III - assistência técnica e extensão rural; IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool; VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; VII - planejamento estratégico e planejamento operacional; VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência

1.3. - Organograma funcional com descrição sucinta das competências e das atribuições das áreas ou subunidades estratégicas da unidade jurisdicionada.

Gráfico I – Organograma Funcional da SFA/PR



3.1. – Serviço de Apoio Operacional: apoiar o titular da SFA/MAPA nas atividades de agenda de trabalho, cerimonial, despachos, representação e promoção institucional, e divulgação de notícias e informações.

3.2. – Serviço de Planejamento e Acompanhamento: promover o processo de gestão estratégica e gestão operacional; acompanhar e monitorar a execução das ações da programação físico-

orçamentária e financeira; acompanhar auditorias técnico-fiscais e operacionais nas unidades executoras de ações delegadas pelo MAPA; e consolidar dados e compor o Relatório de Gestão.

3.3. – Divisão de Defesa Agropecuária: coordenar as atividades de vigilância zoossanitária e fitossanitária; controle das doenças dos animais e pragas dos vegetais; fiscalização e inspeção das atividades agropecuárias; operacionalização do SUASA e articulação com órgãos públicos e as unidades técnico-administrativas da SFA/PR nas atividades de defesa agropecuária.

3.3.1.– Serviço de Saúde Animal: executar as atividades de vigilância sanitária e epidemiológica, controle de doenças dos animais, importação e exportação de animais, aplicação das normas de defesa sanitária animal, acompanhar as atividades de fiscalização das unidades técnico-administrativas da SFA/PR e apoiar participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais nas atividades de competência.

3.3.2.– Serviço de Fiscalização Insumos Pecuários: programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos pecuários; emitir pareceres para registros de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário, destinados à alimentação animal, e de material genético animal, e os respectivos registros e renovações de licenças quando couber; proceder à investigação em estabelecimentos rurais que cometem violações ao uso de drogas e substâncias controladas e monitoradas em produtos de origem animal; instruir processo de infração aos dispositivos legais; gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas; acompanhar e realizar auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e de material genético animal; e apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência.

3.3.3.– Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal: controlar a execução das atividades de inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue; inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos de abate de animais, de açougue e indústria de produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional; reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista; controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes; orientar, controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção sanitária de produtos de origem animal; instruir processos para fins de registro e apresentar pareceres conclusivos sobre produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal e estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem animal; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e apoiar e subsidiar a participação da SFA/PR em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência.

3.3.4.– Serviço de Sanidade Vegetal: executar as atividades de vigilância fitossanitária, controle de pragas dos vegetais, controle da importação e exportação de vegetais, fiscalização das atividades com OGM, acompanhar a aplicação das normas sanitárias, controlar a execução dos acordos, convênios e contratos voltados à defesa sanitária vegetal, acompanhar as atividades de fiscalização das unidades técnico-administrativas da SFA/PR e apoiar participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais nas atividades de competência.

3.3.5.– Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas: controlar a execução das atividades de fiscalização e inspeção de insumos agrícolas, relativas à agrotóxicos e afins, fertilizantes, corretivos e inoculantes e biofertilizantes, sementes e mudas e de organismo geneticamente modificado, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/PR; atualizar os registros do RENASEM para atividades de produção, comércio, certificação por responsável técnico de sementes e mudas; autorizar as importações e exportações de insumos agrícolas; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e apoiar e subsidiar a

participação da SFA/PR em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências.

3.3.6.– Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal: controlar a execução das atividades de fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres; coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; emitir pareceres e proceder aos registros de vinhos, bebidas, vinagres, fermentados acéticos, produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; e apoiar e subsidiar a participação da SFA/PR em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências.

3.3.7.– Serviço de Vigilância Agropecuária: executar atividades de fiscalização agropecuária - exames de animais vivos e de vegetais e partes de vegetais, na importação e na exportação, inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal, inspeção de forragens, boxes, caixas e materiais de acondicionamento e embalagens na importação dos produtos referidos anteriormente; examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, bagagens de passageiros; aplicar medidas de desinfecção e desinfestação em animais e vegetais e partes de vegetais, de seus produtos e derivados de origens animal e vegetal; apreensão, interdição ou destruição de animais, vegetais, partes de vegetais, de seus produtos e derivados, quando passíveis de veicular agentes de doenças e de pragas que constituem ameaça à agropecuária nacional; expedir certificados sanitários e fitossanitários; análise e providências específicas para o licenciamento de importação e de exportação; propor quarentena agropecuária, na forma definida; e providenciar execução de atividades de apoio administrativo requeridas para o desempenho operacional da Unidade Descentralizada, consoante orientações da DAD, da SFA/PR.

3.3.8.– Unidade Técnica Agropecuária: executar as atividades de defesa e desenvolvimento agropecuário, no âmbito da respectiva jurisdição, cumprindo instruções técnico-normativas da SDA e SDC, sob coordenação da DDA e DPDAG, respectivamente; executar as atividades de administração geral, cumprimento instruções oriundas da SPOA/SE, sob a coordenação da DAD, especificamente no controle de frequência e férias de servidores, encaminhamento de documentos para registros funcionais, administração de material e patrimônio, transporte, comunicações administrativas e vigilância, zeladoria e demais atividades auxiliares; como unidade integrante do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional, exercerá também as atividades referenciadas item 3.3.7.– Serviço de Vigilância Agropecuária.

3.4.– Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário-DPDAG: acompanhar e fiscalizar as atividades de desenvolvimento agropecuário; acompanhar e proceder à fiscalização da execução do plano de trabalho de convênios, contratos e demais instrumentos de parceria, por órgãos e entidades públicas e privadas voltados ao desenvolvimento agropecuário e ao cooperativismo e associativismo rural, inclusive de repasses financeiros e, ainda, orientar a prestação de contas; acompanhar, fiscalizar e auditar as atividades relacionadas com registro genealógico, competições e demais atividades turfísticas e hípcas, atividades do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica – SISORG e mecanização e aviação agrícola; estimular a organização do setor agropecuário, em especial, a implantação de cooperativas e instituições associativas rurais; promover, em articulação com as cadeias produtivas, propostas de alterações de padrões e especificações de produtos agropecuários; implementar e coordenar a Comissão da Produção Orgânica, na Unidade da Federação; implementar, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas às políticas de crédito e investimentos públicos e à produção e comercialização agropecuária, especialmente voltadas para cafés, inclusive gestão dos armazéns e estoques sob guarda do MAPA, cana-de-açúcar, açúcar, álcool e demais produtos da agro energia, monitoramento das informações de produção, comercialização e estoques de açúcar e etanol, para subsidiar as respectivas políticas, crédito rural, zoneamento agropecuário, e seguro rural, inclusive

o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária – PROAGRO; participar das comissões regionais, estaduais e municipais de conservação do solo e da água, bem como de sementes e mudas; instruir processos administrativos decorrentes de infração aos dispositivos legais; elaborar Plano Operativo Anual de Desenvolvimento Agropecuário, conforme diretrizes e orientações técnicas da SDC/MAPA;

3.4.1.– Serviço de Suporte Agropecuário: coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relacionados ao desenvolvimento agropecuário; prestar apoio ao Chefe de Divisão no que concerne às suas competências, especificamente em elaborar o POA de Desenvolvimento Agropecuário, promover e organizar os fóruns consultivos às cadeias de produção, planejar e acompanhar as atividades desempenhadas pelas UTRA.

3.4.2.– Seção do Café: coordenar e acompanhar as atividades executadas pelas Unidades Armazenadoras de Café, especialmente na guarda, conservação, movimentação, apoio à comercialização, escrituração do estoque e arquivo de amostras de café e prestação de serviços de vigilância, conservação e limpeza; promover a manutenção das instalações, dos equipamentos e bens móveis, consoante as necessidades das UACs/SECAF; promover a coleta de dados, processar e manter os sistemas de informações relativos à produção e comercialização cafeeira; realizar supervisões e promover, orientar e acompanhar auditorias das atividades exercidas pelas Unidades Armazenadoras; instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais; apoiar e subsidiar a participação da SFA/PR em comissões relacionadas às atividades de competências; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas.

3.5. – Divisão de Apoio Administrativo: coordenar a execução das atividades de administração geral e de execução orçamentária e financeira da SFA/PR, consoante orientações dos órgãos setoriais; orientar e acompanhar procedimentos licitatórios, formatação e execução físico-financeira de contratos, ajustes e demais instrumentos de parcerias, alienação de bens móveis, e atividade-meio e de execução orçamentária e financeira das Unidades de Execução Finalística integrantes da SFA/PR; propor, em articulação com o SPA, os indicadores de desempenho operacional da área administrativa; programar e promover auditorias das atividades exercidas pelas unidades administrativas subordinadas; coordenar os apoios operacionais e administrativos à CPL e ao Pregoeiro da SFA/PR, providenciando a publicação de avisos de licitações, a realização de pesquisas de preços e composição dos mapas comparativos; elaboração de minuta de edital de licitação, prestação de informações às empresas licitantes sobre andamento de processos e elaboração de atestados de capacidade técnica de fornecedores e prestadores de serviços; acompanhar atualização dos dados cadastrais no SICAF, das compras e formalização, acompanhamento e controle de contratos; promover a manutenção dos dados dos sistemas de informações administrativas e de gestão orçamentária, financeira e patrimonial; instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais; prestar apoio administrativo pela participação da SFA/PR em comissões regionais, estaduais e municipais; e elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a elaboração do Relatório de Gestão.

3.5.1. – Serviço de Gestão de Pessoas: promover aplicação da legislação de pessoal no que tange aos direitos e deveres dos servidores públicos e dos empregados lotados na SFA/PR; executar as atividades de registros funcionais, pagamento de pessoal, concessão de férias, licenças e aposentadorias, benefícios, exames médicos periódicos, perícia médica e estagiários; identificar as necessidades de desenvolvimento de competências e de realização de programações e projetos de educação continuada, em articulação com as demais unidades administrativas da SFA/PR; prover apoio técnico e operacional na execução do Plano Anual de Desenvolvimento de Pessoas; e instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais.

3.5.2.– Serviço de Execução Orçamentária e Financeira: processar a execução orçamentária e financeira dos créditos e recursos alocados à SFA/PR; efetuar pagamentos, mediante prévia autorização do Superintendente Federal e controlar a respectiva prestação de contas; executar o Sistema SIAFI; manter documentos e registros financeiros para fins de auditoria; analisar e emitir

parecer sobre a execução financeira, processamento contábil e prestação dos contratos, convênios, ajustes, acordos e demais instrumentos de parcerias; verificar e registrar a conformidade de gestão; e instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais.

3.5.3.– Setor de Compras e Contratos: apoiar a CPL e o pregoeiro da SFA/PR; formalizar os contratos e controlar os pedidos de aquisições de materiais, prestações de serviços e execuções de obras; controlar os prazos para entrega de materiais e execução de serviços, bem como informar sobre aplicação de penalidades e multas devidas; operar o Sistema Integrado de Registro de Preços; subsidiar a elaboração de atestados de capacidade técnica, solicitados por fornecedores ou prestadores de serviços; cadastrar e atualizar os dados dos fornecedores no SICAF; designar e substituir servidores do encargo de fiscal de contratos; instruir processos para repactuações, reequilíbrios econômico-financeiros e reajustes de preços de serviços, bem como para demais alterações contratuais e manter registros dos contratos firmados e gerar cronogramas no SIASG.

3.5.4.– Setor de Material e Patrimônio: controlar a entrega, manter a guarda e a conservação devida de material de consumo e permanente adquirido; controlar bens de consumo, elaborando demonstrativo contábil; manter organizado e atualizado a documentação do almoxarifado da SFA/PR; classificar, registrar, cadastrar e controlar a distribuição de bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil; proceder a mudança e redistribuição de bens móveis, mantendo organizada e atualizada a documentação ; executar os procedimentos de alienação de bens móveis; providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados.

3.5.5.– Setor de Protocolo: receber, distribuir e expedir a documentação corrente; classificar, numerar, registrar e autuar as documentações recebidas e expedidas, com lançamento no SIGED; prestar informações relativas ao trâmite documental; receber e expedir malotes.

3.5.6.– Setor de Transporte: manter sistema de controle de utilização dos veículos; orientar os usuários quanto à sua utilização e da direção defensiva; promover recuperação, manutenção e revisão; levantar e analisar custos de manutenção e conservação, bem como do consumo de combustíveis; acompanhar, em consonância com o fiscal de contrato, a execução do contrato de prestação de serviços; e detalhar o PAAV, propondo a alienação dos veículos inservíveis ou antieconômicos.

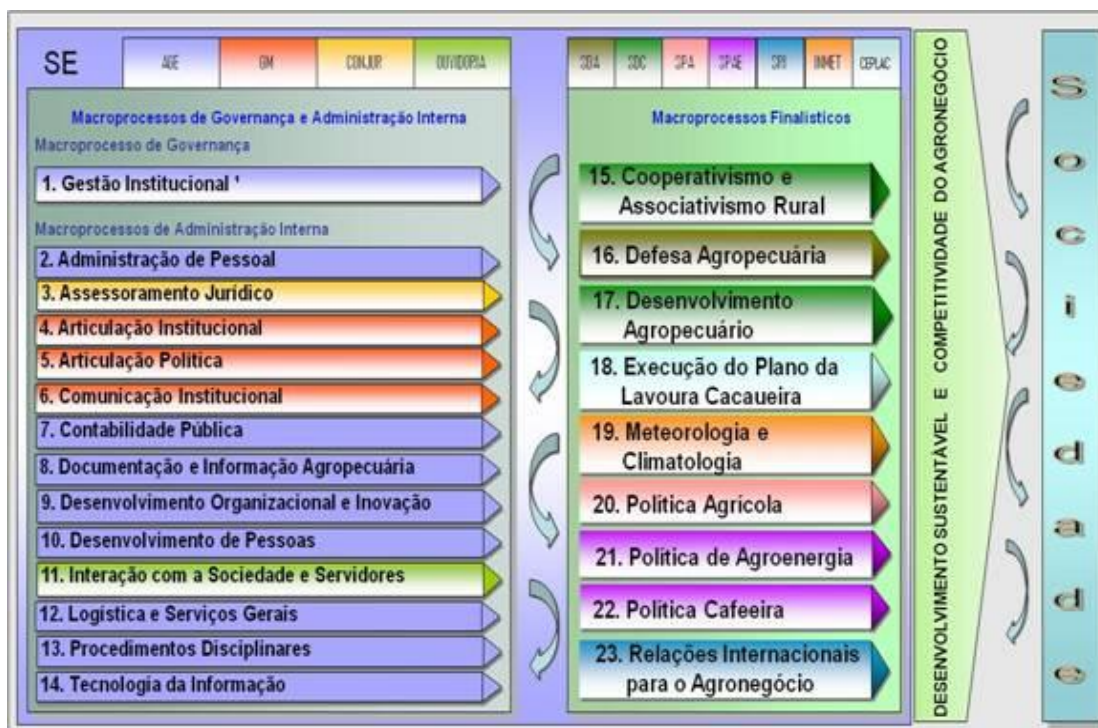
3.5.7.– Seção de Atividades Gerais: orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância; programar as aquisições de materiais e as contratações de serviços; promover a operação do sistema informatizado de protocolo e funcionalidade do SIGID; e administrar o arquivo central, mantendo as condições de guarda e conservação dos documentos, inclusive procedendo a controle e descarte do acervo documental; e instruir processo administrativo decorrente de infração aos dispositivos legais.

3.5.7.1.– Setor de Manutenção Predial: acompanhar e controlar a execução dos serviços prestados para manutenção, limpeza e vigilância de edifícios e outros bens imóveis; promover mudança e redistribuição de bens móveis; vistoriar as condições física dos bens imóveis, instalações elétricas e hidráulicas dos edifícios mantendo os registros cadastrais; e realizar ações preventivas para garantir a segurança das condições de uso dos bens imóveis;

1.4. - Macroprocessos finalísticos da unidade jurisdicionada, com a indicação dos principais produtos e serviços que tais processos devem oferecer aos cidadãos-usuários ou clientes

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do MAPA, conforme figura a seguir:

Gráfico II – Macroprocessos de Governança, Administração Interna e Finalísticos



(1) Gestão Institucional - Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Tabela I – Legenda da Tabela I

Legenda:	
SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de organização da Presidência da República e dos Ministérios e no aspecto que se deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do Mapa, definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIOGF, instituído pelo Decreto Nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim a condução dos macroprocessos se deu com o cumprimento das competências institucionais, cujos resultados/produtos estão consubstanciados no presente Relatório de Gestão na parte dos objetivos/metabolos e nos produtos das ações orçamentárias, de cada unidade responsável pelos macroprocessos.

1.5. – Principais macroprocessos de apoio ao exercício das competências e finalidades da unidade jurisdicionada

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO

INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos. Mote, inclusive, que inspirou a representativa da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

1.5.1 – Macroprocesso de Governança

- Gestão Institucional

1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

1.6. – Principais parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privada) relacionados à atividade-fim da unidade.

Divisão de Defesa Agropecuária: RECEITA FEDERAL, POLÍCIA FEDERAL, ANVISA, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR, CLASPAR, Serviço Laboratorial Avançado do Paraná - SLAV/PR e Exército Brasileiro;

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário: CEF, SEAB/PR, EMBRAPA, EMATER, OCEPAR, parceiros do Programa ABC e Orgânicos;

Divisão de Apoio Administrativo: Consultorias Jurídica da União – CJU, Advocacia Gerla da União – AGU, Controladoria Geral da União – CGU, Secretaria do Patrimônio da União – SPU, Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e COMPRASNET (SERPRO).

2. PLANEJAMENTO E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1. – Planejamento da unidade contemplando:

a) Descrição sintética dos planos estratégico, tático e operacional que orientam a atuação da unidade:

Em complementação às informações constantes do item “a”, além do plano estratégico apresentado, considera-se o PPA como plano tático, constituído de programas, objetivos e metas, iniciativas e medidas institucionais/normativas de responsabilidade do Ministério, também abordados no relatório.

Em relação ao plano operacional, o Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do Sistema de Gestão Integrada (SGI), que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014. Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.

Plano Estratégico: (PE)

1. Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o Agronegócio
2. Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio
3. Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação
4. Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos
5. Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias
6. Estimular a agregação de valor na produção agropecuária
7. Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
8. Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA
9. Promover o agronegócio e a imagem do MAPA
10. Promover a organização e a integração das cadeias produtivas
11. Fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA
12. Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira
13. Melhor continuamente a infra-estrutura e os processos de trabalho

Plano Tático: (Portaria 428)

1. defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
2. fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
3. assistência técnica e extensão rural;
4. infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
5. produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
6. administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
7. planejamento estratégico e planejamento operacional;
8. programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
9. qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
10. aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Plano Operacional: (POA 2013)

- 000A – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
- 000D – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal
- 000K – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Agropecuário, seus Produtos e Insum
- 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários
- 0008 – Apoio do Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
- 0001 - Apoio do Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono
- 0002 – Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura
- 0001 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura Orgânica
- 0002 – Apoio à Implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção
- 0003 - Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
- 000A – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

000B – Fiscalização de Sementes e Mudanças
 000C – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins
 000D – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
 0006 – Fiscalização de Material Genético Animal
 0008 – Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
 0009 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
 000G – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
 000E – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
 000H – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
 000F – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
 0009 – Erradicação da Febre Aftosa
 000F – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar
 0005 – Erradicação da Mosca da Carambola
 0006 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
 000J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos

b) Demonstração da vinculação do plano da unidade com suas competências constitucionais, legais ou normativas e com o PPA:

Tabela II - Demonstrativo da Vinculação do Plano da UJ com competências legais e normativas e o PPA

PPA	Programa 2025	Gestão e Manutenção do MAPA
POA	Plano Operativo 000A	Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas
Portaria nº 428 de 09.06.10	Regimento Interno	VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim serviços gerais
		VII - planejamento estratégico e planejamento operacional
		VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeiras dos recursos alocados
		X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal

PPA	Programa 2028	Defesa Agropecuária
POA	Plano Operativo 000J.	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos
	Plano Operativo 0006.	Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais
	Plano Operativo 0005.	Erradicação da Mosca da Carambola
	Plano Operativo 000F.	Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
	Plano Operativo 0009.	Erradicação da Febre Aftosa
	Plano Operativo 000F.	Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro-alimentar
	Plano Operativo 000K.	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Agropecuário, seus Produtos e Insumos
	Plano Operativo 000C.	Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

	Plano Operativo 000A.	Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes
	Plano Operativo 000B.	Fiscalização de Sementes e Mudanças
	Plano Operativo 0006.	Fiscalização de Material Genético Animal
	Plano Operativo 0008.	Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal
	Plano Operativo 0009.	Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário
	Plano Operativo 000D.	Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados
	Plano Operativo 000D.	Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal e Vegetal
	Plano Operativo 000G.	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal
	Plano Operativo 000H.	Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
	Plano Operativo 000E.	Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais
Portaria n° 428 de 09.06.10	Regimento Interno	I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuária
Decreto n° 7127 de 05.03.10	Estrutura Regimental	art.1° inciso V - defesa sanitária animal e vegetal
		art.1° inciso VI - fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e na prestação de serviços do setor
		art.1° inciso VIII - classificação e inspeção de produtos e derivados animais e vegetais, inclusive em ações de apoio às atividades desenvolvidas pelo Ministério da Fazenda, relativamente ao comércio exterior

PPA	<u>Programa 2014</u>	Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização
POA	Plano Operativo 0002.	Apoio ao Desenvolvimento de Florestas Plantadas e Heveicultura
Decreto n° 7127 de 05.03.10	Estrutura Regimental	art.1° inciso II - produção e fomento agropecuário, inclusive das atividades da heveicultura
Portaria n° 428 de 09.06.10	Regimento Interno	II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
POA	Plano Operativo 0001.	Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura da Baixa Emissão de Carbono
Decreto n° 7127	Estrutura Regimental	art.1° inciso VIII - proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário
POA	Plano Operativo 0003	Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

	Plano Operativo 0002	Apoio à Implantação de Núcleos de Estudo em Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção
	Plano Operativo 0008	Apoio do Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias
	Plano Operativo 0001	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura Orgânica
PPA	<u>Programa 2042</u>	Inovações para Agropecuária
POA	Plano Operativo 000A.	Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

c) principais objetivos estratégicos da unidade para o exercício de 2013 e as estratégias adotadas para sua realização e para o tratamento dos riscos envolvidos

Promover o agronegócio e a imagem do MAPA
Fortalecer o processo de gestão estratégica do MAPA
Ter eficiência e transparência na gestão orçamentária e financeira
Melhorar continuamente a infra-estrutura e os processos de trabalho
Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipe
Desenvolver e reter competências do corpo funcional
Garantir a inocuidade e qualidade dos alimentos
Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio
Tecnologia
Cooperativismo
Desenvolver e garantir acesso as tecnologias
Melhorar a qualidade e o acesso às informações do agronegócio
Estimular a agregação de valor na produção agropecuária
Maior efetividade na formulação e implementação de políticas para o setor agropecuário

2.2.- Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados, especificando:

a) Relação dos objetivos do Plano Plurianual que estiveram em 2013 na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, detalhando informações sobre:

0366 – Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional

0744 – Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar volumes ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando sua eficiência, a qualidade e a competitividade dos produtos e a equipe na distribuição de benefícios e renda

0747 – Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando a redução dos custos e perdas

I. O programa ao qual o objetivo está vinculado e os correspondentes dados sobre programação e execução orçamentária e financeira;

Programa 2015 – Gestão de Manutenção do MAPA

Tabela III – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2013

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar	Credito Devolvido
339014	R\$ 8.040,50	R\$ 7.937,39	R\$ 7.937,39	R\$ -	R\$ 103,11
339030	R\$ 28.122,11	R\$ 28.121,17	R\$ 27.511,37	R\$ 609,80	R\$ 0,94
339033	R\$ 5.210,00	R\$ 4.535,04	R\$ 2.592,34	R\$ 1.942,70	R\$ 674,96
339037	R\$ 1.245.612,84	R\$ 1.245.610,44	R\$ 1.188.190,04	R\$ 57.420,40	R\$ 2,40
339039	R\$ 1.049.789,40	R\$ 1.048.540,16	R\$ 978.512,15	R\$ 70.028,01	R\$ 1.249,24
339047	R\$ 241,18	R\$ 241,18	R\$ 241,18	R\$ -	R\$ -
339092	R\$ 12.686,54	R\$ 12.686,54	R\$ 12.686,54	R\$ -	R\$ -
339093	R\$ 13.310,18	R\$ 13.310,18	R\$ 13.310,18	R\$ -	R\$ -
339139	R\$ 25.499,71	R\$ 25.499,51	R\$ 25.071,97	R\$ 427,54	R\$ 0,20
339192	R\$ 6.344,69	R\$ 6.344,69	R\$ 6.344,69	R\$ -	R\$ -
449052	R\$ 11.795,70	R\$ 11.795,70	R\$ 8.045,70	R\$ 3.750,00	R\$ -
	R\$ 2.406.652,85	R\$ 2.404.622,00	R\$ 2.270.443,55	R\$ 134.178,45	R\$ 2.030,85

Programa 2014 – Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização

DPDAG – Divisão de Política e Desenvolvim. Agropecuário

1. Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica - PO CERTORGAN13

Esta é uma ação que tem por finalidade:

- i) aumentar a oferta de produtos orgânicos certificados e;
- ii) implantar os mecanismos de avaliação da conformidade orgânica estabelecidos em legislação, a fim de garantir a procedência orgânica dos produtos assim designados.

Descrição da ação:

A ação engloba um conjunto de atividades que visam, em linhas gerais, à verificação da cadeia orgânica de produção, o credenciamento de Certificadoras e de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade e o cadastro de Organizações de Controle Social junto aos órgãos fiscalizadores (SFAs). Para a verificação da cadeia de produção orgânica, a regulamentação da Lei 10.831/03 prevê fiscalização a todos os envolvidos no processo de produção, estabelecimentos comerciais e industriais, cooperativas, órgãos públicos, portos, aeroportos, postos de fronteira, veículos ou meios de transporte e quaisquer outros ambientes onde se verifique a produção, beneficiamento, manipulação, industrialização, embalagem, acondicionamento, transporte, distribuição, comércio, armazenamento, importação e exportação de produtos orgânicos, estendendo-se à sua publicidade e propaganda.

Tabela IV – Demonstrativo das Ações Físicas realizada no Exercício de 2013 para o Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica - PO CERTORGAN13

Nº	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2012	2013		PROGR-MADO	EXECU-TADO	(%)
			EXECU-TADO	EXECU-TADO	(%)			

1	Credenciamento de Organismos de Avaliação da Conformidade (OAC) e Cadastro de Organizações de Controle Social (OCS) ¹	Fiscalização	01	01	01	100%
2	Fiscalização de pontos de comercialização	Fiscalização	00	10	06	60%
3	Amostras coletadas ²	Amostra	-	-	-	-

¹No ano de 2013 houve apenas o cadastro de uma OCS por intermédio da SFA-PR (Ocadecto);

²As regras para a coleta de amostras fiscais ainda não foram definidas pela Coordenação de Agroecologia.

Tabela V – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13) no Exercício de 2013

ELEMENTO	2012	2013			E/L(%)
	Executado*	Programado	Liberado	Executado	
3390-14	-	R\$ 6.540,00	R\$ 834,14	R\$ 834,14	100%
3390-30	-	-	-	-	-
3390-33	-	-	-	-	-
3390-36	-	-	-	-	-
3390-39	-	-	-	-	-
4490-52	-	-	-	-	-
3350-39	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-			

* Não foi possível localizar os valores executados para o ano de 2012.

Tabela VI – Demonstrativo de Credenciamento de OAC e cadastro de OCS no Exercício de 2013 para o PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)

Descrição da Entidade	Número de Entidades	2013	Situação
CERTIFICADORA	0	-	-
ORGANISMO PARTICIPATIVO DE AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE	0	-	-
ORGANIZAÇÃO DE CONTROLE SOCIAL	1	Organização Central das Associações de Desenvolvimento Comunitário de Tuneiras do Oeste/Pr	Cadastrada em dezembro

Tabela VII – Demonstrativo de Reuniões da CPOrg-PR no Exercício de 2013 para o PO - Aplicação de Mecanismos de Garantia Qualidade Orgânica (CERTORGAN13)

Nº	Descrição das metas	Unidade medida	2012	2013		
			Executado	Programado	Executado	(%)
1	Reunião ordinária da CPOrg-PR	Reunião	03	04	03	75%

Comentários do Responsável Técnico

Este foi o primeiro ano em as fiscalizações de produtos orgânicos expostos à venda efetivamente começaram a ser realizadas através do SESAG/SFA-PR. Tendo em vista a carência de recursos, as fiscalizações foram direcionadas para estabelecimentos comerciais localizados na região metropolitana de Curitiba.

Quanto ao credenciamento de Certificadoras e de Organismos Participativos de Avaliação da Conformidade (OPAC), nenhuma atividade foi realizada no ano de 2013, visto que a única certificadora com sede no Paraná encontra-se devidamente credenciada e o OPAC atuante no Estado não está sediado no Paraná.

Para o cadastro de Organização de Controle Social, apesar do intenso trabalho de divulgação mediante reuniões da CPOrg-PR e de distribuição de materiais específicos de divulgação, apenas uma nova entidade procurou se regularizar junto à SFA-PR.

Em relação às atividades de divulgação da nova legislação de orgânicos, este assunto foi novamente discutido no âmbito da Comissão da Produção Orgânica no Paraná – CPOrg-PR.

Ao longo do ano, foram distribuídas cartilhas referentes às ações do PI CERTORGAN como, por exemplo, os mecanismos de garantia para a qualidade orgânica. Os materiais voltados aos consumidores foram distribuídos principalmente na Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos, no mês de maio.

As cartilhas distribuídas explicam os Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica, Sistemas Participativos de Garantia e Controle Social na venda Direta de Produtos Orgânicos ao Consumidor sem Certificação e legislação de orgânicos (O olho do consumidor).

2. Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica - PO DESENORG13

Esta é uma ação que tem por finalidade:

Aumentar a oferta, incentivar o desenvolvimento e a aplicação de produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacionais e internacionais; fomentar a construção e socialização de conhecimentos em torno de temas relacionados à agroecologia e a agricultura orgânica para diferentes públicos e no contexto da educação formal e informal, bem como a capacitação de técnicos e produtores rurais em tecnologias e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção; articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural para otimizar e viabilizar ações de fomento que promovam a integração e organização da rede para a produção e comercialização de produtos orgânicos bem como para a pesquisa, ensino e extensão relativas à agricultura orgânica e a agroecologia e promover a agricultura orgânica e o consumo responsável.

Descrição da ação

A ação engloba um conjunto de atividades e projetos de fomento, destacando-se aquelas voltadas para: ampliar o acesso aos conhecimentos, produtos e processos apropriados aos sistemas orgânicos de produção; aumentar o número de técnicos, agricultores e demais agentes que atuam na rede de produção orgânica capacitados para atuar em atividades relacionadas à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização de produtos orgânicos; promover e apoiar eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros no mercado interno e externo tais como feiras, exposições ou campanhas publicitárias de utilidade pública; apoiar a produção e divulgação de materiais impressos e audiovisuais sobre temas de interesse da ação; organização e articulação da rede de produção orgânica nacional e em cada UF; fomentar a produção e comercialização de produtos orgânicos bem como a pesquisa, ensino e extensão em agroecologia e sistemas orgânicos de produção; incentivar o debate em torno da

construção, aperfeiçoamento e desenvolvimento de políticas públicas que possam colaborar para o desenvolvimento da agricultura orgânica brasileira como, por exemplo, o crédito com características diferenciadas que considerem as particularidades dos sistemas orgânicos de produção principalmente para produtores que estejam em processo de conversão.

Comentários do responsável técnico

As atividades desenvolvidas no âmbito do PO DESENG13 se concentraram em divulgação dos produtos orgânicos, como Semana Nacional dos Alimentos Orgânicos e Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

Programa Banco Comunitários de Sementes de Adubos Verdes

Uma das estratégias da COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC/MAPA relativas ao fomento da produção orgânica já implantada em várias Unidades da Federação e de alcance direto aos produtores familiares orgânicos ou em processo de conversão é o Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.

Distribuição de material de divulgação

Com a publicação recente da regulamentação da Lei nº 10.831/2003, que dispõe sobre a Agricultura Orgânica, vários materiais explicativos (cartilhas, *folders*, pôsteres, *banners*) e de divulgação (camisetas, sacolas) vem sendo distribuídos ao público alvo, como consumidores e profissionais de diversas áreas de atuação.

Tabela VIII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica (DESENG13) no Exercício de 2013

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado*	Programado	Liberado	Executado	E/L(%)
3390-14	-	R\$ 6.000,00	R\$ 1.077,19	R\$ 1.077,19	100%
3390-30	-	R\$ 2.619,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%
3390-33	-	-	-	-	-
3390-36	-	-	-	-	-
3390-39	-	-	-	-	-
4490-52	-	-	-	-	-
3350-39	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-			

* Não foi possível localizar os valores executados para o ano de 2012.

3. Fiscalização de Serviços Agrícolas - PO FISCAGRIC13

Tabela IX - Dados Gerais da Ação 2177 PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13) implantada no Exercício de 2013

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Fiscalizar os trabalhos da aviação agrícola, em conformidade com os padrões técnicos operacionais e de segurança para o meio ambiente, populações rurais, operadores aeroagrícolas e entidades de ensino, objetivando a proteção às pessoas e ao

	meio ambiente, reduzindo os riscos da atividade e do emprego de agrotóxicos utilizados na agricultura.
Descrição	Fiscalizações das atividades aeroagrícolas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas.	Divisão de Mecanização e Aviação Agrícola DMAA/CGLOG/DIEL/SDC/MAPA
Unidade executora	SFA-PR
Área responsável por gerenciamento ou execução	SESAG/DPDAG/SFA-PR
Coordenador nacional da ação	Luís Gustavo Asp Pacheco
Responsável pela execução da ação a nível local.	Ines Tutida

DESCRIÇÃO DA AÇÃO

A fiscalização da atividade de aviação agrícola, tem com finalidade assegurar a observação das normas de proteção à vida, saúde e ao meio ambiente, do ponto de vista operacional.

Resultados

Tabela X – Demonstrativo de Ações Fiscais realizadas no Exercício de 2013, para o PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13)

N.º	Descrição da meta	Unidade de medidas	2012	2013		
			Executado	Programado	Executado	%
1	Empresa Fiscalizada	Unidade	44	75	50	66
2	Inspeção para Registro	Unidade	1	2	2	100
3	Processo Adm. Formalizado	Unidade	12	10	11	110
4	Análise de Relatório	Unidade	317	348	304	87

Produto: Fiscalização Realizada

Fiscalização de empresas prestadoras de serviços aeragrícolas.

Tabela XI – Demonstrativo Físico e Financeiro para o produto “Fiscalizações Realizadas” no Exercício de 2013, para o PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13)

QUANTIDADE FISICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013			Realizado QR ²		Unitário Programado 2013-CUP	Unitário Realizado 2013-CUR
Realizado QR	Programado QP	Realizado QR	Universe QT	2012	2013		
44	47	50	32	15280,52	16.377,57	393,33	327,55

Legenda

QR – Quantidade realizada

QP – Quantidade Programada

QT – Quantidade Total

CR – Custo total realizado

CUP – Custo unitário programado

CUR – Custo unitário realizado

1 – Programação conforme SIPLAN

2 – Custo Realizado, extraído do SIAFE

Tabela XII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO – Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13) no Exercício de 2013

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 11.480,52	R\$ 19.700,00	R\$ 13.950,00	R\$ 13.627,57	97,68
3390-30	R\$ 3.800,00	R\$ 9.800,00	R\$ 2.750,00	R\$ 2.750,00	100
3390-33					
3390-39					
4490-42					
TOTAL	R\$ 15280,52	R\$ 29.500,00	R\$ 16.700,00	R\$ 16.377,57	98,06

Tabela XIII – Indicadores de desempenho do PO– Fiscalização de Serviços Agrícolas (FISCAGRIC13) no Exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADORES OBTIDOS				
PARAMETROS UTILIZADOS	ECONOMICIDADE	EFICIENCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização de empresas prestadoras de serviços aeroagrícolas	1,07	1,2	110	156,25

Formula

Economicidade $[(CR2013:CR2012)-1]x100$

Eficiência $[(CUR2012:CUP2012)-1]x100$

Eficácia $(QR2013:QP2012)x100$

Efetividade $(QR2013 : QT2013) x 100$

Custo Unitário Programado $(CP2012:QP2012)$

Custo Unitário Realizado $(CR2012:QR2012)$

Com as geadas forte que ocorreram nos meses de julho e agosto em nosso Estado, afetaram áreas de lavouras de inverno, mas as geadas reduziram a incidência de pragas nas culturas de verão. As culturas de foram afetadas pela forte onda de calor nos meses de novembro e dezembro, principalmente a soja plantada no tarde.

Comparando as áreas relatadas que receberam aplicação aérea dos anos 2012 – 434.057,28 hectares e 2013 – 399.836.79 hectares, corresponde a uma redução em 2013 de 7,88%.

4. Fiscalização de Contratos de Repasse - PO FISCON13

Esta ação possui os seguintes objetivos:

a) Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CAIXA para operacionalização dos contratos de repasse; e

b) Fiscalizar, acompanhar e avaliar a execução dos contratos de repasse pelas instituições contratantes relativamente à finalidade a que se destinam os planos de trabalhos aprovados pela SFA, de forma rotineira por amostragem ou denúncia.

A gestão do Contrato de Prestação de Serviço (CPS) MAPA/CAIXA encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, tendo como Gerente Executivo do PRODESA o Diretor de Programas dessa Secretaria. As ações que compõem o PRODESA, no entanto, são coordenadas pela Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/SDC e fiscalizadas pelo Departamento de Infraestrutura e Logística – DIEL/SDC por meio de um Plano Interno – PI específico, denominado de Fiscalização de Contratos de Repasse, internamente intitulado de FISCON13.

De acordo com a Portaria MAPA Nº 1.232/2008, as ações do PRODESA, que envolvem somente investimentos, objetivam viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações, contemplando atividades competentes à Coordenação de Infraestrutura Rural – CIER. Assim, para garantir o cumprimento das suas atribuições regimentais no tocante a informações sobre a implementação dos investimentos voltados para a infraestrutura rural, incluindo-se aqueles oriundos do PRODESA, coube à CIER o atendimento aos órgãos de controle internos e externos, às demais Unidades Gestoras do MAPA e, em geral, à sociedade brasileira.

O atendimento às diversas formas de acompanhamento dos contratos de repasse se dá seja por denúncias encaminhadas ao MAPA (a partir da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, Ministérios Públicos Federais e Estaduais e da Ouvidoria do MAPA), ou através de intervenções planejadas de fiscalização, por iniciativa própria e de demandas internas.

Então, quando há alguma demanda contendo elementos que propõem a realização de fiscalização *in loco*, a CIER atua diretamente no levantamento das informações sobre os fatos denunciados junto à CAIXA, quanto à consecução do objeto do contrato, e junto às SFA's, em relação ao cumprimento dos objetivos e atendimento aos beneficiários, sendo geralmente necessário o deslocamento, até o município atendido, para verificar a pertinência da denúncia.

Visando ao melhor aproveitamento dos recursos do PO FISCON13 e à redução do número de denúncias recebidas todos os anos envolvendo os contratos de repasses federais, a CIER elaborou o Plano de Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos de Repasse por método de amostragem, quando foram estabelecidos critérios para implementar a fiscalização dos objetos dos contratos de repasse com a proposta de descentralizar a execução das atividades do gênero para as Superintendências, não só por representar legítimo interesse do MAPA, mas também para satisfazer orientações/determinações providas da Controladoria -Geral da União – CGU e/ou do Tribunal de Contas da União – TCU. Aspectos relacionados à verificação da legalidade da licitação não constituem objeto da fiscalização designada pelo plano de fiscalização por amostragem.

Fiscalização de Contratos de Repasse na SFA-PR

Tem por finalidade primordial fiscalizar o uso dos bens adquiridos ou construídos com recursos oriundos do Orçamento Geral da União – OGU, repassados a entidades públicas através de contratos de repasse celebrados por intermédio da CAIXA ECONOMICA FEDERAL, dentro do programa oficial do MAPA, denominado Programa de Desenvolvimento do Setor Agropecuário - PRODESA. Visa, portanto, a verificação do atendimento dos beneficiários previstos no Plano de Trabalho apresentado pela entidade proponente e devidamente aprovado pela Superintendência Federal de Agricultura.

A escolha dos contratos de repasse que serão objeto de fiscalização é de responsabilidade do Departamento de Infraestrutura, Logística e Parcerias Institucionais – DIEL/SDC/MAPA, o qual seleciona, por amostragem, contratos de repasse celebrados nos últimos cinco anos, retroativamente a partir do exercício em curso, estimando-se a porcentagem em relação ao número de contratos celebrados. Estes contratos selecionados formam o Plano de Fiscalização e constituem, geralmente, a maioria dos contratos fiscalizados. Uma segunda forma de designação de contratos a serem fiscalizados é quando há denúncias de mau uso dos bens adquiridos/construídos e, geralmente essa demanda chega através da Ouvidoria do MAPA ou da Corregedoria-Geral da União - CGU.

Aspectos relacionados à verificação da legalidade da licitação não constituem objeto da fiscalização designada pelo plano de fiscalização por amostragem, uma vez que as análises concernentes às prestações de contas dos contratos de repasse são realizadas pela CAIXA, em função do contrato de prestação de serviços firmado com o MAPA ou pela Coordenação-Geral de Prestação de Contas – CGPC/SE/MAPA.

Cabe ressaltar que, embora o PRODESA já exista a mais de uma década, o Plano de Fiscalização instituído pelo DIEL e encaminhado, via ofício circular, à SFA-PR foi iniciado em 2009, tendo sido selecionado para fiscalização os quantitativos abaixo relacionados:

Tabela XIV – Demonstrativo do Número de Contratos de Repasse selecionados nos anos de 2009 a 2013

Ano	Numero de Contratos a serem Fiscalizados	Ofício Circular DIEL
2009	81	Of. Circ. Nº 090, de 27/03/2009
2010	47	Of. Circ. Nº 239, de 06/07/2010
2011	17	Of. Circ. Nº 370, de 29/08/2011
2012	51	Of. Circ. Nº 049, de 25/01/2012
2013	62	Of. Circ. Nº 374, de 15/04/2013

Para 2013 foram selecionados para fiscalização, pelo DIEL/SDC, 62 contratos de repasse, distribuídos em 21 municípios do Estado do Paraná. Os trabalhos de fiscalização referente à Programação 2013 foram descentralizados para as Unidades Técnicas da SFA/PR, principalmente as de Londrina e Maringá

Sabe-se que devido a restrições na descentralização de recursos, nenhuma fiscalização foi realizada referente à Programação 2013.

Neste SESAG/SFA-PR foram fiscalizados 11 contratos de repasse extra Programação 2013, sendo algumas referentes à demanda do DIEL, oriundas de denúncia.

Tabela XV – Relação dos Contratos de Repasse fiscalizados pelo SESAG, em 2013

Município*	Demanda	Contratos de Repasse fiscalizados
Campo Magro	SESAG/SFA-PR	332.231-04/2010
Bela Vista da Caroba	SESAG/SFA-PR	79.511-65/1998
	SESAG/SFA-PR	179.160-07/2005
	SESAG/SFA-PR	261.183-18/2008
	SESAG/SFA-PR	126.666-07/2001
Barracão	SESAG/SFA-PR	79.326-33/1998
	SESAG/SFA-PR	281.206-01/2008
	SESAG/SFA-PR	364.579-76/2011
Bom Jesus do Sul	SESAG/SFA-PR	158.574-63/2003
Castro	SESAG/SFA-PR	261.718-78/2008
	SESAG/SFA-PR	166.255-79/2004
Uraí	DIEL/SDC/MAPA	166.255-79/2004

* As fiscalizações realizadas em Campo Magro, Bela Vista da Caroba, Barracão e Bom Jesus do Sul, foram realizadas em janeiro e março de 2013, portanto, antes da definição dos contratos de repasse a serem fiscalizados em 2013 e apresentados no Ofício Circular DIEL/SDC/MAPA Nº 374, de 15/04/2013.

Na UTRA Londrina foram fiscalizados 14 contratos de repasse extra programação, sendo que a fiscalização do CR 245.706-07 ocorreu em função de demanda do DIEL e, as demais fiscalizações realizadas naquele município, foram levadas a efeito em função de uma equipe ter se deslocado até aquela cidade, em função da demanda citada.

Tabela XVI – Relação dos Contratos de Repasse fiscalizados pela UTRA Londrina em 2013

Município*	Demanda	Contratos de Repasse fiscalizados
Quatiguá		132.427-22
		185.959-87
		202.065-43

		214.044-30
		215.435-94
		240.219-97
	DIEL/SDC/MAPA	245.706-07
		266.415-29
		304.269-63
		335.311-45
		366.775-09
Cambé		97.644-99
		261.194-47
		370.981-88

Resultados obtidos

Tabela XVII – Demonstrativo de Ações Físicas realizadas no Exercício de 2013 no PO – Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCON13)

Descrição das Metas	Unidade Medida	2012	2013		
		Executado (QR ₂₀₁₂)	Programado (QP ₂₀₁₃)	Executado (QR ₂₀₁₃)	(%)
Fiscalização de Contratos de Repasse	contrato	00	62	0	0

Tabela XVIII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO – Fiscalização de Contratos de Repasse (FISCON13)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado*	Programado	Liberado	Executado	E/L(%)
3390-14	-	**	R\$ 12.093,33	R\$ 8.897,24	73,57
3390-30	-	-	-	-	-
3390-33	-	-	-	-	-
3390-36	-	-	-	-	-
3390-39	-	-	-	-	-
4490-52	-	-	-	-	-
3350-39	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	R\$ 12.093,33	R\$ 8.897,24	73,57

* Não foi possível localizar os valores executados para o ano de 2012, motivo pelo qual restou prejudicado o cálculo do índice de Economicidade.

Tendo em vista que não houve nenhuma fiscalização relativa à Programação 2013, não foi possível calcular os valores dos índices de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade.

Comentários do responsável técnico

As fiscalizações realizadas em 2013 foram executadas pelo SESAG/SFA-PR e pela UTRA/Londrina. Entretanto, estas fiscalizações, num total de 25 contratos de repasse, não fazem parte do rol de contratos constantes na Programação 2013.

Tais fiscalizações foram realizadas antes da definição da Programação 2013 ou em atendimento a demanda do DIEL/SDC/MAPA.

O principal motivo da não realização das fiscalizações previstas na Programação 2013 deve-se a restrições de ordem financeira relacionadas à não descentralização de recursos.

Em cada uma das fiscalizações realizadas foram elaborados relatórios descrevendo a situação verificada *in loco*. Cada um dos relatórios encontra-se anexado a um processo administrativo. A adoção de providências para a correção de impropriedades constatadas é conduzida pelo SESAG/SFA-PR. Dependendo da irregularidade verificada é procedida comunicação ao DIEL e ao Ministério Público Federal.

Semelhante aos anos anteriores foi constatado que a maioria das Prefeituras fiscalizadas apresentava algum tipo de irregularidade, como desvio de finalidade dos bens adquiridos, abandono parcial ou total dos bens ou desaparecimento de equipamento. Em inúmeros casos foi constatada a subutilização das máquinas ou implementos adquiridos. Outro problema recorrente é a falta de identificação do bem, segundo o previsto na legislação vigente. Atualmente é utilizado um adesivo fornecido pela CAIXA, todavia sua durabilidade é inferior a um ano, quando exposto ao sol, chuva, calor, etc.

Programa 2028 – Defesa Agropecuária

DDA – Divisão de Defesa Agropecuária

1. Perfil do Serviço

A Divisão de Defesa Agropecuária – DDA da SFA – PR, estabelecida pela Portaria 428/2010 tem competência sobre a seguinte estrutura organizacional:

1 – Unidades Centrais de Execução Finalística:

SSA-Serviço de Saúde Animal

SSV-Serviço de Sanidade Vegetal

SIPOA-Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SIPOV-Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

SEFIP-Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários

SEFIA-Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas

....

2 – Unidades Descentralizadas de Execução Finalística:

SVA-Serviço de Vigilância Agropecuária

UVAGRO-Unidade Vigilância Agropecuária

O Serviço de Gestão de Vigilância Agropecuária no Paraná – VIGIAGRO-PR, extinto conforme Portaria MAPA 428/10, de 09/06/2010, que aprovou o Regimento Interno das SFAs, porém as atividades nas fronteiras, aeroportos internacionais, portos e aduanas especiais continuam sendo executadas e a gestão destas ações está a cargo do Chefe de Divisão de Defesa Agropecuária.

Endereço eletrônico: gab-pr@agricultura.gov.br

2. Resultados alcançados comparando com as metas do PPA

Tabela XIX – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário (VIGIAGRO13)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 186.244,79	R\$ 153.500,00	R\$ 143.400,00	R\$ 137.631,10	95,98

3390-30	R\$ 140.310,73	R\$ 64.000,00	R\$ 88.347,06	R\$ 88.227,06	99,86
3390-33	R\$ 49.300,00	R\$ 20.000,00	R\$ 22.450,00	R\$ 22.355,51	99,58
3390-39	R\$ 71.467,53	R\$ 42.500,00	R\$ 44.400,18	R\$ 27.953,73	62,96
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 50.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	00,00
TOTAL	R\$ 447.323,05	R\$ 330.000,00	R\$ 243.228,88	R\$ 276.167,40	92,49

Os resultados em comento referem-se às ações do VIGIAGRO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos e buscam minimizar os riscos da entrada e disseminação de pragas de origem vegetal, doenças animais e produtos clandestinos em território nacional, oriundos de outros países, objetivando salvaguardar interesses sanitários e econômicos relacionados a atividade agropecuária e ambiental, bem como saúde humana.

Os resultados tem por base a inspeção de partidas dos produtos e sub produtos de origem animal e vegetal e insumos agropecuários, tanto em relação as atividades comerciais de importação como exportação. As ações também comportam a fiscalização de passageiros em trânsito internacional, bem como remessas postais vindas do exterior e embalagens de madeira.

Os processos formais de importação e exportação são integralmente fiscalizados e no ano de 2013 totalizaram 164.159, englobando as áreas vegetal e animal, sendo atribuição do VIGIAGRO atuar, tramitar e fiscalizar de forma física e documental este volume.

Os resultados das ações do VIGIAGRO, estão inseridos no objetivo 0366, que trata do programa 2018 sobre Defesa Agropecuária e as metas foram estabelecidas no PPA - 2012 – 2015.

A comparação dos resultados com as metas do PPA – 2012 – 2015 fica prejudica pelo fato de que estas não estão descentralizadas em sua totalidade.

Os índices dos indicadores de desempenho são: efetividade, eficiência, economicidade e eficácia, calculados a partir dos parâmetros contidos na tabela XIX e demonstrados na tabela XX.

PRODUTO: PARTIDAS INSPECIONADAS

Tabela XX – Demonstrativo Físico e Financeiro para o produto “Partidas Inspeccionadas” relativo ao Exercício de 2013, no PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos (VIGIAGRO13).

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013			Realizado		Unitário Programado 2013 – CUP	Unitário Realizado 2013 CUR
Realizada QR	Programada QP	Realizada QR	Universo QT	CR 2012	CR 2013		
166.366	74.000	164.159	164.169	166.366	164.159	4,46	1,68

Legenda:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

CR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

3. Desempenho Operacional

Tabela XXI – Indicadores de Desempenho para o produto “Partidas Inspeccionadas” relativo ao Exercício de 2013, no PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos (VIGIAGRO13), com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
PARTIDA INSPECIONADA	1,68	0,62	221,84	100

Legenda:

Economicidade: custo médio por partida inspecionada em 2013 (em R\$).

Eficiência: custo médio de uma partida inspecionada em relação ao ano anterior.

Eficácia: número de partida inspecionada realizada em relação ao programado em 2013 (em %).

Efetividade: Número de partidas inspecionadas (QR) em relação ao universo (QT) (em %).

Analisando os resultados dos indicadores de desempenho, o custo médio da partida inspecionada em 2013 equivale a 62% do valor médio de 2012. O custo médio da partida inspecionada foi de R\$ 1,68 (um real e sessenta e oito centavos) representando que a atividade foi realizada com alto grau de economicidade.

Houve redução orçamentária significativa em comparação com os anos anteriores.

A meta programada para 2013 subestimou a atividade do VIGIAGRO, correspondendo a menos da metade da média histórica contida nos relatórios de gestão dos últimos anos.

4 – Os resultados alcançados, tendo por parâmetro as metas físicas e financeiras estabelecidas no LOA, demonstrando ainda os índices indicadores utilizados

Parâmetros de metas físicas e financeiras não foram estabelecidos para a unidade jurisdicionada pela Lei Orçamentária Anual e os resultados alcançados estão descritos na tabela XX bem como sua análise.

5 – Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação

As Unidades Descentralizadas de Execução Finalística, compostas pelas SVAs e UVAGROS tiveram suas atividades prejudicadas pela deficiência de pessoal, situação crônica que se agrava anualmente devido a aposentadorias, transferências e licenças e pela escassez de instrumentos de reposição de pessoal, tais como concursos, que mesmo quando realizados não atendem essa demanda.

A questão da falta de recursos humanos, tanto em atividades diretamente ligadas à fiscalização, como também a áreas administrativas, afeta o andamento dos serviços prestados aos usuários, causando delongas e gerando insatisfações, bem como prejuízos econômicos. Em relação a situação convém salientar a realização de ações extraordinárias, força tarefa e outras que exigem o deslocamento de servidores de outras unidades para atender a demanda exacerbada de trabalho, obrigando a administração à arcar com despesas em valores que poderiam ser melhor utilizados não sendo situação condizente com a proteção de interesses da sociedade.

O número insuficiente de servidores interfere também na baixa participação em treinamentos, reuniões técnicas e eventos, visto que os mesmos não podem se ausentar de suas unidades considerando o volume de trabalho. Desta forma, o desenvolvimento das competências do corpo funcional, um dos objetivos da Gestão Estratégica do MAPA, não está sendo cumprido.

A infra estrutura das instalações, de recursos de telecomunicações e outros ligados a atividade, é inadequada, necessitando de urgente modernização que comporte o fluxo crescente do serviço, principalmente, por estar relacionado ao agronegócio.

6 – Informações sobre outros resultados gerados pela gestão contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade

As ações do VIGIAGRO inseridas nos objetivos estratégicos do desenvolvimento do agronegócio no comércio internacional e minimização de riscos sanitários, não obstante, as limitações descritas, as atividades foram realizadas.

SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas

Tabela XXII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira referente ao Exercício de 2013 para o PO: Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM1)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 121.361,38	R\$ 207.165,05	R\$ 141.227,60	R\$ 120.430,96	85,3
3390-30	R\$ 165.954,79	R\$ 71.140,00	R\$ 58.619,27	R\$ 58.618,29	99,9
3390-33	R\$ 13.417,42	R\$ 54.500,00	R\$ 21.700,00	R\$ 21.700,00	100
3390-36	R\$ 0,00	R\$ 9.917,00	R\$ 10.492,70	R\$ 5.635,10	53,7
3390-39	R\$ 53.776,98	R\$ 48.000,00	R\$ 11.061,31	R\$ 7.442,61	67,3
3390-93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 128,00	R\$ 128,00	100
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 240.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0
TOTAL	R\$ 354.510,57	R\$ 630.722,05	R\$ 243.228,88	R\$ 213.954,96	88

Tabela XXIII – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” referentes ao Exercício de 2013, para o PO – Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM1)

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013						
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universeo QT ⁴	Realizado CR ²		Unitário Programado 2013 – CUP ³	Unitário Realizado 2013 - CUR
				2012	2013		
1023	1091	1144	5211	354.510,57	213.954,96	358,13	187,02

Fórmulas:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total (credenciados/inscritos RENASEM)

CR- custo total realizado. Considerou-se para o cálculo, as rubricas de custeio.

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

Observações:

1 - Programação extraída do sistema SIPLAN 2013

2 - Custo Realizado, extraído do sistema SIAFI 2012 e 2013.

3 - Programação conforme SIOR

4 - Universeo de pessoas físicas ou jurídicas com RENASEM no Paraná, conforme Plano Operativo Anual 2013

Memória de cálculo:

$CUP = CP2013/QP2013 = R\$ 390.722,05/1091 = R\$ 358,13$

** CP/2013 = considerou-se as rubricas de custeio.*

$CUR = CR2013/QR2013 = R\$ 213.954,96/1144 = R\$ 187,02$

Tabela XXIV – Indicadores de Desempenho do PO – Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM1) para o Exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE

	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização da produção de sementes e mudas	- 39,6	- 47,8	104,8	21,9

Economicidade: Minimização dos custos, quanto aos recursos utilizados na execução da atividade de fiscalização, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

Eficiência: Relação entre os produtos gerados pela atividade de fiscalização e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo. Essa dimensão mede o esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Resultado que se espera: minimização dos custos e aumento da atividade sem perda da qualidade. É o custo de uma unidade de produção da ação em relação à estimativa inicial.

Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Efetividade: Relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, considerando-se o universo da atividade avaliada.

Memória de cálculo:

FISCALIZAÇÃO REALIZADA 2012 (QR 2012): 1023

FISCALIZAÇÃO REALIZADA 2013 (QR 2013): 1144

Economicidade	$[(CR2013/CR2012) - 1] \times 100 = [(213.954,96/354.510,57) - 1] \times 100 = - 39,6$
Eficiência	$[(CUR2013/CUP2013) - 1] \times 100 = [(187,02/358,13) - 1] \times 100 = - 47,8$
Eficácia	$(QR2013/QP2013) \times 100 = (1144/1091) \times 100 = 104,8$
Efetividade	$(QR2013/QT2013) \times 100 = (1144/5211) \times 100 = 21,9$

Tabela XXV – Índice de Conformidade dos Produtos Fiscalizados para o PO – Fiscalização de Sementes e Mudas (FISCALSEM1) dos Exercícios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

META	ÍNDICE DE CONFORMIDADE (%)			
	Sementes de soja		Sementes de trigo	
Safra 2007/2008	96,23	Safra 2008/2008	98,53	
Safra 2008/2009	98,27	Safra 2009/2009	91,33	
Safra 2009/2010	85,92	Safra 2010/2010	96,82	
Safra 2010/2011	90,1	Safra 2011/2011	99,6	
Safra 2011/2012	99,7	Safra 2012/2012	97,8	
Safra 2012/2013	96,6			

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012 acabou por forçar uma adequação da programação de atividades inicialmente previstas, uma vez que o deslocamento dos servidores que atingiam as 40 diárias conforme o referido Decreto, dependiam de autorizações de autoridade superior, no caso, o Sr. Secretário Executivo do MAPA. No entanto, tais autorizações na maioria dos casos eram concedidas de forma extemporânea, levando ao cancelamento de programações de fiscalizações inicialmente contidas no POA, as quais tiveram que ser readequadas. No entanto, a limitação imposta pelo referido Decreto não ocasionou um prejuízo quantitativo na execução das metas estabelecidas no Plano Operativo Anual 2013, uma vez que as fiscalizações no segundo semestre de 2013 ficaram concentradas nas coletas de amostras fiscais e, na maioria das vezes, nas áreas de jurisdição dos FFAs das UTRAs e UVAGROS, o que demandou também menor dispêndio de recursos.

Além das limitações impostas pelo Decreto nº 7.689, de 02 de março de 2012, o ano de 2013 foi marcado pelo contingenciamento de recursos, o que levou a uma liberação reduzida em relação ao recurso programado no Plano Operativo Anual (POA) apresentado por este SEFIA/DDA/SFA-PR à Coordenação de Sementes e Mudas/DFIA/SDA. No entanto, tal contingenciamento também não afetou a execução quantitativa das metas estabelecidas no POA, mas ressalta-se que o realizado foi insuficiente para atender toda a demanda do setor produtivo de sementes e mudas, se

consideradas as atribuições legais do MAPA e o universo de atuação no Estado do Paraná, conforme o índice de efetividade apresentado na tabela dos indicadores de desempenho.

Tabela XXVI – Dados Gerais do PO: Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir níveis de conformidade e qualidade dos agrotóxicos e afins disponibilizados para a agricultura nacional.
Descrição	Fiscalização de agrotóxicos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
Unidades executoras	SFA-PR
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFIA/DDA/SFA-PR
Coordenador nacional da ação	Júlio Sérgio Britto
Responsável pela execução da ação no nível local	Scylla Cezar Peixoto Filho

Descrição da Ação

A finalidade principal das atividades desenvolvidas na fiscalização dos agrotóxicos e afins são a de assegurar a oferta de agrotóxicos que garantam um efetivo controle de pragas nos produtos agrícolas e que apresentem baixo impacto ambiental e nível de resíduos nos alimentos dentro dos limites máximos estabelecidos, contribuindo na sustentabilidade do agronegócio.

A fiscalização sobre a produção e o consumo torna-se extremamente necessária para inibir a oferta de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometam a produtividade das culturas e a renda dos agricultores.

A atividade de fiscalização de agrotóxicos e afins tem respaldo na Lei 7.802/1989 e no Decreto 4.074/2002. A sua execução se realiza nas indústrias produtoras, no insumo importado e exportado, nas unidades de pesquisa que realizam experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, fitotoxicidade e de resíduos, para fins de registro.

O processo de fiscalização é executado pelo Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA das Superintendências Federais de Agricultura do MAPA situadas nas Unidades da Federação em colaboração e sob a coordenação da CGAA/DFIA, vinculados à Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

As ações do setor de agrotóxicos da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná compreendem:

- o credenciamento de entidades de ensino e pesquisa que realizam experimentação com agrotóxicos e afins, objetivando a emissão de laudos de eficiência e praticabilidade agronômica, fitotoxicidade e de resíduos, para fins de registro;
- autorização prévia de embarque na importação de agrotóxicos, produtos técnicos e afins;
- a inspeção e fiscalização de agrotóxicos e afins nas atividades de pesquisa, experimentação, produção, embalagem, rotulagem, bula, importação e exportação de produtos técnicos, pré-misturas, agrotóxicos, seus componentes e afins;
- a coleta de amostra de produtos formulados e produtos técnicos com objetivo de controlar a qualidade dos agrotóxicos e afins frente às características do produto registrado;

- a coordenação e a execução da fiscalização integrada contra os agrotóxicos ilegais;
- o atendimento da demanda do público externo;
- o relacionamento institucional com a fiscalização estadual, sobretudo nas atividades de fiscalização do comércio e uso de agrotóxicos e afins no Paraná;
- a realização e participação de reuniões técnicas;
- a realização ações de educação sanitária por meio de palestras e divulgações, visando à orientação dos usuários dos agrotóxicos e de todos os demais envolvidos no processo produtivo deste insumo.
- o apoio nas ações da Coordenação Geral de Agrotóxicos e afins – CGAA.

Tabela XXVII – Fiscalização Realizada no PO – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

N.º	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNIDADE MEDIDA	2012	2013		
			EXECUTADO	PROGRAMADO	EXECUT.	%
1	Fiscalização em Estabelecimentos	Unidade	54	58	54	93,10
2	Fiscalização em Produtos	Unidade	258	210	223	106,19
	FISCALIZAÇÃO REALIZADA TOTAL	Unidade	312	268	277	103,35

OBS:

Foram consideradas as atividades de fiscalização em estabelecimentos formuladores e importadores de agrotóxicos e também a fiscalização em entidades que realizam pesquisa com agrotóxico, conforme o que consta no SIPLAN.

Consideram-se produtos fiscalizados, os agrotóxicos fiscalizados, as amostras coletadas e os experimentos fiscalizados que utilizam produtos com Registro Especial Temporário – RET.

Além destas atividades foram realizadas também as outras ações elencadas anteriormente.

Tabela XXVIII – Processo Administrativos de Fiscalização do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

N.º	DESCRIÇÃO	UNIDADE MEDIDA	2012	2013	
			EXECUTADO	EXECUTADO	VARIAÇÃO %
1	Processos Autuados	Unidade	09	14	155,5
2	Processos Julgados em 1ª instância	Unidade	11	19	172,7
	ÍNDICE	Unidade	0,66	2,5	

Gráfico III – Metas Programadas e Executadas do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

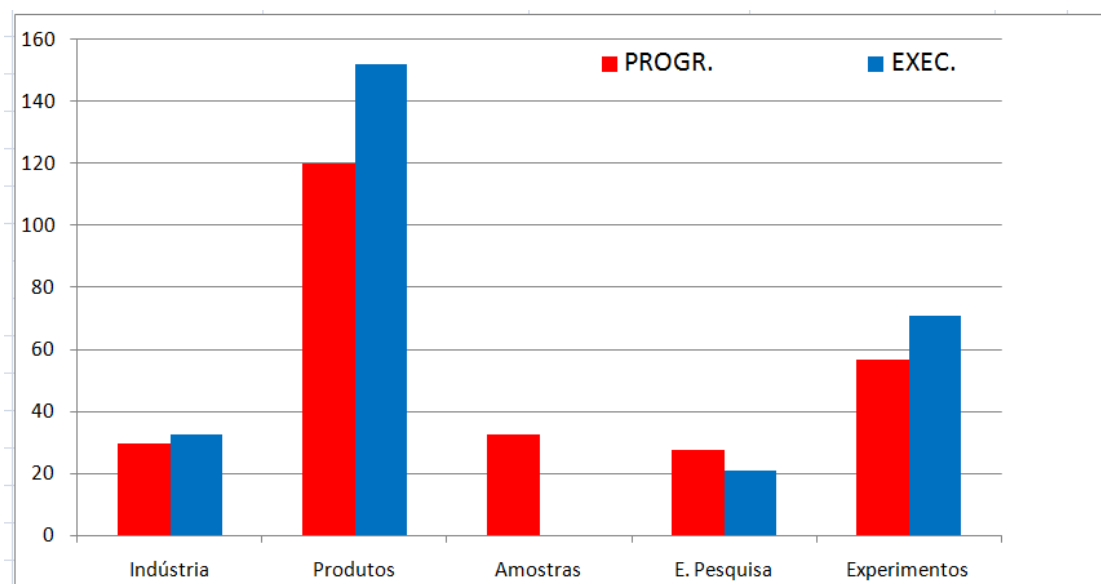
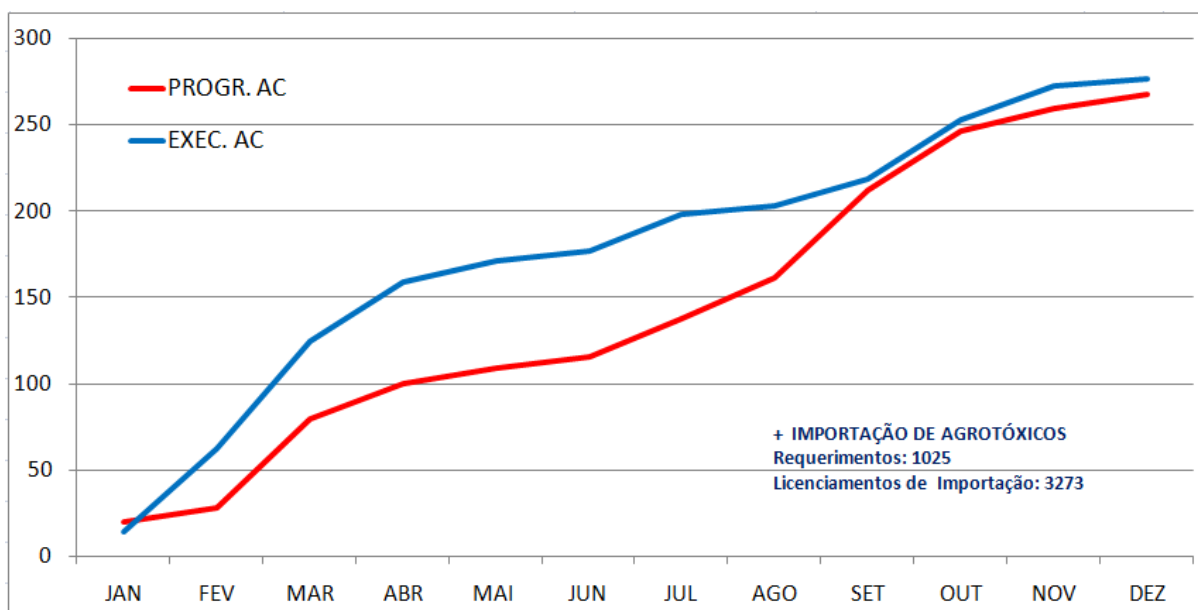


Gráfico IV – Evolução das Metas Programadas e Executadas do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013



OBS: Dados referente à fiscalização de indústria, produtos, entidades pesquisa e experimentos com agrotóxicos.

Tabela XXIX – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

ELEMENTO	2012		2013		
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 24.367,16	R\$ 81.915,60	R\$ 19.141,00	R\$ 16.646,74	86,96
3390-30	R\$ 8.520,00	R\$ 14.020,00	R\$ 12.112,09	R\$ 11.909,30	98,32
3390-33	R\$ 5.347,92	R\$ 39.000,00	R\$ 16.000,00	R\$ 15.956,30	99,72
3390-36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 997,70	R\$ 997,70	100,00
3390-39	R\$ 22.519,84	R\$ 15.100,00	R\$ 1.777,09	R\$ 1.777,09	100,00
3390-93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 30.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
TOTAL	R\$ 60.754,92	R\$ 180.035,60	R\$ 50.027,88	R\$ 47.287,13	97,00 *

* Valor obtido pela média dos 5 elementos de despesas com liberação de recursos.

Tabela XXX – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” do PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO (EM R\$ 1,00)			
2012	2013						
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universeo QT ⁴	Realizado CR ²		Unitário Programado 2013 – CUP ³	Unitário Realizado 2013 – CUR
				2012	2013		
312	268	277	249	60.754,92	47.287,13	559,83	170,71

Observações(1):

(1) Na quantidade física, considerou-se as atividades de fiscalização em estabelecimentos formuladores e importadores de agrotóxicos e também a fiscalização em entidades que realizam pesquisa com agrotóxico, conforme consta no Sistema SIPLAN.

(2) No demonstrativo de custo, não foram considerados nos cálculos o elemento de despesa 4490-52 – investimento.

Fórmulas:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total

QR- custo total realizado

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

Observações(2):

1 – Programação extraída do sistema SIPLAN 2012

2 – Custo Realizado, extraído do sistema SIAFI 2012.

3- Programação conforme SIOR 2012

4- Universo de estabelecimentos produtores, importadores e produtos registrados e produzidos no Paraná.

Memória de cálculo:

CUP = CP2013/QP2013 = R\$ 150.035,60 /268 = R\$ 559,83

CUR = CR2013/QR2013 = R\$ 47.287,13/277 = R\$ 170,71

Tabela XXXI – Indicadores de Desempenho para o PO - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins (FISAGROTOX1) para o Exercício de 2013

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização realizada	22,16	69,50	103,35	111,24

Observação:

(1) No cálculo dos custos não foram computados os valores correspondentes a Investimentos, pois não há definição quanto à forma e período de amortização dos mesmos.

Fórmulas:

Economicidade	$[(CR2013 : CR2012) - 1] x 100$
Eficiência	$[(CUR2013 : CUP2013) - 1] x 100$
Eficácia	$(QR2013 : QP2013) x 100$
Efetividade	$(QR2013 : QT2013) x 100$
Custo unitário programado	$(CP2013 : QP2013)$
Custo unitário realizado	$(CR2013 : QR2013)$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As metas estabelecidas pela Coordenação Geral de Agrotóxicos - CGAA foram cumpridas em sua plenitude, com índice de 103,35 %. Nas fiscalizações de estabelecimentos formuladores, importadores e entidades de pesquisa com agrotóxicos e afins foi cumprida 93,10 % da meta estabelecida. Na fiscalização de produtos, atingiu-se um índice de 106,19 %.

Não foram coletadas amostras de agrotóxicos devido a falta de laboratório para as análises.

Em 2013, foram feitos também, 08 relatórios para julgamento de processos administrativos de fiscalização em 2ª instância.

No ano de 2013 o setor analisou 1025 requerimentos de importação e 3273 licenciamentos de importação de agrotóxicos afins

Neste ano foram aplicadas multas por infração a legislação de agrotóxicos no valor total de R\$ 308.106,18. Além disto, a fiscalização federal agropecuária apreendeu cautelarmente 1.267.865,00 quilogramas de agrotóxicos irregulares.

Por fim, com relação às atividades do programa, conseguimos atingir as metas propostas, priorizando as demandas que exigiam maior atenção da fiscalização além do atendimento imediato dos clientes diretos e da participação ativa na modernização das atividades e ferramentas para a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins no âmbito estadual e nacional.

Tabela XXXII – Demonstrativo Físico Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” para o PO: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECO1) para o Exercício de 2013

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO (EM R\$ 1,00)			
2012		2013					
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universo QT ⁴	Realizado CR ²		Unitário Programado 2013 – CUP ³	Unitário Realizado 2013 - CUR
				2012	2013		
991	750	767	361	235.642,92	87.317,64	332,22	113,84

Observações(1):

(1) Na quantidade física, considerou-se as atividades de fiscalização em estabelecimentos registrados como produtores, importadores e comerciantes de fertilizantes, corretivos e inoculantes, e estabelecimentos cadastrados como prestadores de serviço de armazenagem, de acondicionamento e de análises laboratoriais destes produtos, bem como a fiscalização em produtos, com coleta de amostras ou adoção de medidas de apreensão.

(2) No demonstrativo de custo, não foram considerados nos cálculos o elemento de despesa 4490-52 – investimento.

Fórmulas:

QR- quantidade realizada
QP- quantidade programada
QT- quantidade total
CR- custo total realizado
CUP- custo unitário programado
CUR- custo unitário realizado

Observações(2):

1 – Programação conforme Plano Operativo Anual 2013.

2 – Custo Realizado, extraído do sistema SIAFI 2013.

3- Programação conforme Plano Operativo Anual 2013

4- Universo de estabelecimentos produtores, importadores e comerciantes registrados e de estabelecimentos cadastrados como prestadores de serviço no Paraná.

Memória de cálculo:

CUP = CP2013/QP2013 = R\$ 249.166,40/750 = R\$ 332,22

CUR = CR2013/QR2013 = R\$ 87.317,64/767 = R\$ 113,84

Tabela XXXIII – Indicadores de Desempenho para o PO: Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOII) para o Exercício de 2013

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização realizada	62,95	65,73	102,27	212,46

Observação:

(1) No cálculo dos custos não foram computados os valores correspondentes a Investimentos, pois não há definição quanto à forma e período de amortização dos mesmos.

Fórmulas:

Economicidade $[(CR2013 : CR2012) - 1] \times 100$
Eficiência $[(CUR2013 : CUP2013) - 1] \times 100$
Eficiência $(QR2013 : QP2013) \times 100$
Efetividade $(QR2013 : QT2013) \times 100$
Custo unitário programado $(CP2013 : QP2013)$
Custo unitário realizado $(CR2013 : QR2013)$

Tabela XXXIV - Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes (FISFECOII) para o Exercício de 2013

ELEMENTO	2012		2013		
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 84.989,43	R\$ 183.466,40	R\$ 60.665,00	R\$ 51.319,78	84,59
3390-30	R\$ 136.537,91	R\$ 37.700,00	R\$ 25.240,00	R\$ 25.240,00	100

3390-33	R\$ 10.990,08	R\$ 22.000,00	R\$ 8.154,86	R\$ 8.154,86	100
3390-36	R\$ 360,50	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3390-39	R\$ 2.765,00	R\$ 6.000,00	R\$ 2.603,00	R\$ 2.603,00	100
3390-93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 24.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 235.642,92	R\$ 273.166,40	R\$ 96.662,86	R\$ 87.317,64	90,33

Considerações Finais:

A quantidade física está representada pela soma das fiscalizações realizadas em estabelecimentos e em produtos. Embora a meta física total tenha sido atingida (eficácia de 102,46), houve um incremento no número de fiscalizações realizadas em produtos em detrimento do número de fiscalizações em estabelecimentos, em comparação com a quantidade programada de cada um deles. Como o custo para a realização de fiscalização em produtos é menor do que o da fiscalização em estabelecimentos, houve reflexo nos custos unitário e total realizados, que ficaram menores do que o custo realizado em 2012 (economicidade de 62,95) e do que o custo programado para 2013 (eficiência de 65,73). Este fato tem relação com a restrição orçamentária verificada em 2013, aliada às dificuldades impostas para a obtenção de autorizações para a realização de eventos com mais de dez pessoas e para a participação de servidores com mais de quarenta diárias no período, o que impediu a realização de eventos programados, assim como a execução de fiscalizações em estabelecimentos conforme programado no POA, atividades que demandam maior quantidade de recursos.

Tabela XXXV – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do PO - Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN1) para o Exercício de 2013

ELEMENTO	2011		2012		
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 22.465,49	R\$ 39.978,40	R\$ 24.848,31	R\$ 20.420,00	82%
3390-30	R\$ 4.524,54	R\$ 22.720,00	R\$ 8.879,00	R\$ 8.879,00	100%
3390-33	R\$ 3.892,18	R\$ 16.500,00	R\$ 6.750,00	R\$ 6.645,79	98%
3390-36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
3390-39	R\$ 5.100,00	R\$ 10.000,00	R\$ 5.007,04	R\$ 4.852,54	97%
3390-93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
TOTAL	R\$ 35.982,21	R\$ 89.198,40	R\$ 45.484,35	R\$ 40.797,33	90%

Tabela XXXVI – Demonstrativo Físico Financeiro para o Produto “Fiscalizações Realizadas” para o PO: Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN1) para o Exercício de 2013

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012		2013					
Realizada QR	Programada QP ¹	Realizada QR	Universo QT	Realizado CR ²		Unitário Programado 2013 – CUP ³	Unitário Realizado 2013 - CUR
				2012	2013		
180	155	140	472	35.982,21	40.797,33	575,47	324,89

Fórmulas:

QR- quantidade realizada

QP- quantidade programada

QT- quantidade total (estabelecimentos produtores)

CR- custo total realizado. Considerou-se para o cálculo, as rubricas de custeio.

CUP- custo unitário programado

CUR- custo unitário realizado

Observações:

- 1 - Programação extraída do sistema SIPLAN 2013
- 2 - Custo Realizado, extraído do sistema SIAFI 2012 e 2013
- 3 - Programação conforme SIOR

Tabela XXXVII – Indicadores de Desempenho para o PO: Fiscalização de Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (FISCORGEN1) para o Exercício de 2013

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização de Atividades dom OGM	13,38	-43,54	90,32	29,66

Economicidade: Minimização dos custos, quanto aos recursos utilizados na execução da atividade de fiscalização, sem comprometimento dos padrões de qualidade.

Eficiência: Relação entre os produtos gerados pela atividade de fiscalização e os custos dos insumos empregados para tal em um determinado período de tempo. Essa dimensão mede o esforço do processo de transformação de insumos em produtos. Resultado que se espera: minimização dos custos e aumento da atividade sem perda da qualidade. É o custo de uma unidade de produção da ação em relação à estimativa inicial.

Eficácia: Grau de alcance das metas programadas, em determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Efetividade: Relação entre os resultados alcançados e os objetivos que motivaram a atuação institucional, considerando-se o universo da atividade avaliada.

Memória de cálculo:

FISCALIZAÇÃO REALIZADA 2012 (QR 2012): 180
FISCALIZAÇÃO REALIZADA 2013 (QR 2013): 140

Economicidade $[(CR2013/CR2012) - 1] \times 100$
Eficiência $[(CUR2013/CUP2013) - 1] \times 100$
Eficácia $(QR2013/QP2013) \times 100$
Efetividade $(QR2013/QT2013) \times 100$

SSA - Serviço de Saúde Animal

Está vinculado às ações do **Programa 2028** – Defesa Agropecuária:

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTO13);

Ação 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro alimentar (RASTREAB13) e;

Ação 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais (PCEANIMAL13).

Tabela XXXVIII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTO13) no Exercício de 2013

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 295.721,65	R\$ 1.770,00	R\$ 1.770,00	R\$ 1.388,87	78%
3390-30	R\$ 80.377,21	R\$ 5.123,39	R\$ 5.123,39	R\$ 5.123,39	100%
3390-33	R\$ 4.700,00	-	-	-	-
3390-36	-	-	-	-	-
3390-39	R\$ 8.413,36	R\$ 4.917,56	R\$ 4.917,56	R\$ 4.917,56	100%
3390-93	-	-	-	-	-
4490-52	-	-	-	-	-
TOTAL	R\$ 389.212,22	R\$ 11.810,95	R\$ 1.810,95	R\$ 11.429,82	96,77%

Tabela XXXIX – Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13) no Exercício de 2013

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 1.767,38	R\$ 2.743,50	R\$ 2.743,50	R\$ 1.014,86	36,99%
3390-30	-	R\$ 3.989,30	R\$ 3.989,30	R\$ 3.989,16	99,99%
3390-33	-	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 858,80	85,88%
3390-36	-	-	-	-	-
3390-39	-	-	-	-	-
3390-93	-	-	-	-	-
4490-52	-	-	-	-	-
TOTAL	R\$ 1.767,38	R\$ 7.732,80	R\$ 7.732,80	R\$ 5.862,82	75,81%

Tabela XL – Programação e Execução Orçamentária e Financeira para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais (PCEANIMAL13) no Exercício de 2013

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 53.676,80	R\$ 34.378,21	R\$ 34.378,21	R\$ 33.673,48	97,95%
3390-30	R\$ 13.887,25	R\$ 9.651,06	R\$ 9.651,06	R\$ 9.649,94	99,98%
3390-33	R\$ 12.439,49	R\$ 10.300,00	R\$ 10.300,00	R\$ 10.300,00	100%
3390-36	R\$ 265,50	R\$ 973,50	R\$ 973,50	R\$ 973,50	100%
3390-39	R\$ 10.360,62	R\$ 3.942,47	R\$ 3.942,47	R\$ 3.942,47	100%
3390-93	R\$ 10.050,00	R\$ 138.662,50	R\$ 138.662,50	R\$ 138.662,50	100%
4490-52	-	-	-	-	-
TOTAL	R\$ 100.679,66	R\$ 197.907,74	R\$ 197.907,74	R\$ 197.201,89	99,64%

II. os resultados alcançados em cada objetivo, comparando-os com as metas estabelecidas no PPA, demonstrando ainda os índices dos indicadores de desempenho relacionados, os impactos na política pública, função ou área para a qual o objetivo contribui e a representatividade dos resultados frente às demandas internas e externas;

SSA/DAD/SFA/PR

As metas desenvolvidas pelo Serviço de Saúde Animal executadas no exercício 2013 correspondem às ações previstas no Art. 16 da Portaria MAPA nº 428/2010 e foram programadas no Plano Operativo do SSA-PR para os 12 programas sanitários vinculados aos Planos Internos (PCEANIMAL, FEBREAFTOS e RASTREAB1).

As ações de defesa sanitária animal possuem como principal característica o atendimento de demandas geradas pelos clientes externos e a concentração esforços em eventos não planejados cujas ações são tratadas como prioritárias e emergenciais, como por exemplo, a ocorrência de doenças.

O SSA/DDA/SFA-PR apresenta como clientes externos o Serviço Veterinário Estadual e todos os produtores e entidades ligadas ao setor agropecuário. O SSA/DDA/SFA-PR participa ativamente do CONESA - Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária, que congrega todas as entidades representativas do setor agropecuário. São também clientes externos: os médicos veterinários da iniciativa privada que são treinados e habilitados em diagnóstico, colheita de material e emissão de guias de trânsito animal nos diversos programas; os laboratórios de diagnóstico de doenças credenciados pelo MAPA que recebem orientações e fiscalizações; as instituições de ensino que promovem cursos de habilitação de médicos veterinários para a execução de ações de alguns programas sanitários.

O SSA/DDA/SFA-PR, constantemente, acompanha missões internacionais, que avaliam a qualidade do serviço veterinário oficial de defesa sanitária animal brasileiro e participa também das equipes de auditorias do Departamento de Saúde Animal que avaliam a execução das ações de defesa sanitária animal executadas pelos Serviços Veterinários Estaduais das Unidades da Federação.

Outra importante atividade desenvolvida é o acompanhamento técnico dos Convênios celebrados com o Serviço Veterinário Estadual (SVE) que integra a instância intermediária e executora das ações de saúde animal dentro do SUASA. No Paraná o SVE está representado pela Agência de Defesa Agropecuária (ADAPAR). O objetivo dos convênios é de estruturar e manter o sistema unificado de atenção à saúde animal no Paraná para controlar, erradicar e prevenir a ocorrência de doenças dos animais. No exercício 2013 não houve a celebração de Convênio com o SVE.

O Plano Interno PCEANIMAL engloba diversos programas da área de Defesa Sanitária Animal tais como: Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), Programa Nacional de Controle da Raiva de Herbívoros (PNCRH), Plano Nacional de Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina, Programa Nacional de Sanidade de Suínos (PNSS), Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), Programa Nacional de Sanidade dos Equinos (PNSE), Programa Nacional de Sanidade Caprinos e Ovinos (PNSCO) Programa Nacional de Sanidade Apícola (PNSAp) e Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e Controle Internacional do trânsito e quarentena de animais e produtos de origem animal. O Plano Interno FEBREAFOTOS corresponde às ações Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa e o Plano Interno RASTREAB1 realiza auditorias em Estabelecimentos Rurais Aprovados SISBOV – ERAS, Certificadoras e Fábricas de Elementos de Identificação e Frigoríficos, supervisões em Coordenação do SISBOV de outras Unidades da Federação.

As atividades de execução dos programas sanitários estão, em sua maioria, delegadas ao órgão de defesa sanitária estadual e contam também com a participação de médicos veterinários da iniciativa privada. Cabe ao SSA/DDA/SFA-PR a supervisão, coordenação e o acompanhamento das ações delegadas com o propósito de verificar a conformidade da execução com o proposto pelos programas vigentes.

A equipe do SSA/DDA/SFA-PR buscou em 2013 a excelência na execução de suas atividades, sempre com responsabilidade e com base na legislação vigente, com atendimento integral das demandas geradas pelos clientes externos.

O Serviço de Saúde Animal possui como indicadores do Programa 2028 – Defesa Agropecuária relacionados às ações 4842 – Erradicação da Febre Aftosa, 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro alimentar e 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais:

- Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa. A meta deste indicador no PPA 2012-2015 é a obtenção do reconhecimento internacional de país livre de febre aftosa. Como resultado o Paraná manteve em 2013 o reconhecimento internacional de Estado livre de febre aftosa com vacinação em 100% do seu território, que representa 2,34% do território nacional.
- Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves). A meta deste indicador no PPA 2012-2015 é ampliar de 82% para 100% o número de atendimento nos prazos legais das suspeitas de síndromes vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves no país. No Paraná a porcentagem de notificação de suspeitas em 2013 atendidas pelo Serviço Veterinário Estadual dentro do prazo legal atingiu 70,83%.

III - as iniciativas vinculadas ao objetivo de responsabilidade da unidade.

Objetivo: PPA – 0744

Iniciativa: 02XB – Promoção do Desenvolvimento da Agricultura Orgânica pelo aumento do acesso às tecnologias apropriadas e pela ampliação do mercado de produtos orgânicos por meio de campanhas de conscientização.

Objetivo: PPA – 0747

Iniciativa: 02XH – Apoio a Projetos de Desenvolvimento e Fomento do Setor Agropecuário.

Objetivo: PPA – 0366

Iniciativa: 04D4 – Fiscalização das Atividades Agropecuárias.

Iniciativa: 04BQ – Promoção da Defesa Agropecuária

b) Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão, especificando informações sobre:

0ZW – Promoção da Defesa Agropecuária

20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário

8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias

i. a programação e a execução orçamentária e financeira

ii. os resultados alcançados, tendo por parâmetro as metas físicas e financeiras estabelecidas na LOA, demonstrando ainda os índices dos indicadores utilizados para aferir o desempenho e a representatividade dos resultados da ação em relação ao seu contexto.

Tabela XLI - Demonstrativo Físico e Financeiro para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais (PCEANIMAL13, referente ao exercício de 2013

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013			REALIZADO CR		UNITÁRIO PROGRAMA DO 2013- CUP	UNITÁRIO REALIZADO 2013 - CUR
REALIZADA QR	PROGRAMADA QP	REALIZADA QR	UNIVERSO QT*	2012	2013		
72.108	75.000	77.474	273.934	100.679,66	197.201,89	2,63	2,54

*número de propriedades cadastradas com exploração pecuária.

Tabela XLII – Indicadores de desempenho do para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças Animais (PCEANIMAL13), referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Propriedade atendida	95,87	-3,42	103,29	28,28

Tabela XLIII - Demonstrativo Físico e Financeiro para o PO – Erradicação da Febre Aftosa (FEBREAFTO13) referente ao exercício de 2013

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013			REALIZADO CR		UNITÁRIO PROGRAMA DO 2013- CUP	UNITÁRIO REALIZADO 2013 - CUR
REALIZADA QR	PROGRAMADA QP	REALIZADA QR	UNIVERSO QT *	2012	2013		
199.315	199.315	199.315	199.315	389.212,22	11.429,82	0,059	0,057

*área livre em Km²

Tabela XLIV – Indicadores de desempenho do para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento dos Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13) referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Área livre em Km²	-97,06	-3,38	100	100

Tabela XLV - Demonstrativo Físico e Financeiro para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento dos Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13) referente ao exercício de 2013

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013						
REALIZADA QR	PROGRAMADA QP	REALIZADA QR	UNIVERSO QT*	REALIZADO CR		UNITÁRIO PROGRAMADO 2013- CUP	UNITÁRIO REALIZADO 2013 - CUR
				2012	2013		
02	03	02	18	1.767,38	5.862,82	2.577,60	2.931,41

i. *número de estabelecimentos rurais aprovados pelo SISBOV

Tabela XLVI – Indicadores de desempenho do para o PO – Desenvolvimento e Monitoramento dos Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar (RASTREAB13) referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Fiscalização realizada	231,72	13,72	66,66	16,66

SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários

Atividades:

- Registro e fiscalização de empresas e produtos com o objetivo de assegurar padrões de qualidade adequados à produção dos insumos utilizados na pecuária brasileira.
- São executados 3 planos internos:
 - FISCGENE (fiscalização de material genético animal);
 - FISCINAN (fiscalização de insumos destinados à alimentação animal);
 - FISPROVET (fiscalização de produtos de uso veterinário).
- Ações desenvolvidas em duas frentes:
 - a. atendimento aos usuários do Serviço (estabelecimentos produtores, comerciantes, importadores e despachantes aduaneiros, entre outros), no sentido de orientar as demandas de acordo com as exigências estabelecidas em normas e regulamentos específicos;
 - b. fiscalização de estabelecimentos e produtos, com o objetivo de assegurar o cumprimento das normas e regulamentos vigentes por parte dos estabelecimentos registrados e coibir atividades clandestinas.
- Atua nos seguintes processos, conforme legislações específicas:
 - Registro de estabelecimentos que atuam nas áreas de material genético animal, produtos para uso veterinário e produtos destinados à alimentação animal;
 - Fiscalização de estabelecimentos que atuam nas áreas de material genético animal, produtos para uso veterinário e produtos destinados à alimentação animal;
 - Análise de solicitações e emissão de documentos pertinentes às atividades de importação e exportação de insumos pecuários;
 - Emissão de certificações e autorizações específicas, conforme demanda dos usuários do Serviço;
 - Atendimento às demandas da Ouvidoria do MAPA;
 - Atendimento a demandas judiciais geradas pelas atividades de fiscalização;
 - Orientações gerais aos usuários e clientes externos e internos do Serviço.

Comentário: A fiscalização do comércio de produtos de uso veterinário é executada pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), em conformidade com a Portaria SDA nº 146, e 1º de setembro de 1998.

Planejamento Estratégico, Plano de Metas e Ações

- Em cada PI há um FFA responsável pela coordenação e operacionalização das ações, de acordo com as diretrizes das respectivas coordenações nacionais e sob a administração e supervisão do Chefe do Serviço e da DDA/SFA/PR, levando-se em conta os recursos financeiros e humanos disponíveis.

- O planejamento físico e financeiro é elaborado sob orientação do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários/SDA/MAPA, responsável pelas decisões estratégicas que envolvem os PI's executados.

- Os recursos financeiros são descentralizados em conformidade com o Plano Operativo Anual ou mediante solicitações extraordinárias.

Ações Planejadas em 2013:

- FISCINAN: Fiscalização e registro dos estabelecimentos que atuam na área de produtos destinados à alimentação animal e seus sub-produtos, envolvendo a verificação de conformidade de processos e colheita de amostras para análise laboratorial;
- FISCIGENE: registro de estabelecimentos avícolas de reprodução; registro e fiscalização de estabelecimentos que atuam na área de material genético animal;
- FISPROVET: fiscalização, inspeção, registro e auditorias de estabelecimentos que atuam na área de produtos de uso veterinário e afins; participação em força-tarefas organizadas pela Coordenação de Produtos Veterinários em Brasília.

Além das atividades de fiscalização programadas, há muitas ações que são realizadas em atendimento a situações não programáveis, como demandas judiciais geradas pelas atividades de fiscalização, denúncias recebidas pela Ouvidoria do MAPA, registros de novos estabelecimentos e análise e emissão de pareceres em processos de importação e exportação de insumos pecuários.

Tabela XLVII – Demonstrativo da Execução Física no Exercício de 2013 para os PO - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCIGENE13), Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCANIMAL13) e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)

PROGRAMA	CÓDIGO	Ação	Tipo de Ação	Unidade de Medida	Meta Prevista 2013	Meta Realizada 2013	Meta para 2014	% R/P
2028 - DEFESA AGROPECUÁRIA	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DE	2019 - Fiscalização de Material Genético Animal	Atividade	Fiscalização realizada	132	101	108	77
		2124 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal	Atividade	Fiscalização realizada	202	171	211	85

	2140 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário	Atividade	Fiscalização realizada	150	136	102	91
CONSOLIDADO SEFIP				484	408	421	84

Tabela XLVIII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE13)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 9.963,59	R\$ 20.000,00	R\$ 7.770,00	R\$ 6.224,86	80
3390-30	R\$ 5.553,01	R\$ 20.300,00	R\$ 5.946,47	R\$ 5.946,27	100
3390-33	R\$ 757,06	R\$ 1.000,00			
3390-36					
3390-39	R\$ 7.462,94	R\$ 8.700,00	R\$ 3.700,00	R\$ 3.700,00	100
3390-93					
4490-52					
TOTAL	R\$ 23.736,60	R\$ 50.000,00	R\$ 17.416,47	R\$ 15.871,13	91

Tabela XLIX – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCANIMAL13)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 14.795,20	R\$ 45.460,00	R\$ 16.296,00	R\$ 14.352,26	88
3390-30	R\$ 7.852,08	R\$ 24.940,00	R\$ 12.228,00	R\$ 12.228,00	100
3390-33		R\$ 3.400,00			
3390-36		R\$ 11.700,00			
3390-39	R\$ 300,00	R\$ 14.500,00	R\$ 3.612,80	R\$ 3.612,80	100
3390-93					
4490-52					
TOTAL	R\$ 22.947,28	R\$ 100.000,00	R\$ 32.136,80	R\$ 30.193,06	0,94

Tabela L – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 7.237,08	R\$ 20.450,00	R\$ 5.850,00	R\$ 5.356,65	92
3390-30	R\$ 3.980,00	R\$ 22.119,00	R\$ 6.193,00	R\$ 6.193,00	100
3390-33	R\$ 1.099,94	R\$ 12.300,00	R\$ 2.400,00	R\$ 1.400,00	58
3390-36					
3390-39	R\$ 10.000,00	R\$ 13.500,00	R\$ 7.800,00	R\$ 7.800,00	100
3390-93					
4490-52					

TOTAL	R\$ 22.317,02	R\$ 68.369,00	R\$ 22.243,00	R\$ 20.749,65	93
-------	---------------	---------------	---------------	---------------	----

Tabela LI – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Fiscalização de Material Genético Animal (FISCGENE13), Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal (FISCANIMAL13) e Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário (FISPROVET13)

ELEMENTO	SEFIP 2013: FISCGENE+FISCINAN+FISPROVET				
	Programado	Liberado	Executado	% E/L	% L/P
3390-14	R\$ 85.910,00	R\$ 29.916,00	R\$ 25.933,77	86,69	34,82
3390-30	R\$ 67.359,00	R\$ 24.367,47	R\$ 24.367,27	100,00	36,18
3390-33	R\$ 16.700,00	R\$ 2.400,00	R\$ 1.400,00	58,33	14,37
3390-36	R\$ 11.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
3390-39	R\$ 36.700,00	R\$ 15.112,80	R\$ 15.112,80	100,00	41,18
3390-93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00		
TOTAL	R\$ 218.369,00	R\$ 71.796,27	R\$ 66.813,84	93,06	32,88

Comentários Sobre os Resultados Alcançados em 2013:

- O SEFIP executou 84% de sua meta física em 2013. Para isso, utilizou 93% do recurso financeiro liberado.
- Cerca de 90% da fiscalização executada pelo FISCGENE refere-se a registro de estabelecimentos avícolas de reprodução. Após a publicação da Instrução Normativa 56, de 04 de dezembro de 2007, houve um incremento nesta atividade, pois esta norma passou a viabilizar registros de estabelecimentos em situações antes não permitidas. Em 2013, observou-se o decréscimo desta demanda, provavelmente decorrente da estabilização do setor.
- A retração nos índices de execução das metas físicas e financeiras é também atribuída ao limite de 40 diárias ao ano por servidor, imposto pelo Decreto 7689/2012. Observamos que FFA que atuavam mais intensamente nas UTRAS, atendendo a vários Serviços no âmbito da SFA, passaram a priorizar atividades de forma a administrar este limite, eventualmente em detrimento da execução de atividades consideradas menos urgentes, porém necessárias.
- Eventuais restrições orçamentárias ocorridas em 2013, embora transitórias, bem como dificuldade relacionadas ao sistema utilizado na emissão de Ordens de Serviço, geraram entraves administrativos que impactaram negativamente no cumprimento de programações. Além disso, não raro os recursos humanos e financeiros disponíveis são utilizados para atender a demandas não programáveis consideradas prioritárias, restando prejudicado o cumprimento das metas físicas previstas no POA.
- É comum a ocorrência de eventos que resultam em erros ou lentidão dos sistemas informatizados, acesso à internet e correio eletrônico. Isto ocasiona desperdício de tempo e atrasos na geração de documentos ou andamento de processos como emissão de ordens de serviço, passagens e fornecimento de documentos devidos aos usuários do Serviço. Além disso, em algumas circunstâncias os sistemas operacionais impostos ao Serviço não geram informações necessárias ao gerenciamento das atividades, sendo necessário manter controles paralelos, o que se traduz em retrabalho.

c) Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as unidades orçamentárias, programas ou ações.

SSA-PR

O contingenciamento do orçamento de 2013 não refletiu no resultado dos indicadores associados ao Programa 2028 – Defesa Agropecuária relacionados às ações 4842 – Erradicação da Febre Aftosa, 8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agro alimentar e 8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais, pois os parâmetros utilizados não correspondem diretamente às ações finalísticas do SSA-PR.

As atividades do SSA/DDA/SFA-PR que não dependem de demandas externas e programadas para o exercício de 2013 tiveram sua execução reduzida devido ao contingenciamento de recursos estabelecido pelo orçamento do MAPA, entre elas destacamos a supervisão das ações realizadas pelo Serviço Veterinário Estadual e Médicos Veterinários Habilitados. Outro fator limitante e que dificulta o cumprimento das metas estabelecidas continua sendo o número reduzido de servidores por atividade executada nas Unidades Descentralizadas da SFA-PR.

Apesar de haver um impacto negativo na redução das ações de supervisão “in loco” do SSA/DDA/SFA-PR nas unidades do SVE e nos Médicos Veterinários Habilitados, houve o acompanhamento indireto por meio de instrumentos como sistema informatizado do SVE de controle de cadastro de explorações pecuárias e trânsito, de informes epidemiológicos e de relatórios técnicos sobre a estrutura e atividades desenvolvidas. A presença de número adequado de servidores nas Unidades Descentralizadas da SFA-PR impactaria positivamente, reduzindo significativamente os custos das ações desenvolvidas por este Serviço, gerando economicidade, já que reduz significativamente a necessidade de gastos com deslocamentos.

2.3. - Informações sobre outros resultados gerados pela gestão, contextualizando tais resultados em relação aos objetivos estratégicos da unidade

SSA-PR

O SSA/DDA/SFA-PR possui interface com todos os demais Serviços da Superintendência, pois todas as atividades indiretamente visam à oferta de produtos e insumos com boa qualidade e sanidade. Assim, nas importações de produtos de origem animal para alimentação animal ou consumo humano, o SSA/DDA/SFA-PR se pronuncia formalmente nos processos. Em 2013 foram 723 processos de exportação de animais vivos, material genético animal, material biológico para pesquisa; 250 processos de importação de animais vivos (exceto cães e gatos), material genético animal e subprodutos de origem animal; 1.938 processos de importação de produtos de origem animal para consumo humano e 438 processos de importação de alimentos para animais.

SIPOA – Serviço de Inspeção de Prod.de Origem Animal

Tabela LII – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL13)

ELEMENTO	2012	2013			
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 311.869,26	R\$ 554.580,00	R\$ 196.583,00	R\$ 193.507,21	98,43
3390-30	R\$ 209.434,43	R\$ 124.469,58	R\$ 126.691,27	R\$ 126.680,41	99,99
3390-33	R\$ 38.191,94	R\$ 20.950,42	R\$ 33.100,00	R\$ 32.968,51	99,60
3390-36	R\$ 560,50	R\$ -	R\$ 4000,00	R\$ 3593,10	89,83
3390-39	R\$ 33.665,30	R\$ -	R\$ 23.454,80	R\$ 23.454,80	100,00
3390-93	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
4490-52	R\$ -	R\$ -	R\$ 7.968,52	R\$ 7.968,52	100,00
TOTAL	R\$ 593.721,43	R\$ 700.000,00	R\$ 391.797,59	R\$ 388.172,45	99,07

II. os resultados alcançados em cada objetivo, comparando-os com as metas estabelecidas no PPA, demonstrando ainda os índices dos indicadores de desempenho relacionados, os impactos na política pública, função ou área para a qual o objetivo contribui e a representatividade dos resultados frente às demandas internas e externas;

O objetivo principal do SIPOA é a realizar a Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (PO), a fim de garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos (PE). Em 2013 eram ao todo 369 estabelecimentos registrados e 192 estabelecimentos relacionados que receberam inspeção permanente e ou fiscalização periódica. Foram realizadas 452 reinspeções em produtos de origem animal importados. Durante este ano foram instruídos 7 processos de registros de estabelecimentos e 7 processos de cancelamento de registro. Foram instruídos 244 processos administrativos decorrente de infrações dos dispositivos legais (Autos de Infração). Foram instruídos 53 processos para apuração de denúncias. Foram realizadas 3.765 coletas de amostras de monitoramento e investigação de violações do PNCRC. Foram realizadas 660 coletas de amostras de produtos para fins de análise fiscal. Foram 184 supervisões técnicas e 553 fiscalizações realizadas em estabelecimentos registrados e relacionados. Capacitamos 51 servidores nos treinamentos realizados em 2013.

Em relação às metas do PPA (0366) o SIPOA deu a sua contribuição na implantação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária – SUASA, por meio de palestras e reuniões sobre o SISBI/POA em Curitiba e Maringá, além orientações à prefeituras municipais na SFA/PR. Porém a falta de recursos financeiros impossibilitou que outras ações programas fossem realizadas. Considerando que a adesão ao SISBI-SUASA é voluntária, muitas ações dependem da demanda gerada pelo estado e municípios (para inclusão, capacitação, auditoria). Ressaltamos, no entanto, que já contamos com o estado do Paraná aderido ao SUASA, além do município de Cascavel e algumas solicitações de adesão em andamento. As demais metas do PPA não estão diretamente relacionadas com os resultados das ações do SIPOA.

Tabela LIII – Demonstrativo da Execução Física e Financeira no Exercício de 2013 para os PO - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal (INSPANIMAL13)

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013			Realizado (CR)		Unitário Programado 2013(CUP)	Unitário Realizado 2013 (CUR)
Realizado (QR)	Programado (QP)	Realizado (QR)	Universo (QT)	2012	2013		
Não há dados	1535	737	375	593.721,43	388.172,45	456,02	526,69

SIGLAS:

QP = quantidade programada (supervisões + fiscalizações);
 QR = quantidade realizada (supervisões + fiscalizações);
 QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/estandardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores);
 CR = custo realizado;
 CUP = custo unitário programado;
 CUR = custo unitário realizado

A tabela acima revela um custo unitário realizado maior que o custo unitário programado, dando a impressão que o SIPOA descuidou dos princípios de economicidade e eficiência nos serviços prestados. Porém, os dados não refletem a realidade, pois as únicas ações que entendemos que estão relacionadas ao que requer a tabela são as supervisões e fiscalizações, pois a unidade de mensuração é o estabelecimento. Outras ações do SIPOA que demandam gastos financeiros, mas

não estão relacionadas com o estabelecimento, não foram aqui computadas, como: Apoio técnico ao SIPOA na SFA/PR, capacitações e reuniões técnicas, ações do SISBI/POA, ações de combate à clandestinidade, substituição de férias de servidores, etc.

Outro ponto a ser considerado é a diferença entre o programado e o realizado (48% do programado). Devemos citar que houve corte orçamentário principalmente a partir do segundo semestre de 2013 e foi liberado 55,97 % do valor solicitado para as ações. Considerando que 49% das supervisões e 50% das fiscalizações estavam programadas para o segundo semestre de 2013, conseguimos entender esta diferença. Realizamos apenas 10% das 49% de supervisões programadas. Foram priorizadas as fiscalizações, que realizamos 21,33% dos 50% programados. As demais ações foram praticamente realizadas no primeiro semestre. Além da escassez de recursos financeiros, devemos mencionar a deficiência de recursos humanos (FFA – médicos veterinários), que também é um fator que contribui diretamente para o não atendimento das metas do SIPOA.

SIPOV – Serviço de Inspeção de Prod.Origem Vegetal

PO: 000E – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

PO: 000H – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Compete ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV/PR a fiscalização e acompanhamento de duas ações do programa 2028 - Defesa Agropecuária do PPA 2012-2015, inseridas no objetivo 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros. São de competência do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV/PR as atividades referentes às ações do PPA 2012-2015: i) 8939- inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal; e, ii) 4746-Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de produtos vegetais.

No que tange a ação 8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal, esta tem como finalidade a garantia da segurança higiênico-sanitária e tecnológica de vinhos e bebidas, compreendendo as atividades de registro e fiscalização de estabelecimentos produtores e importadores e os produtos, fiscalização de estabelecimentos comerciais, a coleta de amostras de produtos para fins de análise de fiscalização, bem como, a realização de análise à importação e exportação desses produtos. As ações são embasadas na Lei nº 8918/1994, regulamentada pelo Decreto 6871/2009, e pela Lei nº 7.678/1988, regulamentada pelo Decreto 8.198/2014, além das normativas infra-legais. Sua meta é expressa em inspeções com lista de verificação realizadas em estabelecimentos produtores.

Por seu turno, a ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais envolve as atividades de fiscalização da identidade e qualidade dos produtos vegetais e subprodutos destinados à alimentação humana, a supervisão das atividades de classificação vegetal realizada pelas entidades credenciadas pelo Ministério da Agricultura, inclusive daquelas que prestam serviços de classificação para produtos importados, além da fiscalização e coletas de amostras para análises de resíduos e contaminantes para o Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes. As ações são embasadas na Lei nº 9.972 / 2000, regulamentada pelo Decreto 6.268/2007, além das normativas infra-legais. Sua meta é expressa em inspeções realizadas em estabelecimentos.

Informações sobre a programação e a execução orçamentária e financeira relativa ao programa;

Tabela LIV – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL13)

	2012	2013
--	------	------

ELEMENTO	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 25.480,38	R\$ 80.500,00	R\$ 33.700,00	R\$ 27.891,11	82,76 %
3390-30	R\$ 15.025,50	R\$ 42.000,00	R\$ 16.020,20	R\$ 16.018,92	100,00 %
3390-33	R\$ 0,00	R\$ 8.500,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
3390-36	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
3390-37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
3390-39	R\$ 4.543,11	R\$ 19.000,00	R\$ 7.806,90	R\$ 5.504,80	70,51 %
4490-52	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
TOTAL	R\$ 45.048,99	R\$ 150.000,00	R\$ 57.527,10	R\$ 49.414,83	85,90 %

Tabela LV – Programação e Execução Orçamentária e Financeira no Exercício de 2013 para o PO - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSI13)

ELEMENTO	2012		2013		
	Executado	Programado	Liberado	Executado	% E/L
3390-14	R\$ 34.459,11	R\$ 53.000,00	R\$ 36.543,00	R\$ 33.273,46	91 %
3390-30	R\$ 24.899,41	R\$ 22.000	R\$ 18.900,00	R\$ 18.821,80	99,58 %
3390-33	R\$ 2.000,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.100,00	R\$ 1.063,76	50,65 %
3390-36	R\$ -----	R\$ -----	R\$ -----	R\$ -----	-----
3390-39	R\$ 16.792,54	R\$212.500,00	R\$ 1.418.385,20	R\$ 1.417.161,47	99,9%
3390-93	R\$ -----	R\$ -----	R\$ 600,00	R\$ 552,91	92,2%
4490-52	R\$ -----	R\$ -----	R\$ 7.300,00	R\$ 6.517,00	89,30%
3390-37 *	-----	-----	R\$ 393.000,00	R\$ 330.699,91	84,10%
TOTAL	R\$ 78.151,10	R\$290.000,00	** R\$ 1.876.828,20	R\$ 1.477.390,40	80,00%

* Recurso liberado no PI LANAGROS13, para pagamento da empresa prestadora de serviços de Classificação Vegetal de importados – CODAPAR

** Valor calculado somando-se todos os elementos do PI PADCLASSI13 + o valor liberado no PI LANAGROS13 9 rubrica 3390-37.

Tabela LVI – Demonstrativo Físico e Financeiros das Ações realizadas no Exercício de 2013 no PO - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSI13)

Nº	DESCRIÇÃO DAS METAS	UNID.DE MEDIDA	2012	2013		(%)
			EXECUT.	PROGRA- MADO 2013	EXECU- TADO	
1	Fiscalização de estabelecimentos beneficiadores, embaladores e comerciais, controladoras e credenciadas	Unidade.	152	150	90	60%
2	Emissão de certificado de classificação de produto importado ²	Unidade.	31.784	IND ³	24.709	-
3	Produto importado classificado ²	t	2.791.090,78	IND ³ .	2.619.291,37	-

1 Valor programado pelo CGQV/DIPOV/SDA e adequado pelo SIPOV/SFA/PR

2 Valores obtidos através dos RMAPIS de janeiro a dezembro de 2013 enviados CODAPAR, Contrato MAPA/CODAPAR 01/2013.

3 Indeterminado

II. os resultados alcançados em cada objetivo, comparando-os com as metas estabelecidas no PPA, demonstrando ainda os índices dos indicadores de desempenho relacionados, os impactos na política pública, função ou área para a qual o objetivo contribui e a representatividade dos resultados frente às demandas internas e externas;

Tabela LVII – Indicadores de desempenho do para o PO – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL13) referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PARÂMETRO UTILIZADO	ECONOMICID.	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
	Índice	Índice	Índice	Índice
Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	9,69	-61,83	86,31	36,77

Memória de cálculo:

Inspeção realizada 2012 (QR 2012):

Inspeção realizada 2013 (QR 2013):

Economicidade $[(CR2013/CR2012) - 1] \times 100 =$

Eficiência $[(CUR2013/CUP2013) - 1] \times 100 =$

Eficácia $(QR2013/QP2013) \times 100 =$

Efetividade $(QR2013/QT2013) \times 100 =$

Tabela LVIII – Indicadores de desempenho do para o PO – PO - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais (PADCLASSI13) referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Realizada	-30	20,0	60,0	---

Observação:

- (2) No cálculo dos custos não foram computados os valores correspondentes a Investimentos, pois não há definição quanto à forma e período de amortização dos mesmos.

Fórmulas:

Economicidade	$[(CR2013 : CR2012) - 1] \times 100$
Eficiência	$[(CUR2013 : CUP2013) - 1] \times 100$
Eficácia	$(QR2013 : QP2013) \times 100$
Efetividade	$(QR2013 : QT2013) \times 100$
Custo unitário programado	$(CP2013 : QP2013)$
Custo unitário realizado	$(CR2013 : QR2013)$

Em referência às ações do PI IPVEGETAL2, as metas foram obtidas pela somatória das ações de inspeção inspeções de verificação e as inspeções de vistorias para fins de registro de estabelecimento, totalizando 82 atos de fiscalização em estabelecimentos produtores. Este número representa 86,31% do montante programado. Por seu turno, os recursos financeiros disponibilizados para esta ação totalizaram 41,86 % do valor inicialmente previsto no Planejamento Operacional Anual para diárias com a rubrica 3039-14. Há que se salientar que os estabelecimentos objeto desta ação constituem um inverso dispare do ponto de vista da complexidade operacional, bem como da distribuição geográfica. Desta forma, as abordagens técnico-fiscais sobre estes estabelecimentos exigem uma força de trabalho capacitada, com logística adequada, e imprescindível apoio das unidades regionais do MAPA. Daí que se explica o não atingimento desta meta por descompasso entre o universo crescente de estabelecimentos com demandas adicionais ao ato fiscal *in loco*, e a força de trabalho efetivamente alocada nas unidades do MAPA. Soma-se ainda dificultantes de ordem administrativa como a restrição orçamentária e delimitação de diárias aos servidores.

Dentro da ótica das metas do PPA para o objetivo em análise, a abordagem fiscal levada a efeito procura transmitir a concepção da metodologia baseada nos princípios de análise de risco,

uma vez que prevê a aplicação de uma lista de verificação pré-estabelecida que procura focar nos pontos mais importantes de cada estabelecimento e que possam transmitir alguma forma de risco ao produto final. Da mesma forma, o registro de produtos também considera o fator risco na sua efetivação. Outrossim, as inspeções em estabelecimentos incluem, além da verificação das condições, a coleta e envio de amostras para análise oficial, a fim de verificar a conformidade destes produtos.

No ano de 2013 a quantidade física programada do PI PADCLASSI13 definida pelo CGQV/DIPOV/SDA foi reduzida, devido ao número reduzido de FFAS para realização das fiscalizações. O quantitativo físico realizado foi inferior ao programado, devido ao contingenciamento de recursos e número reduzido de FFAS para a realização das metas. Das metas físicas, expressas em fiscalizações realizadas, alcançou-se índice de execução de 60%. Esse índice sofreu forte influência da indisponibilidade de recursos no segundo semestre, exatamente quando estavam previstas várias atividades. Dentro das metas do PPA, o número de amostras coletadas para o controle de resíduos e contaminantes refletiu diretamente o contingenciamento de recursos, e não atingiu a plenitude do cronograma previsto.

De toda forma porém, ainda que em quantitativos aquém dos estipulados inicialmente, as atividades de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal executadas estão em linha com as metas do PPA, do que se observa que as ações fiscais tem identificado e afastado situações de risco ao consumidor, o que nos leva a crer que tal política pública mostra-se adequada, a despeito de não executada na dimensão considerada adequada.

Tabela LIX – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Estabelecimento Inspeccionado” referente ao Exercício de 2013, no PO – Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGTAL13)

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012		2013					
Realizada QR	Programada QP	Realizada QR	Univero QT	Realizado CR		Unitário Programado 2013 - CUP	Unitário Realizado 2013- CUR
				2012	2013		
88	95	82 ¹	223 ²	45.048,99	49.414,83 ³	1.578,95 ⁴	602,62 ⁵

Legenda:

QP = quantidade programada; QR = quantidade realizada; QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/estandardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores); CR = custo realizado; CUP custo unitário programado; CUR = custo unitário realizado

¹ Foram consideradas na somatória as vistorias em estabelecimento produtor. Valores obtidos segundo a execução apurada de fato, pois os dados do SIPLAN não foram atualizados completamente.

² Estabelecimentos produtores contabilizados em 31/12/2013;

³ Para fins de cálculo do CR 2013 foram considerados os recursos financeiros programados para 2013, nas rubricas 3390-14 (diárias destinadas à inspeção), 3390-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica).

⁴ Foram considerados, para fins de cálculo do CUP, os recursos financeiros programados para 2013, nas rubricas 3390-14 (diárias), 3390-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica);

⁵ Para cálculo do CUR, considerou-se os recursos financeiros executados nas rubricas 3390-14 (diárias efetivamente utilizadas para fiscalização), 3390-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica);

Tabela LX – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Estabelecimento Inspeccionado” referente ao Exercício de 2013, no PO – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Vegetais (PADCLASSI13)

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00		
2012		2013				
Realizado	Programado	Realizado	Univero	Realizado (CR)		Unitário

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013						
(QR)	(QP)	(QR)	(QT)	2012	2013		Realizado 2013 (CUR)
152	150	90	IND ¹	76.151,06	52.095,30	500,00	578,80

¹ Não é possível quantificar o universo dessa ação, tendo em vista que os estabelecimentos beneficiadores, embaladores e comerciantes não são obrigados a se registrarem no MAPA.

² Para fins de cálculo do CR, CUP e CUR 2012 foram considerados os recursos financeiros programados e realizados em 2013, nas rubricas 3390-14 (diárias destinadas à inspeção), 3390-30 (material de consumo). O Item 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica), não foi utilizado no cálculo.

SIGLAS:

QP = quantidade programada;

QR = quantidade realizada;

QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/standardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores);

CR = custo realizado;

CUP custo unitário programado;

CUR = custo unitário realizado

Tabela LXI – Demonstrativo da Função, Subfunção e Programa de Vinculação da Ação

Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Unidade de Medida	Meta Prevista 2013	Meta Realizada 2013	Meta Para 2014
	2028 - Defesa Agropecuária	8939 - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal	Ativid.	Unidade	95	82	95
	2028 - Defesa Agropecuária	4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais	Ativid.	Unidade	150	90	200

Os números dos indicadores demonstram que as políticas públicas de busca pela inocuidade dos produtos de origem vegetal mostra-se sensível à qualquer alteração nos planejamentos de execução física, pois a atual estrutura do órgão não permite margem de manobra para o atendimento pleno, senão pelo estrito cumprimento das atividades programadas, as quais dependem de recursos orçamentários e disponibilidade de recursos humanos.

Tabela LXII – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Estabelecimento Inspeccionado”, referente ao Exercício de 2013, no PO – Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (IPVEGETAL)

QUANTIDADE FÍSICA		CUSTO EM R\$ 1,00	
2012	2013		

Realizada QR	Programada QP	Realizada QR	Universo QT	Realizado CR		Unitário Programado 2013 - CUP	Unitário Realizado 2013- CUR
				2012	2013		
88	95	82 ¹	223 ²	45.048,99	49.414,83 ³	1.578,95 ⁴	602,62 ⁵

Legenda:

QP = quantidade programada; QR = quantidade realizada; QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/standardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores);

CR = custo realizado; CUP custo unitário programado; CUR = custo unitário realizado

¹ Foram consideradas na somatória as vistorias em estabelecimento produtor. Valores obtidos segundo a execução apurada de fato, pois os dados do SIPLAN não foram atualizados completamente.

² Estabelecimentos produtores contabilizados em 31/12/2013;

³ Para fins de cálculo do CR 2013 foram considerados os recursos financeiros programados para 2013, nas rubricas 3390-14 (diárias destinadas à inspeção), 3390-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica).

⁴ Foram considerados, para fins de cálculo do CUP, os recursos financeiros programados para 2013, nas rubricas 3390-14 (diárias), 3390-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica);

⁵ Para cálculo do CUR, considerou-se os recursos financeiros executados nas rubricas 3390-14 (diárias efetivamente utilizadas para fiscalização), 3390-30 (material de consumo) e 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica);

Tabela LXIII – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Padronizado/Classificado”, referente ao Exercício de 2013, no Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Vegetais (PADCLASSI3)

QUANTIDADE FÍSICA				CUSTO EM R\$ 1,00			
2012	2013			Realizado (CR)		Unitário Realizado 2013 (CUR)	
Realizado (QR)	Programado (QP)	Realizado (QR)	Universo (QT)	2012	2013		
152	150	90	IND ¹	76.151,06	52.095,30	500,00	
						578,80	

¹ Não é possível quantificar o universo dessa ação, tendo em vista que os estabelecimentos beneficiadores, embaladores e comerciantes não são obrigados a se registrarem no MAPA.

² Para fins de cálculo do CR, CUP e CUR 2012 foram considerados os recursos financeiros programados e realizados em 2013, nas rubricas 3390-14 (diárias destinadas à inspeção), 3390-30 (material de consumo). O Item 33090-39 (serviço terceiros pessoa jurídica), não foi utilizado no cálculo.

SIGLAS:

QP = quantidade programada;

QR = quantidade realizada;

QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/standardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores);

CR = custo realizado;

CUP custo unitário programado;

CUR = custo unitário realizado

Os resultados da execução financeira demonstram claramente que os valores disponibilizados ficaram aquém dos valores programados. Contudo, em havendo descentralização, os recursos são executados em proporção satisfatória. Nesta esteira, nota-se que os índices que são apurados não expressam fielmente a execução desta política pública, uma vez que, várias atividades que exigem dedicação da força de trabalho não são captadas pelo modelo atual. Estas atividades, mesmo que relacionadas às atribuições finalísticas, não são computadas, apesar de demandar dispêndio de recursos.

- d) Fatores intervenientes que concorreram para os resultados de objetivo e ou ação, detalhando, inclusive, os limites de empenho e de movimentação financeira e os parâmetros utilizados para distribuição interna de tais restrições entre as unidades orçamentárias, programas ou ações.

As medidas administrativas de contingenciamento, ou qualquer outra medida administrativa que implique na não disponibilidade de recursos par a execução dos programas, impacta nas ações, haja vista que grande parte delas demanda planejamento e execução afinados aos deslocamentos inerentes da função. Logo, em casos de ausência ou demora na disponibilização de recursos, inviabiliza-se a realização de certas atividades. Ao longo do ano de 2013 houve medidas administrativas de contingenciamento de recursos ou atrasos nas descentralizações, o que pode ser aferido pelos valores liberados. Este descompasso entre a logística requerida para a atividade fiscal e a disponibilidade de recursos a termo merece atenção, a fim de impedir a reincidência no não atingimento de metas.

SSV – Serviço de Sanidade Vegetal

PO: 000J – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, Seus Produtos e Insumos

Tabela LXIV – DADOS GERAIS

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor quantitativo aos produtos vegetais paranaenses, por meio da prevenção e controle da introdução e disseminação de pragas dos vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender às exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de Vegetais e seus produtos
Áreas Responsáveis por gerenciamento e execução	SSV/SFA-PR

RESULTADOS DA AÇÃO

1 – Atividades Executadas

1.1- Trânsito Interestadual

De acordo com a Instrução Normativa nº 52, de 21 de novembro de 2007, e suas alterações, Instrução Normativa no 41, de 01 de julho de 2008 e Instrução Normativa no 59, de 18 de dezembro de 2013, o Paraná possui cinco pragas classificadas como Quarentenárias Presentes, que são pragas de importância econômica, presentes no território nacional, mas com distribuição restrita, e com ações oficiais de controle e/ou erradicação, a saber: *Sirex noctilio* – Vespa da Madeira, em pinus; *Xanthomonas axonopodis* pv. Citri – Cancro Cítrico, *Guignardia citricarpa* – mancha negra, *Candidatus Liberibacter* spp. - Hunglongbing, todas em citros; e *Mycosphaerella fijiensis* - Sigatoka Negra em banana.

Para o controle oficial destas pragas, o MAPA juntamente com o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/PR (Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR/PR), possui cadastrados profissionais - Engenheiros Agrônomos e Florestais – autônomos ou da Iniciativa privada, que executam as ações de monitoramento, controle e erradicação das pragas; e emitem para cada partida (carga) de vegetais e suas partes, hospedeiras

destas pragas, no trânsito interestadual, um Certificado Fitossanitário de Origem – CFO, ou Certificado de Origem Consolidado – CFOC (Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007), que subsidia a emissão, pelos Fiscais do OEDSV/PR, da Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV (Instrução Normativa nº 54, de 06 de dezembro de 2007), viabilizando com isso o comércio destes produtos, e minimizando os riscos de disseminação das pragas quarentenárias presentes.

O controle do trânsito interestadual é executado pelo OEDSV/PR, em 17 Postos de Fiscalização do Trânsito Agropecuário (PFTA), localizados nas divisas entre os estados do Paraná com Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Além destas barreiras o OEDSV/PR possui 05 veículos tipo furgão para apoio a realização de atividades de fiscalização volante do trânsito agropecuário.

No ano de 2013 o OEDSV/PR disponibilizou um novo sistema eletrônico para emissão de PTV, denominado de e-PTV. Com a PTV eletrônica (e-PTV) os Responsáveis Técnicos habilitados pelo OEDSV/PR podem solicitar diretamente no sistema eletrônico a e-PTV, que é liberada por um fiscal da ADAPAR, caso a solicitação cumpra com os requisitos exigidos, buscando assim reduzir custos de transporte a produtores e comerciantes.

Permanentemente o SSV/PR e a ADAPAR, em parceria, realizam cursos de Certificação Fitossanitária, visando a habilitação de Responsáveis Técnicos para a emissão de Certificado Fitossanitário de Origem – CFO. A oferta de cursos se dá de acordo com a demanda da cadeia produtiva das espécies hospedeiras de pragas quarentenárias presentes, Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado - CFOC, conforme orientações da Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007.

Em 2013 no PR foram realizados dois cursos de Certificação Fitossanitária de Origem, devidamente autorizados pelo Departamento de Defesa Vegetal – DSV, conforme segue:

- Curso de CFO/CFOC para Habilitação de Responsáveis Técnicos para as pragas *Aleurocanthus woglumi* (mosca-negra-dos-citrus), e *Cydia pomonella*, realizado no período de 11 e 12 de junho no município de Curitiba/PR, treinamento de 24 profissionais;
- Curso de CFO/CFOC para Habilitação de Responsáveis Técnicos para as pragas *Sirex noctilio* (vespa da madeira), realizado no período de 25 e 26 de junho no município de Curitiba/PR, treinamento de 23 profissionais;
- Curso de CFO/CFOC para Extensão de Habilitação de Responsáveis Técnicos para a praga *Neonectria galligena*, realizado em 15 de Agosto no município de Curitiba/PR treinamento de 38 profissionais;
- Curso de CFO/CFOC para Habilitação de Responsáveis Técnicos para as pragas Bean pod mottle vírus, Southern bean mosaic vírus, Tobacco ringspot vírus, *Curtobacterium flaccumvaciens* pv. *flaccumfaciens*, *Heterodera glycines*, realizado no período de 27 e 28 de Agosto no município de Ponta Grossa/PR treinamento de 16 profissionais,
- Curso de CFO/CFOC para Habilitação de Responsáveis Técnicos para as pragas: *Guignardia citricarpa* (mancha-preta-dos-citros), *Xanthomonas citri* subsp. *citri* (cancro cítrico), *Candidatus liberibacter* spp. (greening HLB) e, *Aleurocanthus woglumi* (mosca-negra-dos-citrus), realizado no período de 04 e 05 de setembro no município de Maringá/PR, treinamento de 26 profissionais;

Principais Ações e Resultados:

- a) 46.810 Permissões de Trânsito Emitidas;
- b) 525 Ações Fiscais;
- c) 5.930 Fiscalizações em barreiras interestaduais;
- d) 5 Cursos de Certificação Fitossanitária de Origem - CFO;
- e) 48 Responsáveis Técnicos habilitados para emissão de CFO;

Pareceres Técnicos em Processos de Exportação de Sementes e Mudanças

Os Pareceres Técnicos para exportação de sementes e mudas são determinados pela Instrução Normativa nº 50, de 29 de dezembro de 2006, a qual disciplina a importação e a exportação dos materiais de propagação.

De acordo com a Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006 e suas alterações, nas exportações de vegetais e suas partes é necessário a emissão do Certificado Fitossanitário – CF. O CF, documento internacionalmente reconhecido para certificar a isenção de pragas no trânsito de vegetais, é emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária – ONPF do país exportador, no caso do Brasil pelo MAPA.

Quando o país importador apresentar exigências fitossanitárias específicas, denominadas Declarações Adicionais, estas devem constar no CF, e embasadas em uma Permissão de Trânsito de Vegetais, emitida pelo OEDSV, de acordo com a Instrução Normativa nº 54, de 04 de dezembro de 2007.

Em 2013 foram emitidos 65 pareceres técnicos fitossanitários em processos de exportação de sementes e mudas.

Pareceres Técnicos em Processos de Importação de Sementes e Mudanças

Os Pareceres Técnicos para importação de sementes e mudas são determinados pela Instrução Normativa número 50, de 29 de dezembro de 2006, a qual disciplina a importação e a exportação dos materiais de propagação. As bases técnicas estão contidas na Instrução Normativa nº 23, de 02 de agosto de 2004, que estabelece as medidas fitossanitárias por via de ingresso por produto, e adota os requisitos fitossanitários para o ingresso de produtos vegetais, bem como na Instrução Normativa número 06, de 16 de maio de 2005, a qual condiciona a importação de espécies vegetais, suas partes, produtos e subprodutos à publicação dos requisitos fitossanitários específicos no Diário Oficial da União, estabelecidos por meio de Análise de Risco de Pragas – ARP.

No sítio do MAPA, serviços/sanidade vegetal/análise de risco de pragas/consulta na lista de produtos vegetais de importação autorizada – PVIA, é possível realizar buscas das exigências fitossanitárias por produto vegetal, nome científico, país de origem e parte vegetal a ser importada.

Em 2013 foram emitidos 113 pareceres técnicos fitossanitários em processos de importação de sementes e mudas.

Pareceres Técnicos em Processos de Importação de Produtos Vegetais para Alimentação Animal

Os Pareceres Técnicos para importação de produtos de origem vegetal, destinados à alimentação animal têm por base legal a Instrução Normativa número 29, de 14 de setembro de 2010, a qual aprova os procedimentos para a importação de produtos destinados à alimentação animal.

Quando se tratar da importação de produtos destinados à alimentação animal de origem vegetal ou que contenham em sua composição produtos de origem vegetal devem ser observadas as exigências fitossanitárias estabelecidas pelo Departamento de Sanidade Vegetal - DSV.

Os requerimentos de importação de produtos vegetais destinados a alimentação animal, devem receber um parecer técnico sobre as exigências fitossanitárias, de acordo com o produto vegetal e país de origem.

Em 2013 foram analisados 912 requerimentos de importação de produtos vegetais ou produtos com componente de origem vegetal destinados à alimentação animal.

Análise de Laudos Fitossanitários com vistas à baixa de depositário

Conforme Instrução Normativa nº 50, de 29 de dezembro de 2006, ao ingressarem materiais de propagação vegetal (sementes e mudas) no país, amostras são coletadas pelos Fiscais Federais Agropecuários do MAPA no ponto de ingresso (SVAs e UVAGROS) para análises fitossanitárias,

as quais são necessárias para determinar se as mercadorias estão aptas a serem comercializadas sob o ponto de vista da sanidade vegetal.

Toda vez que é detectada uma praga quarentenária, ou praga exótica, ou praga que não possui registro de ocorrência no Brasil, ou qualquer outra situação que se enquadre nas vedações previstas no Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, ações corretivas são adotadas para providenciar que os produtos que já ingressaram no território nacional sejam devolvidos ao país de origem ou destruídos.

Em 2013 foram emitidos 118 liberações de depositários e 06 empresas importadoras foram fiscalizadas quando ao cumprimento do termo de depositário.

Análise de Importação de Material de Pesquisa

O produto vegetal importado destinado à realização de pesquisa científica, deve atender o previsto na Instrução Normativa nº 1, de 15 de dezembro de 1998, que aprova as normas para importação de material destinado à pesquisa científica.

O requerimento de importação de produto destinado a pesquisa científica importação é analisado previamente pelo SSV/PR, quanto ao atendimento dos itens solicitados na legislação específica e após tramitado via processo Departamento de Sanidade Vegetal – DSV, para análise técnica e deferimento.

Em 2013 foram analisados 26 solicitações de importação de material de pesquisa científica.

Credenciamento, Fiscalização e Auditoria de Empresas de Tratamento Fitossanitário com Fins Quarentenários.

Para atuar, as empresas de Tratamento Fitossanitário com Fins Quarentenários interessadas (ETFFQ) solicitam credenciamento junto ao SSV/DDA/SFA-PR. Após análise da documentação apresentada o FFA emite parecer técnico solicitando adequações e/ou complementações, se for o caso. Atendidas as exigências pela empresa é feito agendamento da vistoria na empresa a fim de verificar os equipamentos e estrutura necessários para realização dos tratamentos. Realizada vistoria, e estando a empresa apta para renovação do credenciamento, se emite parecer técnico recomendando a renovação do credenciamento. Então é emitida e assinada a portaria pelo Superintendente da SFA/PR, esta portaria é publicada no DOU, e a empresa tem seu cadastro atualizado no sistema SIPE, na sequência é enviado para empresa novo Certificado de Credenciamento.

As ETFFQ credenciadas são fiscalizadas pelo SSV/DDA/SFA-PR quanto a realização dos tratamentos fitossanitários com fins quarentenários. Esta fiscalização está atrelada as comunicações dos tratamentos pelas empresas. Além disso as ETFFQ são auditadas para verificação dos sistemas de registro e controle para garantir a rastreabilidade dos tratamentos realizados, das prescrições, condições e especificações dos equipamentos utilizados, dos procedimentos técnico-operacionais específicos como dosagens e tempo de exposição dos tratamentos realizados e, das medidas de segurança individual e coletiva para realização dos tratamentos.

Principais Ações e Resultados:

- a) 06 fiscalizações de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários;
- b) 13 credenciamentos ou renovação de credenciamento de ETFFQ;
- c) 02 descredenciamentos de ETFFQ;
- d) 15 auditorias em ETFFQ;
- e) 20 autos de infração lavrados;
- f) 06 intimações lavradas;

Outras Atividades

O SSV/DDA/SFA-PR forma processos com os Termos de Ocorrência emitidos na importação quando as não conformidades estão relacionadas a interceptações de pragas, CF, NIMF 15, PVIA, solo e madeira com casca. Tais processos são encaminhados ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) com vistas à notificação das ONPFs dos países exportadores.

Na contra-mão, o SSV/DDA/SFA-PR recebe do DSV/SDA/MAPA os processos de notificação feita por outros países sobre as não conformidades verificadas nos produtos brasileiros que são exportados e toma as providências necessárias junto ao exportados para corrigir as irregularidades constatadas sejam corrigidas e evitadas em exportações posteriores.

Procedimento previsto na Instrução Normativa número 06, de 16 de maio de 2005, a qual condiciona a importação de espécies vegetais, suas partes, produtos e subprodutos à publicação dos requisitos fitossanitários específicos no Diário Oficial da União, estabelecidos por meio de Análise de Risco de Pragas – ARP, necessária quando as espécies nunca tiverem sido importadas pelo Brasil; quando houver novo uso proposto; quando provierem de novo país de origem; quando somente tiverem registro de importação em data anterior a 12 de agosto de 1997.

Pareceres outros que não descritos acima, mas também relacionados a questões fitossanitárias como pareceres para realização de cursos de Certificação Fitossanitária de Origem, visando o credenciamento de responsáveis técnicos; procedimento necessário para o comércio interestadual ou internacional de vegetais e suas partes hospedeiros de pragas quarentenárias, regulamentadas ou por exigência do país importador. Pareceres em processos de detecção/interdição/destruição/devolução de vegetais e suas partes com presença de pragas quarentenárias, exóticas ou de importância econômica; entre outros.

Principais Ações e Resultados:

- a) Recebeu 02 solicitações de ARP;
- b) Atuou em 07 processos de notificação de não conformidades em produtos do Brasil;
- c) Formalizou 06 processos de notificação de não conformidades de produtos importados;
- d) Emitiu de 127 pareceres fitossanitários em processos de importação de fertilizantes, corretivos, inoculantes e substratos;
- e) Supervisão de 01 Quarentena extraordinariamente instalada com autorização do DSV na Embrapa Soja.
- f) 10 Outros Pareceres emitidos;

Despesas Orçamentárias

Despesas orçamentárias do PI VIGIFITO, vinculadas as atividades da ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.

Tabela LXV – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2013 para o PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)

ELEMENTO	2012	2013		Executado	% E/L
	Executado	Programado	Liberado		
3390-14	R\$ 22.771,12	R\$ 9.000,00	R\$ 15.100,00	R\$ 11.891,41	78,75
3390-30	R\$ 3.959,89	R\$ 4.295,04	R\$ 4.180,00	R\$ 4.179,97	99,99
3390-33	R\$ 5.690,40	R\$ -	R\$ 5.100,00	R\$ 5.042,98	98,88
3390-36	R\$ 879,7	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
3390-39	R\$ -	R\$ -	R\$ 141,86	R\$ 141,86	100,00
3390-93	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-

4490-52	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
3391-39	R\$ -	R\$ -	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00	100,00
TOTAL	R\$ 33.301,11	R\$ 13.295,00	R\$ 26.321,86	R\$ 23.056,22	87,59

* Valores obtidos na Programação do SSV/SFA/RS

** Valores obtidos no SEOF/SFA/PR.

Desempenho Operacional

Tabela LXVI – Demonstrativo Físico do Exercício de 2013 para o PO – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)

META *	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Fiscalização Realizada **	1382	1389	100

* Meta definida no SIPLAN;

** Somatório das ações realizadas pelo SSV/PR. Não são computados os dados da ADAPAR relacionadas ao trânsito (exportações e importações) interestadual de vegetais e suas partes, incluindo as Permissões de Trânsito de Vegetais - PTV, emitidas pelo OEDSV/PR.

O produto executado refere-se às metas físicas executadas pelo SSV/PR: Análise de processos de Requerimento de Importação de Produtos destinados à Alimentação Animal, Supervisão de barreiras, Fiscalização de Depositário, Análise de processos de importação de vegetais, Análise de processos de exportação de vegetais. Fiscalização de Termo de Liberação de Depositário, Emissão de Termos de Liberação de Depositário, Análise de processos de importação de material destinado à pesquisa científica, Supervisão de Cursos de CFO, Emissão de Pareceres Técnicos, Análise de Processos para importação de fertilizantes com componente vegetal.

Tabela LXVII – Demonstrativo Físico e Financeiro para o Produto “Fiscalização Realizada”, referente ao Exercício de 2013, no PO - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13)

Quantidade Física				Custo em R\$ 1,00			
2012	2012						
Realizada QR	Programada QP	Realizada QR	Universo QT	Realizado CR		Unitário Programado 2013 - CUP	Unitário Realizado 2013 - CUR
				2012	2013		
				R\$	R\$	R\$	R\$
2001	1382	1389	1389	33.301,11	23.056,22	24,09	16,68

SIGLAS:

QP = quantidade programada;

QR = quantidade realizada;

QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/standardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores);

CR = custo realizado;

CUP = custo unitário programado;

CUR = custo unitário realizado

Indicadores De Desempenho

Considerações no cálculo dos indicadores de desempenho

Para o cálculo dos indicadores de Eficiência, Eficácia e Efetividade, foi considerado a soma das metas estabelecidas no trânsito interestadual, excetuando-se as PTVs, que são emitidas exclusivamente pelos fiscais da ADAPAR/PR, já que as atividades descritas no item conformidades fitossanitárias, não foram previstas metas específicas.

A totalização das metas previstas e executadas no trânsito interestadual foi confrontada também com a totalização dos recursos financeiros programados e executados no PI VIGIFITO.

Tabela LXVIII – Indicadores de desempenho para o Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos (VIGIFITO13) referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

INDICADOR OBTIDO				
PRODUTO	ECONOMICIDADE	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	EFETIVIDADE
Fiscalização Realizada	-30,00	20,0	60,0	---

Indicador Obtido				
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	-93,078	-30,76	100,5	100

Fórmulas: **Economicidade** = [(CR2013: CR2012)-1] x 100;

Eficiência = [(CUR2013: CUP2013)-1] x 100;

Eficácia = (QR2013: QP2013) x 100;

Efetividade = (QR2013: QT2013) x 100;

Os indicadores de desempenho demonstram que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 30,76%. Além disso, o número de atividades executadas foram muito próximas a atividades programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 100,5%, ou seja, foram executadas 0,5% de unidades da meta além daquelas programadas. E ainda, a percentual de unidades realizadas do produto da ação foi igual ao total de unidades do universo da ação, indicando que o PI foi EFETIVO.

PO: 0006 – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais

Tabela LXIX - DADOS GERAIS

Parâmetro	Descrição
Tipo	Finalística
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor quantitativo aos produtos vegetais paranaenses, por meio da prevenção e controle de pragas da horticultura, plantas medicinais e condimentares de flores ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, das plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender às exigências do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridade de

	pesquisa para pragas; levantamentos fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingência e de emergência para as pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais; sistema de informação Fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de Defesa Fitossanitária.
Áreas Responsáveis por gerenciamento e execução	SSV/SFA-PR

RESULTADOS DA AÇÃO

Atividades Executadas

Prevenção e Controle de Cancro Europeu das Pomáceas

O Cancro Europeu das Pomáceas (*Neonectria galligena*) está entre as principais doenças da cultura da maçã e pêra no mundo e sua introdução e dispersão em regiões produtoras, se não devidamente controlada, pode causar enormes prejuízos ao setor pela morte em plantas em pomares e perdas em frutas armazenadas, comprometendo a comercialização no mercado interno e externo.

No Brasil, foi detectado (primeira ocorrência) em 2002 no Rio Grande do Sul em pomares e viveiros de maçã, provavelmente introduzida a partir de mudas importadas. Na tentativa de conter a doença na época, o MAPA coordenou ações de erradicação destruindo mudas e plantas adultas. Porém em 2011 houve a constatação de ressurgência da doença nos três Estados do Sul, provocando alerta ao setor produtivo e aos órgãos oficiais de defesa agropecuária.

Em 2012, o MAPA realizou amostragens oficiais nos estados produtores e as mesmas tiveram resultados positivos em pomares do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Com a confirmação da presença de *N. galligena* no Estado do Paraná o SSV/PR, conjuntamente com o OEDSV/PR, realizaram um levantamento nas áreas produtivas de Maçã e Pêra (hospedeiras preferências da praga) visando delimitar a sua presença.

Adicionalmente foi realizada a fiscalização de viveiros de produção de mudas maçã e pêra (pomáceas) registrados no RENASEM, visando orientar o produtor de mudas paranaense, quanto aos aspectos fitossanitários da produção e certificação, vistoriando as mudas produzidas.

Principais Ações e Resultados:

- a) 02 FFA`s participando da reunião sobre *N. galligena* na Epagri de São Joaquim/SC;
- b) 09 municípios inspecionados;
- c) 34,17% das Unidades Produtivas de Maçã e Pêra inspecionadas;
- d) 32 amostras coletadas e analisadas;
- e) 11,1% das Unidades Produtivas inspecionadas com Cancro Europeu das pomáceas;
- f) Verificou-se a ocorrência da praga, isoladamente, ao município de Palmas/PR;
- g) 03 viveiros inspecionadas;

Para o trabalho foram selecionadas 27 Unidades Produtivas (34,17% do total), onde se inspecionou 47 pontos de amostragens (1 ha cada) e coletadas 32 amostras. Os laudos de

diagnósticos apontaram que das 32 amostras coletadas, 04 amostras em 03 Unidades Produtivas apresentaram resultado positivo para *N. galligena*.

Portanto, dos 47 pontos de amostragem, 8,5% deram positivo e das 27 Unidades Produtivas selecionadas, 11,1% apresentaram amostras com resultados positivos para *N. galligena*.

Esse levantamento juntamente com o levantamento de delimitação realizados no RS e SC subsidiarão a alteração do status da praga, que passará de A1 (ausente) para quarentenária A2 (presente), possibilitando dessa forma a completa implementação da IN 20/2013 de 20/06/2013 que instituiu o Programa Nacional de Prevenção e Controle do Cranco Europeu das Pomáceas.

Prevenção à praga *Cydia pomonella*

A *Cydia pomonella* é uma das principais pragas da fruticultura de clima temperado no mundo e é considerada praga-chave em maçã e pêra. A primeira detecção dessa praga no Brasil se deu em 1991 em áreas urbanas do Município de Vacaria/RS. Com a intensificação do monitoramento foi verificada posteriormente a existência de 03 novos focos em Caxias do Sul/RS, Lages/SC e Bom Jesus/RS.

O Programa Nacional de Erradicação de *C. pomonella* (PNECP) foi iniciado em 1997/98, tendo como objetivo a proteção fitossanitária dos cultivos de pomáceas e a erradicação da praga (IN 48/2007).

O PNECP prevê ações a serem desenvolvidas tanto nos municípios de ocorrência da praga (zona urbana, casas de embalagem e pomares comerciais), quanto nos municípios sem ocorrência da praga (pomares comerciais). Estão envolvidos no PNECP, o MAPA, Embrapa Uva e Vinho, SEAPA/RS, CIDASC/SC, a ABPM e a AGAPOMI, que integram a Comissão Nacional de Erradicação da *C. pomonella* (CNECP).

As ações de Monitoramento, Educação Sanitária, Remoção de hospedeiros e Controle Fitossanitário desenvolvidas no PNECP permitiram que a praga não avançasse para as áreas produtivas dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e ainda levaram à redução populacional da praga presente nas áreas urbanas. As últimas detecções de *C. pomonella* verificadas em Bom Jesus, Caxias, Lages e Vacaria se deram em 2005/06, 2007/08, 2009/10 e 2011/12, respectivamente.

No Estado do Paraná, mesmo não havendo *C. pomonella* é realizado o monitoramento da praga, por meio do uso de armadilhas com feromônio, em áreas de fronteira, barreiras fitossanitárias fixas, áreas periurbanas e áreas urbanas próximas de regiões produtoras e/ou com grande presença de hospedeiros, e em comerciantes de frutos hospedeiros da praga, de modo a identificar e erradicar, preventivamente, um eventual foco da praga.

O monitoramento dos pomares comerciais de rosáceas (maçã, pêra, pêssego, ameixa e nectarina) é executado pelos responsáveis técnicos (engenheiros agrônomos) das unidades produtivas, devidamente habilitados e credenciados por meio de cursos de Certificação Fitossanitária de Origem – CFO promovidos em parceria entre ADAPAR e SSV/PR

Principais Ações e Resultados

- a) Aquisição e repasse à ADAPAR de 2000 septos de feromônio para *C. pomonella*;
- b) 100 unidades armadilhas delta plástica e 1000 pisos adesivos;
- c) 97 municípios monitorados;
- d) 411 armadilhas instaladas e monitoradas em áreas de fronteira, barreiras fitossanitárias fixas, áreas periurbanas e áreas urbanas próximas de regiões produtoras e/ou com grande presença de hospedeiros, e em comerciantes de frutos hospedeiros da praga;
- e) 292 armadilhas instaladas e monitoradas em unidades produtivas de pomáceas;
- f) 01 curso de certificação fitossanitária de origem – CFO;
- g) 24 Responsáveis Técnicos habilitados para a certificação das pragas;

- h) 02 reuniões realizadas pela Comissão Nacional de Erradicação de *C. pomonella*;
- i) Paraná livre de *C. pomonella*;

Os resultados do PNECP são positivos nos três estados do Sul e subsidiarão o Ato Declaratório de reconhecimento de erradicação de *C. pomonella* no Brasil que deverá ser feito pelo Ministro da Agricultura no ano de 2014. Tal ato deverá ocasionar impacto positivo à cadeia produtiva nacional de pomáceas, favorecendo uma maior competitividade do produto no mercado internacional pela ausência da praga.

Monitoramento da cochonilha rosada

A praga cochonilha rosada (*Maconellicoccus hirsutus*) era considerada ausente (A1) no Brasil (IN 41/2008), até o ano de 2011 quando foi oficialmente verificada no Estado de Roraima. Como medida de controle legal foi publicada a Instrução Normativa 30 de 24/08/2001, que condicionava o trânsito de uma série de produtos agrícolas a inspeção do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária daquele Estado, seguido de emissão de PTV.

Em 2012, a praga foi detectada no Estado do Espírito Santo e São Paulo e em 2013 no Mato Grosso e no Rio Grande do Sul. Parte dessas novas detecções se deve a determinação feita pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/MAPA) para que fosse realizado um levantamento fitossanitário nacional de *M. hirsutus* por meio de cooperação entre os Órgãos Estaduais de Defesa Sanitária Vegetal (OEDSV) e os Serviços de Sanidade Vegetal do MAPA (SSV/UF) (Ofício Circular nº 471/2012/DSV) e também ao treinamento promovido em 12/03/2013 pelo DSV/MAPA aos Fiscais Federais Agropecuários (FFA's) e Fiscais Estaduais de Defesa Agropecuária (FDA's) dos Estados da BA, CE, MG, PA, PE, PR e RS.

Principais Ações e Resultados:

- a) 01 fiscal do SSV/PR e 01 fiscal da ADAPAR treinados para a realização de inspeções;
- b) 09 Municípios contemplados no monitoramento;
- c) 23 áreas urbanas e rurais inspecionadas;
- d) 03 amostras suspeitas foram coletadas e analisadas;
- e) amostras positivas para cochonilha rosada;

Fiscalização do Monitoramento do Mofo Azul

Em 2012, as exportações de tabaco pelo Brasil atingiram os US\$ 3,26 bilhões, representando cerca de 1,34% do total das exportações brasileiras. Das 710 mil toneladas produzidas 85% foram destinadas ao mercado externo, sendo que para a China foram exportados aproximadamente 60 milhões de quilos de tabaco, representando divisas na ordem de 450 milhões de dólares.

Atualmente, de acordo com o protocolo de exportações de tabaco assinados por Brasil e China, estão habilitados a exportar fumo os Estados do Rio Grande do Sul, Bahia e Alagoas. Essa referida habilitação se deve aos Estados da Bahia e Alagoas serem considerados oficialmente como áreas livres de mofo azul (*Peronospora tabacina*), e ao Estado do Rio Grande do Sul adotar os procedimentos de monitoramento, rastreabilidade e segregação do fumo preconizados pela IN MAPA 03/2012 de 28/02/2012.

O setor produtivo tabacoleiro, bem como alguns órgãos da Administração Federal vem trabalhando junto ao Governo Chinês, em especial junto a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIC), no sentido de se estender o protocolo de exportação de fumo incluindo os Estados do Paraná e Santa Catarina.

Em Janeiro de 2013, o SSV/PR recebeu a missão da AQSIC/Chinesa. A missão objetivava conhecer a estrutura técnica e funcional do SSV/PR, da ADAPAR, das empresas tabacoleiras com

sede no Paraná, bem como realizar vistoria em 05 unidades produtivas de tabaco para verificação de sintomas de mofo azul nas plantas.

Em um esforço de se viabilizar as exportações do fumo produzido no Estado do Paraná e em atendimento ao previsto na IN 03/2012, as empresas tabacoleiras realizaram o monitoramento das áreas de cultivo de fumo com a devida fiscalização a campo por parte da ADAPAR (conforme Art. 10 da IN 03/2012).

O SSV/PR realizou a auditoria do processo de monitoramento do mofo azul realizado pela empresas tabacoleiras. Na auditoria foram analisados as fichas de campo dos produtores, laudos fitossanitários e demais anexos da IN 02/2012, buscando corrigir as inconsistências documentais verificadas.

Adicionalmente em conjunto com o SSV/RS realizou o acompanhamento da missão oficial AQSIC/China na inspeção de tabaco processado visando a certificação para a doença mofo azul. Foram coletadas amostras de folhas de tabaco processado e foi realizado o acompanhamento das análises fitossanitárias em laboratório oficial credenciado pelo MAPA.

Principais Ações e Resultados:

- a) 02 Acompanhamentos da missão AQSIC/China;
- b) 08 empresas tabacoleiras auditadas pelo SSV/PR;
- c) 682 inspeções realizadas pelos responsáveis técnicos das empresas de tabaco;
- d) 27 amostras coletadas responsáveis técnicos das empresas de tabaco e analisadas;
- e) 15 amostras de tabaco processado, coletadas e analisadas;
- f) 0 amostras positivas para a presença de mofo azul;
- g) 03 reuniões técnicas realizadas com o setor produtivo e com a ADAPAR;
- h) 01 treinamento realizado sobre levantamento para detecção de mofo azul a campo, métodos de coleta, conservação e envio de amostras;
- i) 68 responsáveis técnicos treinados;

Prevenção e Controle da *Helicoverpa armigera*

A *Helicoverpa armigera* apresenta ampla distribuição geográfica pelo mundo, sendo registrada em praticamente toda a Europa, Ásia, África, Austrália e Oceania. No Brasil, essa praga não havia sido detectada até 2013, sendo até então considerada como praga ausente (A1) de acordo com a IN 41/08.

Na safra 2011/2012 foi registrado um grande surto de lagartas de *H. armigera* na região oeste da Bahia, especialmente no algodoeiro, quando foram constatadas perdas de até 80% da produção dessa cultura, segundo relato dos produtores. Outras culturas como a soja e o milho também foram atacadas por essa praga na ocasião.

Na safra 2012/2013 foram verificadas novamente incidências de *H. armigera* nos cultivos da Bahia, em especial nas lavouras de soja irrigada, algodão e feijão, quando produtores tiveram que realizar várias aplicações de inseticidas para o seu controle. Nessa safra também foram constatados ataques de lagartas de *H. armigera* em cultivos de soja dos estados do Maranhão e Piauí e em cultivos de soja, milho e algodão em Mato Grosso do Sul. Em Goiás os danos foram mais acentuados em lavouras de tomate e soja.

Quanto ao Estado do Paraná, a presença da nova praga foi registrada na região norte (Londrina), Sul (Ponta Grossa) e Oeste (Campo Mourão) do Estado. Na região de Ponta Grossa os ataques mais severos de *H. armigera* foram verificados durante os estádios iniciais de desenvolvimento da soja. Já na região de Campo Mourão foi verificado danos em soja tiguera, milho e em soja safrinha.

Além de polífaga, a praga tem se mostrado bastante agressiva, alimentando-se de folhas,

hastes e principalmente botões florais, frutos, maçãs, espigas e inflorescência. Corrobora para se considerar a *H. armigera* como de grande importância econômica, o fato dessa praga poder se dispersar até 1000 km sob condições de campo.

Foi estimado que os prejuízos devido ao ataque da *H. armigera* durante a safra 2012/2013 foram da ordem de R\$ 140,00/ha, além da necessidade de aplicações extras de inseticida nas lavouras que geraram a um número de 03 aplicações adicionais em relação a safra 2011/2012. Na Europa estima-se que as perdas anuais causada pelo ataque de *H. armigera* supere os 2 bilhões de dólares, enquanto que a nível mundial esses valores são estimados em 5 bilhões.

Em 05/03/2013, o MAPA, através da Portaria nº 42/2013 declarou como emergência fitossanitária a situação do intensivo ataque da praga *H. armigera* em lavouras de algodão e soja na safra 2012/2013, buscando a implementação do plano de supressão da praga e adoção de medidas emergenciais para as safras 2012/2013 a 2014/2015.

Adicionalmente, considerando que a situação da *H. armigera* é emergencial, o MAPA, através do Ato 15 de 14/03/2012, liberou cinco princípios ativos que apresentam efeito sobre esta praga.

Através do Ofício Circular nº 130/2013/DSV/SDA e Ofício nº 149/2013/DSV/SDA foi determinado pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) a realização do levantamento de ataque de *Helicoverpa* spp. em soja e algodão a nível nacional.

Até o momento o MAPA declarou os Estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás e Piauí em estado de emergência fitossanitária relativo ao risco de surto da praga *H. armigera*. Esses estados devem implementar o plano de manejo e supressão definido pela EMBRAPA, que definiu as medidas emergenciais a serem aplicadas na área afetada visando diminuir a população da praga *H. armigera* e o impacto econômico resultante de um surto.

Principais Ações e Resultados:

- a) 01 FFA participou do Seminário Estratégias para controle de *Helicoverpa armigera*;
- b) 15 FFA's lotados SSV/PR, UTRA's e UVAGRO's dessa SFA/PR participaram da palestra sobre *H. armigera* e realizaram uma prática de identificação da praga;
- c) 01 Celebração de convênio com a ADAPAR para a realização do monitoramento de *H. armigera* no Estado;
- d) 65 "propriedades-piloto" monitoradas em relação ao complexo de lagartas-pragas da soja
- e) Ocorrência de *H. armigera* em baixas populações no Paraná;

Outras Atividades

Realizou auditoria em UP produtora de citros para exportação, viabilizando a exportação de 35 containeres de citros *in natura* para o Reino Unido;

Participação em 02 reuniões sobre o avanço da vespa da galha do eucalipto (*Leptocybe invasa*), ações de prevenção e medidas de controle a serem adotadas, onde teve como principal resultado a Inclusão de Alvo no registro de 03 princípios ativos registrados junto ao MAPA;

Orientação quanto a formatação de proposta e elaboração de Parecer de Viabilidade do convênio SICONV 794630/2013 entre MAPA/ADAPAR, no valor de R\$ 3.000.000,00 e que se refere ao Apoio à estruturação e implementação do SUASA, tendo como vigência o período de 20/12/2013 a 30/12/2013.

Despesas Orçamentárias

Despesas orçamentárias do **PI PCEVEGETAL**, vinculadas as atividades acima descritas dentro da ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais.

Tabela LXX – Programação e Execução Orçamentária e Financeira do Exercício de 2013 para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais (PCEVEGETAL13)

ELEMENTO	2012		2013		
	Executado	Programado*	Liberado**	Executado**	% E/L
3390-14	R\$ 13.406,74	R\$ 40.000,00	R\$ 22.210,00	R\$ 22.136,67	99,67
3390-30	R\$ 4.758,24	R\$ 15.050,31	R\$ 13.894,71	R\$ 13.894,71	100,00
3390-33	R\$ 6.114,90	R\$ -	R\$ 14.000,00	R\$ 11.916,94	85,12
3390-36	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
3390-39	R\$ 1.148,40	R\$ -	R\$ 3.830,79	R\$ 3.830,79	100,00
3390-93	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	-
4490-52	R\$ -	R\$ 50.000,00	R\$ -	R\$ -	-
TOTAL	R\$ 26.024,78	R\$ 102.900,31	R\$ 53.935,50	R\$ 51.779,11	96,00

* Valores obtidos na Programação do SSV/SFA/PR.

** Valores obtidos no SEOF/SFA/PR.

Desempenho Operacional

A meta definida no SIPLAN foi utilizada para os cálculos de desempenho operacional. A meta área controlada foi definida pela coordenação nacional do Programa e Ação.

Para estimativa da área controlada (meta), foram consideradas as áreas em ha cultivadas com vegetais hospedeiros de pragas quarentenárias e regulamentadas, conforme descrito pormenorizado na primeira etapa desde relatório.

Tabela LXXI – Demonstrativo Físico e Financeiro do Exercício de 2013 para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais (PCEVEGETAL13)

Quantidade Física				Custo em R\$ 1,00			
2012	2013			Realizado (CR)		Unitário Programado 2013 (CUP)	Unitário Realizado 2013 – (CUR)
Realizada (QR) Mil Km ²	Programada (QP) Mil Km ²	Realizada (QR) Mil Km ²	Universo (QT) Mil Km ²	2012	2013		
199,3	199,3	199,3	199,3	R\$ 26.024,78	R\$ 51.779,11	R\$ 515,27	R\$ 259,80

SIGLAS:

QP = quantidade programada;

QR = quantidade realizada;

QT = quantidade total de unidades do universo (estabelecimentos produtores/standardizadores registrados, excluindo-se os estabelecimentos importadores);

CR = custo realizado;

CUP = custo unitário programado;

CUR = custo unitário realizado

Indicadores De Desempenho

As fórmulas utilizadas para o cálculo dos indicadores são as estabelecidas pela Coordenação Geral de Planejamento

Tabela LXXII – Indicadores de desempenho para o PO – Prevenção, Controle e Erradicação das Pragas Vegetais (PCEVEGETAL13) referente ao exercício de 2013, com os respectivos Índices de Economicidade, Eficiência, Eficácia e Efetividade

Indicador Obtido				
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
199.300 km ²	51,55	- 49,68	100	100

Fórmulas: **Economicidade** = [(CR2013: CR2012)-1] x 100;

Eficiência = [(CUR2013: CUP2013)-1] x 100;

Eficácia = (QR2013: QP2013) x 100;

Efetividade = (QR2013: QT2013) x 100;

Os indicadores de desempenho demonstram que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 44,68%. Foram executadas todas as unidades inicialmente programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 100,0%. E ainda, a percentual de unidades realizadas do produto da ação foi igual ao total de unidades do universo da ação, indicando que o PI foi EFETIVO.

Indicador De Eficiência

Descrição:

Custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo:

Fornecer o custo unitário programado e realizado do produto da ação. Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada.

Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2013, em reais/quantidade realizada da meta física:

$$CUR2013 = (CR2013 : QR2013) = 51.779,11 : 199,3 = 259,80$$

Custo unitário programado (CUP) em 2013, em reais/quantidade programada da meta física:

$$CUP2013 = (CP2013 : QP2013) = R\$ 102.900,31 : 199,3 = 516,31$$

Varição absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2013, em reais/quantidade da meta física:

$$VA2013 = CUR2013 - CUP2013 = 259,80 - 516,31 = - 256,51$$

Varição relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2013, em percentagem:

$$VR2013 = [(CUR2013 : CUP2013) .100] - 100 = [(259,80 : 516,31).100] - 100 = - 49,68$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA negativo (-256,51) indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 44,68%.

Indicador de Eficácia**Descrição:**

Número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo:

Mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que a DFA foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.

Fórmulas de cálculo:

Varição absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2008, em quantidade da meta física:

$$VA_{2013} = QR_{2013} - QP_{2013} = 199.307 - 199.307 = 0,0$$

Varição relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2013, em percentagem:

$$VR_{2013} = [(QR_{2013} : QP_{2013}) \cdot 100] - 100 = [(199.307 : 199.307) \cdot 100] - 100 = 0,0$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA zerado significa que foram executadas todas as unidades inicialmente programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 100,0%.

Indicador de Efetividade**Descrição:**

Percentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo:

Mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e o impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Varição absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2013, em quantidade:

VA2013 = QR2013 – QT2013

Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2013, em percentagem:

VR2013 = (QR2013 : QP2013) .100= (199,3: 199,3).100= **100,0 %**

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Não é possível estabelecer o universo da ação, já que várias delas são dependentes de demandas geradas pelo setor produtivo e usuários dos serviços do MAPA.

Comentário do Resultado:

Não é possível estimar o QT e, portanto o VA não pode ser calculado. Já o VR de 100,0 % significa que o PI foi EFETIVO.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. - Estrutura orgânica de controle da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, comitê de auditoria, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

A Portaria n° 428 de 09.06.2010 (D.O.U. de 10.06.2010) expedida pelo Ministério da Agricultura , Pecuária e Abastecimento – MAPA, que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais da Agricultura, Pecuária e Abastecimento não contempla na sua estrutura organizacional (vide item 3) qualquer organismo de controle da UJ.

3.2. - Controles internos administrativos da unidade, contemplando avaliação, pelos próprios gestores, da qualidade e suficiência de tais controles para garantir a realização dos objetivos estratégicos da unidade, considerando ainda o quadro específico da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º, com o qual devem ser avaliados os seguintes elementos:

a) Ambiente de controle;

Tabela LXXIII - Elementos dos Sistemas de Controles Internos Avaliados

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das			X		

responsabilidades.					
Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.		X			
Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					X
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					X
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica:					

Vale ressaltar que muitos dos sistemas de controle utilizados pela UJ, são oriundos do órgão central de Brasília, portanto não sendo passível de modificação ou avaliação de resultado.

Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.
- (3) **Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.
- (5) **Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

- b) **Avaliação de risco;**
Com a implantação dos Sistemas de autocontrole, houve considerável diminuição dos riscos de erros na execução finalística.
- c) **Atividades de controle;**
Os controle são realizados através de vários Sistemas Integrados, como o SCDP (Sistema de Concessão de Diárias e Passagens); SCVA (Sistema de Controle de Veículos Automotores) e o SIGED (Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos), entre outros;
- d) **Informação e Comunicação;**
Os Sistemas são totalmente interligados e de acesso amplo a todos os servidores, contemplando dessa forma a transparência das atividades desenvolvidas.
- e) **Monitoramento**
Há um amplo acompanhamento das atividades que ficam armazenadas nos Sistemas e com amplo acesso.

3.4. - Estrutura e atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

A Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE foi criada por meio do Decreto Presidencial nº 7127, de 04 de março de 2010, “que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e dá outras providências”, como uma das unidades da Secretaria-Executiva da Pasta.

Contudo, o Regimento Interno da Secretaria-Executiva do MAPA vigente é anterior à criação da citada unidade, de forma que apenas há a Portaria nº 12, de 16 de fevereiro de 2012, publicada no DOU. Nº 38, seção 01, pág. 02, de 24.02.12, de lavra do Secretário-Executivo, a qual delega “competência ao Coordenador-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE”.

3.5 - Demonstração do cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

Tabela LXXIV - RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - Norma de Execução nº 3, de 19.12.2008 da Portaria nº 2.238, 19/12/2008 – DOU 22/12/2008 (ANEXO III)

Nº Processo	Tipo	Nº Ato/Portaria	Situação Atual
21034.005154/2011-31	Sindicância Investigativa	62 de 17/02/2012 1164 de 31/10/2011	Instrução
21034.002260/2012-44	Sindicância Rito Ordinário	358 de 06/06/2012	Instrução

		423 de 10/07/2012	
21034.002508/2012-77	Sindicância Rito Ordinário	381 de 25/06/2012 411 de 07/07/2012 117 de 13/03/2013 197 de 09/04/2013 250 de 09/05/2013 351 de 03/07/2013	Julgado
21034.003753/2012-00	Sindicância Investigativa	659 de 20/11/2012 525 de 30/09/13	Julgado
21034.004523/2012-50	Processo Admin.Disciplinar	660 de 20/11/2012 29 de 18/01/2013 37 de 20/03/2013 249 de 30/04/2013 336 de 10/05/2013 512 de 28/06//2013	Julgado
21034.004815/2012-92	Sindicância Investigativa	671 de 30/11/2013	Instrução
21034.001832/2012-78	Processo Admin.Disciplinar	278 de 10/05/2012 597 de 10/10/2012 638 de 29/10/2013	Instrução
21034.001511/2013-54	Sindicância Investigativa	218 de 22/04/2013 270 de 20/05/2013	Julgado
21034.001068/2013-67	Processo Admin.Disciplinar	236 de 26/04/2013 333 de 24/06/2013 443 de 20/08/2013	Julgado
21034.003866/2013-88	Processo Admin.Disciplinar	562 de 14/10/2013 848 de 11/12/2013	Instrução
21034.003864/2013-88	Processo Admin.Disciplinar	563 de 14/10/2013 604 de 30/10/2013	Instrução
21034.001226/2012-52	Sindicância Investigativa	602 de 30/10/2013 623 de 25/11/2013	Instrução

3.6. - **Indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos**

4. - **TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

4.1. - **Execução das despesas.**

Tabela LXXV – Demonstrativo da Execução Financeira

UG: 130070 - GESTÃO 00001		
EXECUÇÃO DESPESAS 2013		
339014-00	DIARIAS NO PAIS	770.781,50
339030-00	MATERIAL DE CONSUMO	542.922,05
339033-00	PASSAGENS PARA O PAIS	173.476,09
339036-00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	16.798,30
339037-00	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	1.576.310,35
339039-00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	3.176.277,67
339047-00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	241,18

339092-00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.902,82
339093-00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	152.653,59
339100-00	APLICACOES DIRETAS - OPER.INTRA-ORCAMENTARIAS	33.644,20
449052-00	DESPESAS DE CAPITAL	2.459.181,22

4.2. - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Inexistente

4.3. - Movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Inexistente

4.4. - Transferências de recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.

Inexistente

4.5. - Suprimento de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Inexistente

4.6. - Renúncia de Receitas.

Inexistente

5. - GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

5.1. - Estrutura de pessoal da unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

a) Demonstração da força de trabalho e dos afastamentos que refletem sobre ela:

Tabela LXXVI – Demonstrativo da Força de Trabalho da SFA/PR em 2013 por Categoria Funcional

Categoria Funcional	Quadro Atual	Quadro Ideal	Carência
Agente Administrativo	37	50	13
Agente de Ativ. Agrope.	31	84	53
Agente de Portaria	1	0	-1
Auxiliar Oper. Agropecuário	42	0	-42
Aux. Operc. de Serv. Diversos	1	0	0
Aux. Operac. Serv. Diversos	1	0	-1
Assistente Social	1	2	1
Agente de Vigilância	3	0	-3
AISIPOA	121	478	357
Administrador	1	3	2
Datilógrafo	9	0	-9
Desenhista	1	0	-1
Motorista	2	0	-2
Técnico de Comunicação Social	2	3	1
Tecnico de Laboratorio	6	0	-6

Tecnico em Assunto Educacional	1	0	-1
Tecnico de Colonizacao	2	0	-2
Economista	1	3	2
Especialista Nivel Superior	1	0	-1
Especialista Nivel Medio	1	0	-1
Psicólogo	0	2	2
Contador	1	3	2
Engenheiro	1	0	-1
Médico	0	0	0
Fiscal Federal Agropecuário	204	370	166
Sub-total	471	998	527
Estagiário – Nível Médio	12	12	00
Estagiário – Nível Superior	38	38	00
Total	521	1048	527

Tabela LXXVII – Demonstrativo da Força de Trabalho e os Reflexos sobre os Afastamentos

Ano 2013	Total de Dias Afastados Li-cença Médica (A)	Total Servidores Ativos (B)	Nº Dias Trabalhados (C)	PTP Percentual de Tempo Perdido $(\frac{A \times 100}{B \times C})$	Nº Dias mês (E)	PTP Percentual de Tempo Perdido $(\frac{A \times 100}{B \times E})$	Quantidade de Licenças (F)	Índice de Frequência $(\frac{F \times 100}{B})$
Jan	512	566	22	4,11%	31	2,92%	6	1,17%
Fev	428	558	17,5	4,38%	28	2,74%	10	0,19%
Mar	555	553	20	5,02%	31	3,24%	6	1,08%
Abr	356	562	22	2,88%	30	2,11%	10	0,02%
Mai	441	567	21	3,89%	31	2,51%	7	1,23%
Jun	355	567	20	3,13%	30	2,09%	4	0,71%
Jul	313	566	23	2,40%	31	1,78%	5	0,88%
Ago	434	555	22	3,55%	31	2,52%	21	4,84%
Set	207	552	21	1,79%	30	1,25%	15	2,72%
Out	132	555	23	1,03%	31	0,77%	13	2,34%
Nov	215	554	20	1,94%	30	1,29%	14	
Dez					31			
Média	329	512,9	17,5	3,67%	27,8	2,31%	8,75	1,71%
Valor Ideal				1,2%		1,2%	1 servidor/60 dias	0,10%

b) Qualificação da força de trabalho de acordo com a estrutura de cargos, idade e nível de escolaridade;

Tabela LXXVIII – Demonstrativo da Força de Trabalho de acordo com Estrutura de Cargos e Idade

Categoria Funcional	Até 30 Anos	De 31 a 45 anos	De 46 a 60 Anos	Mais de 60 Anos
Agente Administrativo	0	1	34	1

Agente de Atividades Agrop.	0	0	23	7
Tecnico de Laboratorio	0	0	3	3
Engenheiro Agronomo	0	0	0	1
Administrador	0	0	0	1
Especialista Nivel Superior	0	0	1	0
Tecnico em Assuntos Educacionais	0	0	1	0
Agente de Portaria	0	0	1	0
Assistente de Administracao	0	0	1	0
Auxiliar Operacional de Servico Diversos	0	0	2	0
Datilografo	0	0	11	0
Desenhista	0	0	1	0
Especialista de Nivel Medio	0	0	1	0
Motorista Oficial	0	0	2	0
Tecnico em Colonizacao	0	0	1	0
Economista	0	0	1	0
AISIPOA	2	6	78	58
Agente de Vigilancia	0	0	3	0
Auxiliar Oper. Agropecuario	0	0	37	5
Piscologo	0	0	0	0
Contador	0	0	1	0
Tecnico de Comunicacao Social	0	0	2	0
Medico	0	0	0	0
Assistente Social	0	0	1	0
Fiscal Federal Agropecuario	4	93	69	38
Sub-total	6	100	274	109
Estagiario – Nivel Medio	12	0	0	0
Estagiario – Nivel Superior	38	0	0	0

Tabela LXXIX – Demonstrativo da Força de Trabalho de acordo com Estrutura de Cargos e Nível de Escolaridade

Categoria Funcional	1º Grau	2º Grau	Superior	Mestrado	Doutorado
Agente Administrativo	3	21	12	0	0
Administrador	0	0	1	0	0
Agente de Ativ. Agropecuaria	0	23	8	0	0
Agente de Portaria	0	1	0	0	0
Agente de Vigilancia	2	1	0	0	0
Assistente de Administracao	0	1	0	0	0
Aux. Operc. Agropecuaria	11	25	5	0	0
Datilografo	2	7	0	0	0
Motorista	2	0	0	0	0
AISIPOA	26	72	21	1	0
Especialista de Nivel Superior	0	0	1	0	0

Economista	0	0	1	0	0
Psicólogo	0	0	0	0	0
Contador	0	0	1	0	0
Técnico de Comunicação Social	0	0	2	0	0
Tecnico em Colonizacao	1	0	0	0	0
Tecnico em Assuntos Educaci.	0	0	1	0	0
Médico	0	0	0	0	0
Assistente Social	0	0	1	0	0
Fiscal Federal Agropecuário	0	0	201	0	0
Sub-total	47	151	282	1	0
Estagiário – Nível Médio	0	12	0	0	0
Estagiário – Nível Superior	0	0	38	0	0

c) Custos associados à manutenção dos recursos humanos:

Tabela LXXX – Demonstrativo da Despesas de Pessoal da SFA/PR em 2013

mês/Ano	Ativos	%	Aposentados	%	Total
jan.13	R\$ 2.424.954,39	26,08%	R\$ 6.873.089,67	73,92%	R\$ 9.298.044,06
fev.13	R\$ 2.449.213,57	27,90%	R\$ 6.330.519,80	72,10%	R\$ 8.779.733,37
mar.13	R\$ 2.500.214,43	28,28%	R\$ 6.341.502,00	71,72%	R\$ 8.841.716,43
abr.13	R\$ 2.583.497,37	29,70%	R\$ 6.113.933,69	70,30%	R\$ 8.697.431,06
mai.13	R\$ 2.693.250,25	31,05%	R\$ 5.979.768,20	68,95%	R\$ 8.673.018,45
jun.13	R\$ 3.984.480,77	31,95%	R\$ 8.488.301,65	68,05%	R\$ 12.472.782,42
jul.13	R\$ 2.708.319,94	31,45%	R\$ 5.902.803,26	68,55%	R\$ 8.611.123,20
ago.13	R\$ 2.714.930,44	31,69%	R\$ 5.852.023,39	68,31%	R\$ 8.566.953,83
set.13	R\$ 2.752.755,65	32,01%	R\$ 5.847.103,50	67,99%	R\$ 8.599.859,15
out.,13	R\$ 2.768.036,79	30,37%	R\$ 6.345.808,86	69,63%	R\$ 9.113.845,65
nov.13	R\$ 5.547.698,49	32,15%	R\$ 11.709.717,99	67,85%	R\$ 17.257.416,48
dez.13	R\$ 2.767.138,99	24,82%	R\$ 8.383.223,57	75,18%	R\$ 11.150.362,56
Total	R\$ 35.894.491,08	29,90%	R\$ 84.167.795,58	70,10%	R\$ 120.062.286,66

d) Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas;

Tabela LXXXI – Demonstrativo do Quadro de Servidores Inativos E Pensionistas da SFA/PR em 2013

Situação Atual	Aposen- - tados	Pensi- onistas	Soma Inativos	% Pensionistas s/Total Inativos	Total de Servidores	% Inativos s/Total Servidores
2012	301	420	721	58%	1357	53%
2013	325	426	751	57%	1303	58%

Concessões	Aposentadorias	Pensões	Soma
2012	13	15	28
2013	38	08	46

e) Demonstração do cadastramento, no Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (Sisac), das informações pertinentes aos atos de admissão e concessão de aposentadoria, reforma e pensão ocorridos no exercício, bem como da disponibilização das informações para o respectivo órgão de controle interno, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007;

Todas as aposentadorias e pensões referente ao Ano de 2013 estão devidamente cadastradas no SISAC. Não houve nenhuma admissão no Ano de 2013.

f) Ações adotadas para identificar eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nos 19/98 e 34/2001);

Não há nenhum registro de acumulação de cargos.

g) Providências adotadas nos casos identificados de acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/93;

São detectados através de auditorias. Não há registro de acumulação de cargos/remuneração.

h) Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

5.2. - Terceirização de mão de obra e contratação de estagiários.

A contratação de estagiário são feitas através do convenio firmado entre MAPA/CIEE e descentralizado cotas para as Superintendencias.

A SFA/PR consta com uma cota de 15 bolsas nível médio e 57 bolsas de nível superior.

6. - GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1. - Gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, destacando:

a) quantidade de veículos por categoria de uso e por regionalização;

De acordo com o Decreto nº 6.403 de 17.03.08 os veículos oficiais são classificados nas seguintes categorias para fins de utilização:

veículos de representação: não temos

veículos especiais: não temos

veículos de transporte institucional; não temos

veículos de serviços comuns: transporte de material e pessoal a serviço (veículo de modelo básico)

veículos de serviços especiais: fiscalização

Tabela LXXXII – Demonstrativo da Distribuição de Veículos Oficiais nas Unidades da SFA/PR

Unidades Descentralizadas	Quantidade de veículos	
	Serviços Comuns	Serviços Especiais
SVA São José Pinhais	00	04
SVA Paranaguá	00	12
SVA Foz do Iguaçu	00	12
UVAGRO Guaíra	00	03
UVAGRO Capanema	00	01
UVAGRO Maringá	00	17
UVAGRO Santa Helena	00	02

UVAGRO Toledo	00	06
UVAGRO Cascavel	00	07
UTRA Castro	00	04
UTRA Ponta Grossa	00	02
UTRA Jacarézinho	00	04
UTRA Guarapuava	00	05
UTRA Pato Branco	00	06
UTRA Umuarama	00	07
UTRA Londrina	00	16
UTRA Francisco Beltrão	00	03
SEDE SFA/PR	13	46
Total	13	157

b) a contextualização da relevância da frota de veículos para a execução da atividade-fim da unidade e a consecução dos objetivos estratégicos;

A frota de veículos possui fundamental relevância para a execução da atividade-fim das Unidades, já que os Fiscais e Agentes utilizam-se destes veículos como instrumento para realização as atividades de fiscalização nas indústrias, lavouras, aeroportos, estações aduaneiras e quaisquer outros lugares onde a atuação do MAPA se faça necessária.

c) as normas que regulamentam a gestão e o uso da frota;

Lei nº 9.327, de 9 de dezembro de 1996,
Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008 – SLTI/MPOG,
Portaria nº 191 de 23 de outubro de 2012 – SE/MAPA.

d) os critérios que norteiam a escolha pela aquisição de veículos ou locação;

Critério econômico – todos os veículos desta Superintendência são próprios. Não há gasto com locação de veículos.

e) os custos envolvidos

Os custos envolvidos com manutenção de veículos oficiais em oficinas mecânicas no ano de 2013 totalizou um valor global de R\$ 187.449,78, sendo executado da seguinte forma:

Tabela LXXXIII – Demonstrativo dos Custos de Manutenção de Veículos Oficiais da SFA/PR, no Exercício de 2013

	MATERIAIS (elemento 3.33.90.30-39)	SERVIÇOS (elemento 3.33.90.39-19)
JAN	0	0
FEV	0	0
MAR	0	0
ABR	0	0
MAI	R\$ 4.475,00	R\$ 668,00
JUN	R\$ 7.194,81	R\$ 5.824,67
JUL	R\$ 7.491,11	R\$ 453,06
AGO	R\$ 27.561,48	R\$ 5.503,10
SET	R\$ 8.809,41	0

OUT	R\$ 13.517,92	R\$ 760,00
NOV	R\$ 10.780,80	R\$ 610,00
DEZ	R\$ 55.398,33	R\$ 38.852,09
TOTAL	R\$ 135.228,86	R\$ 52.220,92
TOTAL GLOBAL	R\$ 187.449,78	

6.2. - Gestão do patrimônio imobiliário da União que esteja sob a responsabilidade da unidade, contemplando:

- a) **a estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade;**
Superintendência Federal de Agricultura no Paraná - SFA/PR não possui um Programa paralelo de Controle e Gestão do Patrimônio Imobiliário, apenas o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – SPIUnet.
- b) **a distribuição geográfica dos imóveis da União;**
Até 31.12.13 a SFA/PR manteve sob sua jurisdição 14 (quatorze) imóveis no Estado do Paraná, assim distribuídos nas regiões:
- Curitiba: 02 (dois)
 - Paranaguá: 02 (dois)
 - Ponta Grossa: 01 (um)
 - Castro: 01 (um)
 - Jacarezinho: 01 (um)
 - Londrina: 01 (um)
 - Maringá: 02 (dois)
 - Umuarama: 01 (um)
 - Guaíra: 01 (um)
 - Foz do Iguaçu: 02 (dois)

c) **a qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet;**

Os imóveis são gerenciados pela SFA/PR por meio do Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União – Spiunet em parceria com SPU/PR, cujos registros estão completos e bem identificados, exceto pelo fato da falta de avaliação dos imóveis que devem ser atualizados a cada 02 (dois) anos, por falta de recursos humanos.

d) **a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não. Neste caso, identificar o locador, a forma de contratação, os valores, e benefícios recebidos pela unidade em razão da locação e a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação;**

A Superintendência Federal no Paraná - SFA/PR não cedeu ou locou qualquer de seus imóveis durante o exercício de 2013.

e) **os custos de manutenção;**

7. - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1. - Gestão da tecnologia da informação (TI), conforme orientações da portaria prevista no inciso VI do caput do art. 5º desta decisão normativa.

Com relação a Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas e Contratação e gestão de bens e serviços de

TI, a SAOD informa que não atua nessa área, por se tratar de uma profissional que só domina assuntos relacionados à comunicação social.

Não existe servidor para exercer essas atividades de TI na SAOD.

8. - GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

O Setor de Compras e Contratos – SCC/DAD/SFA-PR, tem em suas competências a tarefa de contratação de empresas prestadoras de serviços, que atuam em manutenção e conservação dos imóveis desta SFA-PR.

Para o exercício de 2014, este SCC/DAD/SFA-PR, continuará a atuar na busca de adoções de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e na prestação de serviços.

Daremos continuidade nos estudos quanto o aproveitamento das águas pluviais, bem como, na implantação de sistema de captação de energia solar.

8.1. - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.

Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.

8.2. - Política de separação de resíduos recicláveis descartados.

8.3. - Medidas para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água, contemplando:

No exercício de 2013, este SCC/DAD/SFA-PR buscando atender o que determina as normas e critérios de sustentabilidade, procedeu às seguintes contratações:

Com processo licitatório realizado em 2012, deu-se início ao contrato de prestação de serviços de reforma dos banheiros da sede da SFA-PR. Dentro dos critérios de sustentabilidade, procedeu-se a substituição dos sistemas de descarga, passando do tipo hidra para caixas de descarga tipo caixa acoplada com sistema economizador Duo (com duplo botão de quantidade de água – 3L/6L), torneiras automáticas com temporizador de água, troca de luminárias simples por luminárias espelhadas com lâmpada de leds e colocação de sensor de iluminação com sensor de presença e fotocélula.

a) Detalhamento da política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos;

b) Adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP);

c) Evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito das unidades que compõem o relatório de gestão.

9. - CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1. - Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU.

Acórdão: nº 3944/2013 – TCU – 2ª Câmara

Processo: nº TC 032.509/2010-3

Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná

Responsáveis: Daniel Gonçalves Filho (CPF 240.236.809-82) e Guilherme Biron Burgardt (CPF 573.877.029-34)

Decisão: aplicação, individual, da multa prevista no art.58, inciso II, da Lei nº 8.443 de 16.07.92, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais)

9.2. - Tratamento de recomendações feitas pelo órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula.

Multas recolhidas em 05.09.2013, através das GRU's nº 05.041.170.301.227.683 e 05.040.972.601.227.672 no valor de R\$ 3.000,90 (três mil reais e noventa centavos)

9.3. - Tratamento de recomendações feitas pela unidade de auditoria interna.

Inexistente

9.4. - Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Total de Servidores Ativos 473

Declarações Entregues conforme Anexo I da IN-TCU nº 65/2011 301

Declarações de IRPF Entregues 6

Ausentes 166

Obs: de acordo com o Art.1, inciso VII da Lei nº 8.730 de 10.11.93 a exigência limita-se aos detentores de cargos de confiança.

9.5. - Demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidade por ocorrência de dano ao Erário, especificando os esforços da unidade jurisdicionada para sanar o débito no âmbito interno e também:

- a) a quantidade de casos que foram objeto de medidas administrativas internas;
- b) a quantidade de tomadas de contas especiais cuja instauração foi dispensada nos termos do art. 6º da IN TCU nº 71/2012;
- c) a quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não remetidas ao Tribunal de Contas da União a quantidade de tomadas de contas especiais instauradas no exercício, remetidas e não rematidas ao Tribunal de Contas da União.

9.6. - Demonstração, com a identificação do gestor responsável, da correção e tempestividade da inserção das informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012.

- SIASG/SICON: os contratos de prestação de serviços e fornecimento de bens são inseridos pelo Setor de Compras e Contratos – SCC desta UJ, e serão atualizados no decorrer do exercício de 2014;

- SICONV Convênios e Termos de Parceria: não existe um Gestor Responsável pelas informações. As propostas são inseridas no sistema pelas entidade interessadas (Secretaria de Agricultura, Agência de Defesa Agropecuárias etc) e são analisadas por Servidores da UJ indicados Pareceristas.

- SICONV Contratos de Repasse: não existe um Gestor Responsável pelas informações. As propostas são inseridas no sistema pelas entidade interessadas (Prefeituras Municipais) e são analisadas por Servidores da UJ indicados Analistas.

10. - **RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE**

A SAOD é responsável pela implementação de estratégias de divulgação institucional a serviço da transparência de ações e informações, além de serviços de comunicação interna, promovendo e apoiando o Superintendente Federal de Agricultura do Paraná – SFA/PR e Serviços Técnicos, nas mais diversas atividades exercidas.

A SAOD buscou levar ao conhecimento e reconhecimento dos diversos públicos de interesse, as atuações desenvolvidas pela SFA no âmbito agropecuário.

A Seção conta com apenas uma profissional formada em jornalismo e relações públicas, Técnica em Comunicação Social, servidora pública federal há 33 anos. Foi responsável pelos registros fotográficos, trabalhos de cerimonial e organização de eventos, encontros técnicos, posses, inaugurações, seminários, bem como acompanhou as missões estrangeiras que vieram ao Estado, visando avaliar a qualidade dos mais diversos segmentos agropecuários.

A técnica produziu, mensalmente, 12 edições do informativo eletrônico – INTERCOM PARANÁ, edições nºs 22 a 33, quando registrou e divulgou assuntos relacionados às atividades desenvolvidas pelo Senhor Superintendente, por todos os Serviços Técnicos e Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias, Serviços de Vigilância Agropecuária, bem como as visitas do Senhor Ministro da Agricultura ao estado, e eventos ocorridos no mês.

O informativo foi enviado aos servidores do quadro - capital e interior – a todas as Superintendências Federais de Agricultura, ao Gabinete do Ministro e Assessorias, Secretaria-Executiva, Secretarias e Coordenadorias do MAPA, em Brasília, assim como para diversas empresas, frigoríficos, exportadores, produtores e outras entidades relacionadas ao setor agropecuário, totalizando aproximadamente 1.100 endereços eletrônicos.

Como em todos os anos, em 2013, sempre que solicitado pela Assessoria de Eventos e Promoções Nacionais / AEPN/GM, a SAOD deu respaldo e apoio técnico em organizações de eventos em nível estadual, nacional e internacional, recepções de Ministro no Estado, inclusive com a presença da Excelentíssima Presidente da República.

Enviou 23 sugestões de pauta e *releases* à imprensa local (capital) e 15 para imprensa de diversas regiões do estado.

No ano de 2013 não houve coletivas.

A Técnica também acompanhou entrevistas realizadas, presenciais e as por telefone, tanto do Senhor Superintendente como dos Chefes dos Serviços, e ainda acompanhou as suas veiculações.

A técnica acompanhou Chefias e técnicos em viagens, exercendo, também, trabalhos de fotografia (memória), de assessoramento, mobilização da imprensa local, etc.

No tocante ao atendimento à imprensa, sempre que o repórter entrou em contato com a SAOD solicitando informações e fontes para entrevistas ou sugestões de pautas relacionadas à Superintendência ou agropecuária paranaense, solicitei que o veículo de comunicação sempre

enviasse a demanda via e-mail, por questões de segurança para quem vai dar a entrevista e, também, para registro.

Em se tratando de temas considerados “polêmicos” a ACS/GM/MAPA sempre foi informada e consultada quanto ao melhor posicionamento frente aos órgãos de imprensa.

Produção de *releases* contendo notícias da SFA no Paraná foram enviadas à Assessoria de Comunicação Social do MAPA, e veiculadas no Intercom/Mapa e no espaço “Notícias” do site do Mapa.

Em reuniões no gabinete, a técnica em comunicação social sempre solicita ao corpo técnico, que enviem sugestões e ideias para matérias, a fim de inserir na mídia.

Por ocasião da instalação do Posto de controle aduaneiro integrado, na Estação Aduaneira do Paraguai, de cargas que circulam entre o Brasil e o país vizinho, pela fronteira com Foz do Iguaçu/PR, a imprensa foi mobilizada pela SAOD por diversas vezes, com envio de sugestões de pauta, todos os esforços no sentido de divulgar a importância das atividades de vigilância desenvolvidas pelo Mapa no controle aduaneiro Brasil/Paraguai. O tema atraiu bastante a atenção dos órgãos de imprensa, não só na região oeste mas em todo o Estado. Matéria sobre os reflexos da instalação e da consequente agilidade no desembarço aduaneiro foi destaque em notícia veiculada em edição nacional.

Matérias relacionadas ao MAPA ou a SFA no Paraná ou notícias afins foram inseridas nos jornais Gazeta do Povo (Agronegócio), Folha de Londrina, Diário do Sudoeste; O Diário do Norte do Paraná (Maringá); A Gazeta do Iguaçu; O Paraná (Cascavel); Jornal do Oeste; bem como em Boletins Informativos do Sistema FAEP; Meridional; e em pequenos jornais do interior do estado.

Matérias também foram veiculadas nos sites: video.globo.com/videos/player/noticias; valoreconomico.com.br; grupocultivar.com.br; portaldogronegocio.com.br; grupocultivar.com.br; evistasustentabilidade.com.br; ruralcentro.uol.com.br; diarioagora.com.br; gazetadopovo/agronegocio.com.br.

As emissoras de rádios CBN de Curitiba, Londrina e Foz do Iguaçu, Celinauta de Pato Branco, Rádio Colméia de Cascavel, Rádio Cultura FM (Guarapuava), dentre outras, também divulgaram notícias afins ao agronegócio/SFA/Paraná e Mapa, em noticiários locais.

Matérias veiculadas por emissoras de televisão da capital e interior do Estado ocorreram por ocasião da vinda ao Paraná do Senhor Ministro da Agricultura.

CANAL EFICIENTE DE COMUNICAÇÃO ENTRE O GOVERNO E A SOCIEDADE

A Técnica em Comunicação Social, Flávia Costacurta atua como interlocutora do **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no Paraná**, um canal de acesso do cidadão as informações sob a guarda de órgãos e entidades públicas, no caso, relativas ao Ministério da Agricultura, SFA no Paraná e a agropecuária paranaense, sempre seguindo o que determina a Cartilha “Lei de Acesso à Informação ao Cidadão”.

No ano de 2013, aproximadamente 50 demandas foram respondidas pelo SIC no Paraná.

Não existe ferramenta de demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

10.1 - Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A Ouvidoria responde, faz diligências, encaminha para diversos níveis todas as demandas ocorridas no âmbito de denúncias, sugestões, reclamações, etc..

O contato com a Ouvidoria é realizado através de telefone, e-mail e atendimento pessoal.

As maiores demandas registradas na Ouvidoria do Estado do Paraná estão concentradas conforme segue:

SEFIP – Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários

- Comercialização irregular de produtos veterinários em estabelecimentos com SIF;
- Estabelecimentos sem registro;
- Produção de rações fora dos padrões exigidos pelo MAPA;
- Uso irregular da cama de frango.

SIPOV - Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal

- Descumprimento das normas estabelecidas pelo MAPA quanto à rotulagem dos produtos;
- Produção e comercialização de produtos sem registro no MAPA.

SIPOA – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal

- Estabelecimentos sem registro;
- Objetos estranhos encontrados em embutidos;
- Leite e derivados fora dos padrões exigidos pelo MAPA.

SEFIA – Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas

- Estabelecimentos sem registro;
- Produção e comercialização de agrotóxicos, fertilizantes e insumos fora dos padrões exigidos pelo MAPA;
- Uso irregular de defensivos agrícolas e embalagens de agrotóxicos.

VIGIAGRO/Aeroporto

- Reclamações quanto a demora em liberação de mercadorias retidas;
- Solicitação de orientações quanto ao transporte de animais,

10.2. - Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Com a finalização da demanda, fica a critério do cidadão demandante preencher o formulário de pesquisa de satisfação.

10.3. - Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

De um modo geral, como ponto positivo ficou constatada a satisfação do demandante quanto a resposta. Como ponto negativo observou-se a demora da parte técnica para atendimento, justificada na grande maioria pela falta de recursos para deslocamento.

No exercício de 2013 a Ouvidoria/SFA/PR recebeu um total de 97 demandas, das quais oitenta e oito (88) foram respondidas, restando nove (9) para finalização.

11. - INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. - Demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T

16.10, publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, respectivamente, para tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos da unidade

Os procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, em especial, nas NBC T 16.9 e NBC T 16 foram observados Coordenação de Contabilidade da UJ que, em contato permanente com a Coordenação-Geral de Logística e Serviços Gerais - CSG a qual foi a responsável por implantar por software de gestão ASI, módulos de patrimônio mobiliário e almoxarifado onde o motivo maior da contratação da empresa Link Data foi exatamente a implantação do módulo de depreciação/amortização. Porém a empresa até 31/12/2013 não concretizou a parte da Amortização, restando à Contabilidade aplicar restrição contábil neste item. A implantação parcial dos bens quanto à depreciação decorreu durante o exercício de 2013 em algumas unidades gestoras. Diante do exposto, esclarece:

- a) A UJ está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 (somente depreciação dos bens a partir de 2010), porém não está aplicando os dispositivos da NBC T 16.10 quanto as reavaliações e/ou redução ao valor recuperável anteriores a 2010 e a partir de 2010;
- b) A CCONT/SPOA expediu à CSG/SPOA a Mensagem SIAFI nº 2013/1998142, em 27/11/2013 solicitando providências imediatas para o atendimento da NBCT 16.10 que refere-se a implantação da Amortização relativa as aquisições de bens intangíveis;
- c) A Macrofunção SIAFI Web 02.03.30 orienta que a metodologia a ser adotada para estimar a vida útil econômica de um ativo deve ser:
 - (1) a capacidade de geração de benefícios futuros;
 - (2) o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
 - (3) a obsolescência tecnológica;
 - (4) os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.Nos casos de bens que passaram por reavaliação ou redução a valor recuperável, durante a vida útil do bem, a depreciação, a amortização ou a exaustão devem ser calculadas e registradas sobre o novo valor.
Os procedimentos de reavaliação e redução ao valor recuperável não provocam alteração da capacidade de geração de benefícios futuros de um bem, por isso não causam modificação na tabela de vida útil.
Porém a Unidade CSG que contratou a Link Data para implantar o módulo de depreciação/amortização, não providenciou e nem manifestou cronograma para a ação disposta na NBCT 16.10;
- d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão utilizado por toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o método das quotas constantes;
- e) As taxas de depreciação utilizadas para os cálculos são as estabelecidas na Macrofunção SIAFI Web 02.03.30.

11.2. - Declaração do contador responsável por unidade jurisdicionada que tenha executado sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, assim como o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão

Anexo I – Declaração do Contador Responsável

DECLARAÇÃO PLENA

QUADRO A.11.2.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC PEC E ABASTECIMENTO NO PARANA – SFA/PR			130070
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2013
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

12. - OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. - Informações não exigidas neste Anexo que sejam consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

Tendo em vista a exoneração do Gestor restou prejudicada a uma avaliação mais efetiva das atividades realizadas pelo UJ.